

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Renilda Oliveira de Almeida

A ética neopentecostal e o espírito do neoliberalismo

Mestrado em Ciência da Religião

São Paulo
2020

Renilda Oliveira de Almeida

A ética neopentecostal e o espírito do neoliberalismo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciência da Religião, sob a orientação do Prof. Dr. Edin Sued Abumanssur

São Paulo

2020

Renilda Oliveira de Almeida

Ética neopentecostal e espírito do neoliberalismo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciência da Religião.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio,

da **FUNDASP**

Fundação São Paulo

O presente trabalho foi realizado com apoio,

da **CAPES**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – Brasil

Código de Financiamento 88887.176073/2018-00

O presente trabalho foi realizado com apoio,

do **CNPq**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil

Código de Financiamento 167719/2018-1

AGRADECIMENTO

Quanto mais velho fico, mais pessoas de
meu passado tenho o desejo de encontrar
para abraça-las e dizer-lhes sem mais
explicações: Obrigado! Obrigado! Obrigado!

Erico Verissimo¹

Ao Professor, orientador e amigo, Dr. Edin Sued Abumanssur, pela sua valiosa contribuição na elaboração do trabalho;

Aos Professores do programa de Ciência da Religião pelo apoio nos diversos momentos da trajetória acadêmica;

Aos Companheiros do Mestrado pelos excelentes momentos de troca intelectual e pessoal.

As orientações especiais oferecidas na Banca de Qualificação, que proporcionaram um enriquecimento significativo ao trabalho de pesquisa, a Dra. Brenda Maribel Carranza Dávila e o Dr. Gedeon Alencar;

Às professoras e amigas Terezinha Ferrari e Fátima Cabral pelo acolhimento e orientação, pela incansável dedicação e exemplo de generosidade;

À Ciléa minha irmã e amiga pela paciência, pelo estímulo e carinho, essenciais para que eu chegasse até aqui;

À Naira pela ajuda na elaboração do resumo em inglês;

À Simone pelo apoio, correções e incentivos;

À Andreia mais do que secretária, uma amiga sempre presente auxiliando no entendimento das demandas burocráticas do mestrado;

Muito obrigada!

¹ Solo de Clarineta é um livro de memórias em dois volumes escrito pelo autor brasileiro Érico Veríssimo. Traz reflexões do escritor sobre sua obra e é o testemunho de um período da história brasileira e mundial.

Ouvi dizer que estás arrependido,
Que, diante das trevas, pediu desculpas.
Estou tranquilo, calmo como um vulcão,
Então, respiro fundo, medito e digo: não.

Não quero tuas desculpas.
Que sinta o peso da culpa na nuca,
Para que andes curvado
Olhando para a rua em que nos massacraram.

Quero que se afogue em suas mentiras
Até soluçar verdades que te encarem
Com a força de um açoite de luz,
Até que possas ver o que não via.

Quero que toda manhã olhe tuas mãos
Empapadas do sangue dos nossos;
E que toda a água dos oceanos seja pouco,
Para ver-te esfregando as mãos como um louco.

Quero que se cale, que ao tentar falar
As palavras saiam de tuas entranhas
Como cactos, rasgando teu silêncio cúmplice
Como catarros mortos como tua alma.
Não quero tuas desculpas, seu arrependimento.
Quero mestre Moa vivo abraçando Marielle,
Quero que árvores mortas pelo fogo
Chorem lágrimas vivas para o céu.

Quero todos os anos que as crianças não viveram,
Quero que haitianos mortos saiam de suas tumbas
Para cobrar justiça de certos generais brasileiros.
Quero de volta os anos roubados pelo bloqueio.

Quero que jovens chilenos voltem para casa
Com cheiro de empanada e sabor de vinho,
E abracem calorosamente seus amores,
Que os beijarão com carinho.

Se não podeis me dar isso,
Ora... que te cales, e sofras.
É muito menos do que tu
Sabes que merece.

Mauro Iasi
SBC, outubro de 2019.

RESUMO

Esta dissertação tem o neopentecostalismo como seu tema central de desenvolvimento e análise, considerando a sua problematização a partir das relações entre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e o ideário do neoliberalismo. O objetivo geral é identificar a afinidade entre este ideal econômico e a IURD que no atual cenário social, político e econômico mundial tem possibilidade de moldar o comportamento de mais de um milhão de brasileiros. A hipótese básica é que a IURD proclama uma relação com Deus baseada na certeza de um bom investimento através do empenho individual como meio ideal para o enriquecimento e para ampliação do consumo sinalizando a salvação. Assim, para atingir um sucesso material é incentivado, entre outras orientações, o empreendedorismo legitimando em última medida esse elemento central do neoliberalismo.

Palavras chaves: Neoliberalismo, Neopentecostalismo, Igreja Universal do Reino de Deus, Teologia da Prosperidade, Empreendedorismo, Consumo.

ABSTRACT

This dissertation has neopentecostalism as its central theme of development and analysis, considering its problematization from the relations between the Universal Church of the Kingdom of God (IURD) and the ideal of neoliberalism. The overall objective is to identify the affinity between this economic ideal and the IURD that in the current social, political and economic world scenario has the potential to shape the behavior of more than one million Brazilians. The basic assumption is that IURD proclaims a relationship with God based on the certainty of a good investment through individual commitment as the ideal means for enrichment and for increased consumption signaling salvation. Thus, to achieve material success is encouraged, among other orientations, entrepreneurship ultimately legitimizing this central element of neoliberalism.

Keywords: Neoliberalism, Neopentecostalism, Universal Church of the Kingdom of God, Prosperity Theology, Entrepreneurship, Consumption.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – O ESPÍRITO DO NEOLIBERALISMO.....	24
1.1 A Gênese e Desenvolvimento do Liberalismo Clássico.....	25
1.1.1 Thomas Hobbes e John Locke – a “essência natural” do indivíduo.....	29
1.1.2 O mercado enquanto espaço determinante da sociabilidade.....	31
1.2 O Neoliberalismo – Europa e USA.....	37
1.3 O Neoliberalismo – Brasil.....	43
1.4 Empreendedorismo Neoliberal.....	50
CAPÍTULO 2 – A ÉTICA NEOPENTECOSTAL.....	56
2.1 Origem e Desenvolvimento do Protestantismo de Missão e do Protestantismo Pentecostal no Brasil.....	56
2.2 Classificação do Protestantismo no Brasil.....	60
2.2.1 Pentecostalismo Clássico.....	60
2.2.2 Pentecostalismo de “Cura Divina”.....	61
2.2.3 Igrejas Renovadas ou Carismáticas.....	62
2.2.4 O Neopentecostalismo.....	65
2.3 A Igreja Universal do Reino de Deus.....	66
2.3.1 Sua Liderança.....	69
2.3.2 Seus Meios de Comunicação.....	75
2.3.3 Seu Discurso.....	80
CAPÍTULO 3 – A PESQUISA – A FOLHA UNIVERSAL – A SEÇÃO SUCESSO FINANCEIRO.....	87
Metodologia e Corpus.....	91
“Quero Empreender”.....	94
“Conjuntura Econômica”.....	99
“Dicas de Gestão”.....	103
“A Fé Fundamento para o Sucesso”.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116

INTRODUÇÃO

Hem? Hem? O que mais penso, testo e explico: todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer, desdoidar. Reza é que sara loucura. No geral. Isso é que é a salvação-da-alma... Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardéque. Mas, quando posso, vou no Midubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. Mas é só muito provisório. Eu queria rezar – o tempo todo. Muita gente não me aprova, acham que lei de Deus é privilégios, invariável.

João Guimarães Rosa. In: *Grande sertão: veredas*²

A discussão acerca de um possível desaparecimento da religião ou ao menos o retrocesso de sua influência diante do avanço científico e das novidades técnicas patrocinados pelo desenvolvimento da atual dinâmica do capital mundializado e neoliberal ou ainda a marginalização da espiritualidade diante da dimensão materialista da vida estimulada pela sociedade concorrencial tem de levar em conta que atualmente no Brasil (e no mundo) estamos envolvidos em um crescimento da religião e em particular do neopentecostalismo. Este trabalho pretende discutir as razões dessa ascensão e consolidação da igreja neopentecostal no Brasil, especificamente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no período de 3 de julho de 2016 à 13 de janeiro de 2019 e o correspondente ideário religioso que a acompanha no atual estágio do capitalismo neoliberal.

Há inúmeros autores que dão indicações valiosas sobre o papel da religião nas diversas sociedades, entretanto inicialmente optamos por indicar a leitura de dois clássicos da Sociologia para um tratamento mais geral do tema – em momentos posteriores autores contemporâneos serão citados. A interpretação do desenvolvimento do capitalismo, feita por Karl Marx de um lado, e, de outro, por Max Weber, traz elementos que podem nos ajudar a entender a resistência e a força de permanência dos fenômenos religiosos principalmente no sistema do capital cujo conhecimento científico elevou-se a altos patamares, além de este

² Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 15 e 16.

sistema apresentar complexidade fundamental como um modo de produção que contrasta radicalmente com os anteriores, dada a existência de um mercado no qual mercadorias/serviços são contínua e crescentemente produzidos e vendidos a uma ampla gama de consumidores que não possuem outra alternativa a não ser seu envolvimento neste mercado – condição essencialmente distinta das demais sociedades quando os meios básicos de produção, incluindo a terra, não eram monopólio de uma minoria.

Em Marx, a reprodução material da vida é o elemento fundamental para sustentar sua concepção de que as ideias vão da terra para o céu (MARX & ENGELS, 2007, pp.48-49). Weber, por sua vez, parte das ideias para explicar a realidade dessa base material da vida, embora reconheça que o desenrolar da própria sociedade capitalista mostraria que o ideário (lógico racional) que a orienta acabou encontrando certa autonomização – o que não invalida seu pressuposto inicial de que a ideologia (conjunto básico de ideias) tem o poder de constituir realidades por ela própria. Em Marx ideias criam, mas elas são em última instância fruto de condições materiais.

Ao que parece, ambos os autores pareciam incomodados com a posse dos meios de produção (as técnicas de produção), por parte de uns poucos indivíduos, que terminavam por dominar os demais, gerando assim crises constantes tanto de valores quanto de mercadorias. Se, no entanto, a luta de Marx é pela inversão da posse, ou seja, o anseio de que os meios de produção passassem das mãos da burguesia para as mãos do proletariado, Weber mantém uma concepção de que não há outro sistema tão justo para os interesses humanos quanto o próprio capitalismo e sua forma da política cuja prática equilibraria a disputa entre tais interesses.

Karl Marx quando reflete acerca de assuntos econômicos, políticos e sociais está imerso no espírito de seu tempo, o século XIX, entretanto, embora as sociedades capitalistas do século XIX e do século XXI sejam distintas é possível identificarmos elementos fundamentais que se mantêm. É nesta perspectiva que atentamos não para os elementos pragmáticos ou aparentes, mas para o que há de essencial na acepção marxiana de modo a podermos afirmar sua atualidade para a compreensão desta sociedade em transformação e a religião em particular que a segue e persegue.

Na obra de Marx e Engels encontramos que o fundamento, a origem da vida histórica está nos seres humanos concretamente ativos e de seu processo de vida real a partir do que pode ser identificado como prático-sensível ou práxis. A história é feita pelos indivíduos em

um processo de desenvolvimento real-sensível e empiricamente registrável, sob a ação de determinadas condições, ou, nos seus próprios termos, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011, p. 25). Para Marx a moral, a religião, a metafísica ou qualquer outra ideologia não têm um desenvolvimento próprio, autônomo, antes, são reflexos ideológicos e ecos desse processo de vida empiricamente registrável pela ação e intervenção intelectual da consciência e ligada umbilicalmente com as condições materiais do momento. Disso deduzimos que para a compreensão de uma expressão religiosa faz-se necessário entender o momento histórico em que esta se exterioriza.

Assim, o fenômeno religioso deve ser compreendido não como objetivação de uma essência abstrata, como propõe Feuerbach³, mas como construção social humana, já que “este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido” (MARX, 2005, p.145). O Estado e a própria sociedade apreendidos pelas consciências individuais como expressões reais do mundo, aceitariam (estas consciências individuais) a ou as religiões como reflexo(s) legítimos deste Estado e desta sociedade. Assim, o que assume o lugar do outro se dispõe ao falseamento, isto é, dispõe-se a uma possível “realização fantástica da essência humana” (MARX, 2005, p.145) uma vez que esta essência como é histórica não é absoluta nem imutável. Nesta direção, a religião realizaria ilusoriamente a justiça absoluta – posto que no mundo concreto dos humanos não há justiça humana, isto é, não há justiça entre os homens, mas haveria uma justiça divina que transcenderia o mundo dos homens; a religião realizaria também ilusoriamente a igualdade; se no mundo reina a desigualdade e os privilégios, perante Deus todos seríamos iguais. Haveria, assim, em um mundo transcendente justiça e igualdade enquanto no mundo humano restaria o contrário: injustiça e desigualdade.

³Ludwig Andreas Feuerbach foi um filósofo alemão conhecido pelo estudo da teologia humanista. Sua teoria da objetivação se relaciona diretamente com sua concepção do homem como essência-gênero (*Gattungswesen*), sendo, por isso mesmo, a base de sua concepção da essência da religião e do cristianismo (AQUINO, 2014). Segundo Marx (2007), “o principal defeito de todo materialismo até aqui – o de Feuerbach incluído – consiste no fato de que a coisa (*Gegenstand*) – a realidade, a sensualidade – apenas é compreendida sob a forma do *objeto* (*Objekt*) ou da contemplação (*Anschaung*); mas não na condição de atividade humana sensível, de práxis, não subjetivamente. Daí aconteceu que, em oposição ao materialismo, o lado ativo foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, uma vez que o idealismo naturalmente não conhece a atividade real e sensível como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos do pensar; mas ele não compreende a atividade humana em si como atividade objetual (*gegenständliche Tätigkeit*). Por isso ele contempla, na *Essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como sendo aquele que é genuinamente humano, ao passo que a práxis apenas é compreendida e fixada em sua forma fenomênica judaico-suja.” (p. 611).

Na perspectiva de Marx “o homem faz a religião; a religião não faz o homem” (MARX, 2005, p.145). Entretanto, para ele, a religião expressa não o homem, mas a situação do homem sob as condições de repressão. A religião é o suspiro das criaturas oprimidas. Portanto o discurso religioso não trataria da “essência humana”, mas sim das correntes que aprisionam essas criaturas. O que se encontra em tal discurso não é o ser humano, mas as forças que o escravizam e o fazem gritar por religião. É desta maneira que “A miséria religiosa é, ao mesmo tempo, a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o âmago de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo” (MARX, 2005, p.145). Esse suspiro teria o papel de fazer com que as massas aceitassem uma condição de exploração sem se revoltarem contra os governantes ou sequer buscassem uma transformação dessa realidade; ele anestesiaria as consciências alienando-as da concretude da vida de modo a prover ou permitir que a vida fosse só miseravelmente vivida.

Marx coloca a religião não mais como objetivação de uma essência, mas como epifenômeno da estrutura socioeconômica assumindo o papel de aliada das classes dominantes na manutenção da ordem dos interesses capitalistas. Nesse sentido, a crítica da religião deveria transformar-se em crítica política: “A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, a crítica da teologia em crítica da política” (MARX, 2005, p.146). Essa postura crítica seria a ferramenta que visaria libertar o ser humano da alienação, portanto da opressão das correntes que a religião constrói em torno dele criando com o uso de tais ferramentas a possibilidade histórica de um futuro emancipado. Segundo Hobsbawm (1987), “Marx e Engels não contavam com a ação espontânea das forças históricas, mas com a ação política dentro dos limites do que é historicamente possível. Em todos os momentos de sua vida, eles sempre analisaram as situações com a mente voltada para a ação” (p.318). Sob o ponto de vista de Marx, a menos que se resolva no plano da realidade aquilo que a religião resolve no plano imaginário, seguiremos construindo soluções imaginárias para problemas reais.

Em outro diapasão, a contribuição weberiana ao estudo do capitalismo se dá principalmente em sua análise do processo de racionalização burocrática da sociedade capitalista moderna. Weber na tentativa de compreender o capitalismo estuda a relação de dependência recíproca entre as formas econômicas e as religiões, recusando nitidamente a prioridade da reprodução material da vida humana ou do que ele considerava ser a economia. A hipótese defendida por Weber era que certa interpretação do protestantismo criara algumas

das motivações que favoreceram a formação do regime capitalista. Weber procurou demonstrar, contra o materialismo histórico de Marx, que a religião não era uma ideologia, senão que a ética religiosa surgida durante a Reforma contribuíra para o aparecimento do “espírito do capitalismo”, como fenômeno ideal que fundara o modo de produção contemporâneo.

Em sua obra *“Ética protestante e o Espírito do capitalismo”*, Weber procura estabelecer os princípios éticos que estão na base do capitalismo, constituindo o que ele denominou como o seu ‘espírito’. Tais princípios são encontrados na teologia protestante, mais especificamente na teologia calvinista. A partir daí formula sua hipótese básica de trabalho, segundo a qual a vivência espiritual da doutrina e a conduta religiosa exigida pelo protestantismo teria organizado uma maneira de agir religiosa afinada à maneira de agir econômica, necessária para a realização de um lucro sistemático racional.

Contrapondo-se à concepção cristã medieval preservada pelo catolicismo que exigia como requisito fundamental o desprendimento dos bens materiais deste mundo, o protestantismo valorizava o trabalho profissional como meio de salvação do homem. No luteranismo o homem é chamado por Deus não apenas para que tenha uma atitude contemplativa, mas sim para cumprir sua providência neste mundo através de seu trabalho e de sua vocação – termo que passou a significar algo praticamente sinônimo a profissão.

No calvinismo acentuava-se uma valorização religiosa da atividade profissional e do trabalho, realizava-se uma recomendação ascética pela qual se pregava a renúncia a todos os gozos e prazeres deste mundo, condenando particularmente tudo aquilo que implicasse desperdício ou esbanjamento. Em consequência, o calvinismo difundiu uma ética segundo a qual o homem deveria manter uma contabilidade diária de seu tempo, de maneira que não se desperdiçasse um minuto sequer do que passou a representar ou a ser o próprio dinheiro (o tempo).

Junto à valorização positiva do trabalho está também presente no espírito calvinista uma valorização positiva da riqueza criada por esse trabalho. Todavia, essa riqueza criada não deve ser consumida nem gozada e, tampouco, deve ser economizada no sentido de haver entesouramento. A riqueza criada deve ser reinvestida, deve servir de estímulo para que sejam criadas novas formas de trabalho. Neste sentido, para Weber, o capitalismo seria a cristalização objetiva destas premissas teológicas e éticas, segundo as quais o homem, em virtude de seu

trabalho e da riqueza criada por este trabalho, encontraria um modo sensível e concreto de conquistar sua salvação individual. Esta mentalidade criadora acabou configurando o modelo de empresário moderno, do homem de iniciativa que acumula capital não para seu próprio desfrute, mas sim para criar riqueza, conseguindo, através dela, o enriquecimento da nação e o bem-estar geral. Notaremos ao longo desta dissertação a mudança ocorrida pela difusão atual do empreendedorismo. O objetivo do capitalismo e dos capitalistas é sempre aumentar o capital e não meramente sobreviverem com seus ganhos. Este processo de reprodução do capital constitui-se em uma indicação segura de que este “empreendedor” estava “predestinado”. É precisamente neste ponto ser possível observar, de acordo com a concepção de Weber, a estreita relação (a afinidade) religiosa do calvinismo com as aspirações mundanas do capitalismo. Segundo Weber, o que se verificou foi uma interação entre o espírito e a lógica material, um alimentando o outro, um como condição de possibilidade do outro – traço fundamental para nossa análise. Com o objetivo de relacionar as ideias religiosas do protestantismo com as máximas da vida econômica capitalista Weber recorre ao termo “afinidade eletiva”⁴.

Em face da enorme barafunda de influxos recíprocos entre as bases materiais, as formas de organização social e política e o conteúdo espiritual das épocas culturais da Reforma, procederemos tão só de modo a examinar de perto se, e em quais pontos, podemos reconhecer determinadas "afinidades eletivas" entre certas formas da fé religiosa e certas formas da ética profissional. Por esse meio e de uma vez só serão elucidados, na medida do possível, o modo e a direção geral do efeito que, em virtude de tais afinidades eletivas, o movimento religioso exerceu sobre o desenvolvimento da cultura material. Só depois [quando isso estiver estabelecido de forma razoavelmente inequívoca] é que se poderá fazer a tentativa de avaliar em que medida conteúdos culturais modernos são imputáveis, em sua gênese histórica, aqueles motivos religiosos e até que ponto se devem a outros fatores (WEBER, 2004, p.83).

⁴ Afinidades Eletivas - Em alemão *Wahlverwandtschaften*. Originária das ciências naturais, mais especificamente da química do século XVIII, a expressão em latim - *attractio electiva* - passou a circular em 1782 com a publicação do livro *De attractionibus electivis* (1782), de autoria do químico sueco Torbem Bergmann, que usava o termo para se referir a existência, constatada pela química inorgânica da época, de elementos que formam combinações preferenciais, as quais, porém, em presença de determinados outros elementos, se mostram impermanentes, dissolvendo-se em favor de novas combinações. Goethe inspirou-se nesses fenômenos do mundo natural descritos por Bergmann e, vendo neles manifestações de irresistível inclinação, atração e envolvimento afetivo, transferiu o teorema das atrações eletivas - juntamente com o termo que o descrevia - para o reino das relações amorosas de atração mútua e recombinação seletiva: sua novela intitulada *Die Wahlverwandtschaften* (As afinidades eletivas) acabou por divulgar na Alemanha não só a terminologia como também seu modo de usá-la em sentido figurado, inspiração seguida mais tarde por Weber em mais de um contexto de sua sociologia. O uso weberiano mais conhecido dessa expressão se acha no final do terceiro capítulo da Parte I da *Ética protestante*, para descrever a individualidade histórica daquela atração, grávida de consequências para a civilização ocidental, entre a ética religiosa do protestantismo ascético e a racionalidade política da cultura capitalista moderna (PERUCCI, Antônio Flávio. *Glossário*, In: WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004, p.277).

Assim, o feliz termo das “afinidades eletivas” originalmente de Goethe identifica elementos convergentes e análogos entre a ética religiosa protestante e o comportamento dos agentes econômicos no capitalismo. É certo que a visão de Weber sobre o capitalismo não resulta em qualquer forma de dialética transformadora. No fim da vida – um pouco desalentado dos caminhos da sociedade moderna – ele identifica que em função do ascetismo protestante, o trabalho se tornou um fim em si mesmo, um dever e não uma disposição prática. Transformou-se em “uma jaula dura como aço”, na qual havia cessado toda a liberdade individual, restando a “escravatura sem dono” (WEBER, 2004, pp.165-167).

Marx e Weber no desenvolvimento de seus estudos sobre o capitalismo ocidental vão, a sua maneira, fornecendo perspectiva de estudo do fenômeno religioso. Em linhas gerais temos:

- Em Marx, a religião como construção social, a religião como expressão da situação do homem sob as condições de repressão (a religião como expressão do capitalismo), a religião como solução imaginária para problemas reais.
- Em Weber, a religião em *afinidade* com o capitalismo.

As perspectivas destes pensadores, aqui brevemente colocadas, ilustram o fenômeno religioso como expressão de uma situação particular dos indivíduos nas condições do neoliberalismo. A difusão sistemática do empreendedorismo pela IURD é a expressão empírica imediata desse neoliberalismo contemporâneo e para nós é a demonstração da *afinidade* que existe entre as condições atuais do capitalismo e certa concepção teológica tão de acordo com estas condições históricas muito bem demarcadas com valores e protagonistas. É o objeto desta pesquisa a reflexão acerca desta *afinidade*.

*

Cabem nesta introdução ainda algumas considerações tanto sobre o termo consagrado do neopentecostalismo como e o termo consagrado do neoliberalismo. O termo neopentecostal ou neopentecostalismo foi cunhado nos USA em 1970 (MARIANO, 1996) e tornou-se expressão chave entre boa parte dos estudiosos do fenômeno religioso pentecostal no Brasil. Optaram por este termo, entre outros, Ari Pedro Oro (1992); Jardelino (1992), Freston (1993), Mariano (1996) Campos (1997), Giumbelli (2000), Gouvêia (1996), Mafra (1999), Mendonça (1994), Monteiro (1995) e Moreira (1996). Frente à complexidade do

objeto, este termo, tem-se demonstrado limitado ou um conceito-obstáculo (MORAES, 2010). Paulo ROMEIRO (2005, p.49) diz que; “definir o neopentecostalismo não é tarefa simples. As novas igrejas e os líderes multiplicam-se rapidamente, sempre introduzindo alguma novidade na liturgia e na teologia, tornando o tema cada vez mais amplo e complexo”. Abumanssur (2014), em um artigo publicado na Revista Horizontes “Fé e Crime na Quebrada”, comenta sobre a dinâmica e velocidade com que o pentecostalismo age e reage aos contextos onde cresce havendo sempre um aspecto ou novidade desse fenômeno demandando por análise. No Dicionário Brasileiro de Teologia, Campos (2008) salienta que todas as religiões estão, naturalmente, sujeitas a mudanças, devido às questões históricas e sociais. Como tal, o Cristianismo e, por consequência, o Pentecostalismo no Brasil, apresentam essa característica. Frente a esta dinâmica ou realidade sociológica não tão bem definida como os cientistas sociais da religião gostariam, optei por conservar o termo neopentecostalismo nesta dissertação por alguns motivos: primeiro por esse termo ter se tornado de uso mais frequente nas pesquisas acadêmicas; segundo por ser esse o termo de uso mais popular; terceiro porque não compromete esta pesquisa e por fim, por não ter sido cunhado ainda um termo que dê conta desta complexidade.

Destarte, quanto ao neoliberalismo, seus primeiros traços nasceram logo após a Segunda Grande Guerra mundial, nos principais países do mundo do capitalismo maduro e, se estabeleceu a partir da crise estrutural do capital, isto é, após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana (1930-1973). Interessante notar que nesta fase conhecida como os anos dourados do capital o que se dizia sobre empreendedorismo era relativo ao sucesso dos já grandes capitalistas, isto é, os vencedores capitalistas eram vistos como empreendedores de sucesso. Veremos que nos tempos atuais a temática do empreendedorismo e a intensa difusão do ideal do empreendedorismo é remetida é difundida entre os que estão em grave situação financeira e não aos que já lucram fartamente com seus negócios de sucesso.

No início dos anos 70 o capitalismo começou a enfrentar uma série de contingências negativas que encontravam suas raízes mais profundas numa crise de superprodução, resultado do excesso constante de capacidade de produção do setor manufatureiro internacional. Era uma crise intensa da estrutura produtiva, da forma técnico-organizacional do trabalho, baseada no modelo de produção e consumo em larga escala. Melhor ainda, era uma crise de desestruturação da lógica produtiva fordista-taylorista e de sua consequente forma de organização do trabalho sob o capital. Essa crise fez com que, entre tantas outras

consequências, os capitalistas implementassem um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo de reprodução que afetou fortemente o mundo do trabalho (TEIXEIRA, 1998).

A exigida reordenação da hegemonia do capital passou pelo reforço do capital financeiro (com o ressurgimento da especulação) (CHESNAY, 1996; HARVEY, 2002) e pela desestruturação da classe operária e suas relações de solidariedade social (sindicato e partido de massa) no próprio processo de produção (ANTUNES, 2007). Práticas neoliberais passaram a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), privatização do Estado, desmontagem do setor produtivo estatal, desregulamentação dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo de esquerda, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, dos quais a cultura identificada como pós-moderna é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista que faz frente aos valores e interesses do capital. Essas mudanças propostas pelo ideário neoliberal implicariam menos gastos com a saúde, habitação, segurança e educação. Porém, qual foi o resultado concreto dessa mudança? Primeiramente, a precariedade aumentou já que os trabalhadores ficaram coagidos pelo medo do desemprego, sendo obrigados a se submeter a jornadas mais longas e com menor remuneração, a trabalhos temporários e a terceirizações. A linha de montagem é ainda mais desvalorizada em comparação com os empregos dos executivos de modo que os trabalhadores são obrigados a acumular mais funções como, por exemplo, além da produção também assumem o controle de qualidade desta produção. Da mesma forma, a flexibilidade do horário de trabalho praticamente não contemplou os operários, ficando restrita a posições mais elevadas na hierarquia. As grandes empresas demitiram muitos funcionários que foram readmitidos como “*pessoa jurídica*”, ou reincorporados como terceirizados, contratando serviços de grupos menores para diminuir custos. Os anos 1980 podem ser pertinentemente caracterizados como a “*década da maré neoliberal*”. A aceitação da proposta “neoliberal” era tida como condição para conceder cooperação financeira externa “bilateral” ou “multilateral”.

No que diz respeito ao neopentecostalismo brasileiro, estava posto o cenário propício da reestruturação produtiva neoliberal da qual decorria profundo intenso desemprego para o crescimento de uma igreja que tinha em seu discurso a promessa de solução para as questões

materiais cotidianas, a Universal do Reino de Deus (IURD). Com a população empobrecida e com as empresas estranguladas pelo ambiente econômico desfavorável – hiperinflação e recessão – os pastores da IURD prometiam a conquista de um emprego, a promoção profissional, a cura das enfermidades, o fim das dívidas, ou seja, um cardápio que não tardou a seduzir milhares de brasileiros desesperançados.

A motivação religiosa do movimento neopentecostal fundamenta um impulso aquisitivo individual que é a pedra de toque do neoliberalismo. O discurso teológico desta corrente pentecostal foca, entre outros, na Teologia da Prosperidade (TP) que valoriza o dinheiro e o sucesso material. Segundo Abumassur (2002), a TP existe naquilo que chamou de uma “ausência de macrotemporalidade”, isto é, “o discurso neopentecostal encoraja o investimento de tempo, dinheiro e atenção nesta vida”⁵ o que altera sobremaneira o modo de viver e ser pentecostal, uma vez que deixa para trás antigos estereótipos, práticas e costumes, como o sectarismo e o ascetismo. Se os pentecostais projetavam suas vidas para o futuro no paraíso, os neopentecostais pregam a necessidade do sucesso na terra, hoje.

Mariano (1996) ao estabelecer distinções entre o pentecostalismo e o neopentecostalismo torna mais evidente a ênfase que o segundo grupo coloca nas questões materiais:

A promessa de salvação paradisíaca no pentecostalismo sempre foi acompanhada de forte rejeição e desvalorização do mundo. O neopentecostalismo transformou as tradicionais concepções pentecostais acerca da conduta e do modo de ser do cristão no mundo. Ser cristão tornou-se o meio primordial para permanecer liberto do Diabo e obter prosperidade financeira, saúde e triunfo nos empreendimentos terrenos. Manter uma boa relação com Deus passou a significar se dar bem nesta vida. “Ter um encontro com Cristo”, portanto, corresponde, na visão dos líderes neopentecostais, a gozar uma vida próspera e feliz, ou à certeza de poder contar com a efetiva intervenção divina em toda e qualquer circunstância, mesmo que seja para satisfazer interesses e ambições materiais (p. 226).

Cecília Loreto Mariz (1995) ao mapear os argumentos na literatura das décadas de 1960 até 1995 que se somam ao da “mercantilização da fé” chama a atenção para, repetidamente, motivarem perspectivas depreciativas do neopentecostalismo.

Ricardo Mariano (2003, pp.239-240) em linha com Mariz diz, “pesquisadores afirmam categoricamente que a liderança da Universal comanda uma organização religiosa e

⁵ABUMANSSUR, Edin Sued. *Crisis as Opportunity: Church Structure in Times of Global Transformations. Religion within a Context of Globalization: The Case of Brazil*. Revista de Estudos da Religião (**REVER**), São Paulo, v. 3, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/>, acessado em março de 2019.

empresarial com fins lucrativos e aproveita-se de seu poder eclesiástico para enriquecer mediante a exploração financeira de seus seguidores”.

Antonio Golvea Mendonça (1992) frisa que “a vertente neopentecostal apresenta características empresariais de prestação de serviços ou de oferta de bens de religião mediante recompensa pecuniária e possui modernos sistemas de administração e de marketing”

Ari Pedro Oro (1996) assevera que a liderança dessa Igreja adota um “modelo empresarial” na gestão da organização eclesiástica e presta serviços religiosos mediante pagamento, resultando na “fetichização do dinheiro” e na “mercantilização do sagrado”.

Jesus Hortal (1994) afirma que os pastores da Universal não só praticam diversas “técnicas de arrecadação de recursos”, como têm “participação nos lucros” da organização.

Flávio Pierucci e Prandi (1996) afirmam que a cúpula eclesiástica da Universal “concebe abertamente a Igreja como empresa econômica e a religião como fonte de lucro e enriquecimento pessoal”.

Leonildo Silveira Campos (1996), explica o crescimento da igreja e a sua facilidade de atrair:

As pessoas percebem os seus lugares de culto como espaços de teatralização, ritualização e troca de dinheiro por bens simbólicos. A ação religiosa é tida pelos fiéis como eficiente e eficaz para resolver os problemas práticos da vida cotidiana que afetam uma boa parte da população brasileira, tais como doença, desemprego, conflitos pessoais e grupais e assim por diante. Sociologicamente a Universal do Reino de Deus oferece uma filosofia de prosperidade com forte lastro religioso.

Segundo Diana Nogueira de Oliveira Lima doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), pesquisadora na área da antropologia urbana, com especial atenção às dimensões da religião e da economia,

A Igreja Universal do Reino de Deus, em seus serviços religiosos diários, prega que a salvação, sob a forma de prosperidade, chegará no mundo para todo aquele que “aceitar Jesus”. Mais do que em outras igrejas pregadoras da teologia da prosperidade, a IURD imprime um tom pedagógico aos seus cultos. Nesta igreja os fiéis pedem a “vitória”, cantam por ela, gritam por ela, pagam o dízimo por ela e aprendem sobre como alcançá-la com o clero, que lê e comenta toda semana casos simples de sucesso em “marketing” (2010, p.367).

Em sua reflexão sobre a TP João Batista Libânio (2002) comenta, “é uma teologia feita sob medida para alimentar igrejas que sustentam o sistema neoliberal. [...] não ocorrendo práticas de solidariedade, de opção pelos pobres” (apud ROMEIRO, 2013, p.110). Uma teologia que faz com que não se perceba o nexo estrutural entre a pobreza como fenômeno socialmente produzido e a própria lógica do mercado capitalista. Pelo contrário, doença e pobreza são maldições a serem quebradas pela fé.

A despeito das análises e críticas, a IURD segue influenciando uma grande parte de pessoas oriundas dos estratos mais pobres da sociedade brasileira, que se concentram nas periferias urbanas e, muitas vezes, não têm acesso ao mercado formal de trabalho ou aos serviços de saúde e educação. Tal influência tem provocado mudanças: nas pessoas, no cotidiano das pessoas, no entorno das pessoas e no modo de ser neopentecostal (ABUMANSSUR, 2014; CUNHA, 2008, 2015). Não se pode, por sua vez, ignorar que o ambiente sócio econômico das décadas de 70 a 90, bem como, o da atualidade foram e são propícios ao discurso iurdiano, serve aos seus adeptos como contexto útil no enfrentamento da violência, da pobreza, do alcoolismo (MARIZ, 1994, 1996; MACHADO, 1996). Nesse sentido, pode-se vislumbrar a importância da análise que pretende o entendimento da afinidade entre o neoliberalismo e a IURD e, por consequência, sua influência no comportamento religioso, que não se detém somente a uma perspectiva depreciativa, mas que procura descortinar esta dinâmica e suas consequências, podendo ajudar futuras pesquisas que visem analisar o religioso em relação às ideologias modernas.

A literatura das ciências sociais da religião sobre a IURD aponta ainda a influência que ela vem tendo sobre outras denominações pentecostais e também sobre o catolicismo carismático, face à concorrência religiosa. Essa igreja foi apontada por vários cientistas sociais, não só brasileiros, como o maior fenômeno religioso da América Latina nas três últimas décadas⁶. Fundada em 1977, a IURD saltou de 269 mil adeptos no recenseamento demográfico de 1991 para 2,1 milhões no censo de 2000, tendo uma variação média anual quase quatro vezes superior ao conjunto dos pentecostais (JACOB et al, 2003, p.42). Embora a IURD tenha apresentado uma diminuição de adeptos no recenseamento de 2010 (menos 9,5%), sua presença forte no cenário brasileiro é inegável. Expansão religiosa e prosperidade material caminham juntas nesta instituição. O que nos leva a hipótese básica desta pesquisa, isto é, a de que a IURD proclama uma relação com Deus baseada na certeza de um bom

⁶ A IURD assume alguns traços diferentes nos países latino-americanos, conforme as peculiaridades nacionais e regionais (ORO et al, 2003; CAMPOS, 2002).

investimento, a solução definitiva de seus problemas financeiros. Sendo o empreendedorismo o meio através do qual os fiéis irão enriquecer para poder consumir. Logo, o fiel da IURD não procura a riqueza para comprovar a sua salvação; ele quer enriquecer, via empreendedorismo, para consumir mais como sinal de sua salvação. Nada mais *afinado* com o espírito neoliberal e como resposta necessária apoiada pelos economistas da ordem para a crise estrutural profunda em que se encontra o sistema do capital mundializado.

*

Como forma de sustentar o diálogo entre a expressão econômica da sociedade capitalista contemporânea e uma de suas expressões religiosas mais dinâmicas no Brasil, propus no primeiro capítulo desta pesquisa, apresentar o liberalismo clássico, ou seja, o conjunto de ideias burguesas que conduziu ao processo revolucionário de consolidação da sociedade capitalista no século XVIII. Entretanto o liberalismo tem uma longa história e vem acompanhando praticamente as demandas desse sistema acomodando teorias e propostas para atender às novas etapas da reprodução do capital tal como a retomada ocorrida a partir da década de 1970 consagrada pela expressão neoliberalismo inaugurando mais uma das etapas de renovação do sistema do capital devido ao esgotamento das formas fordistas de acumulação que ao seu modo não deixava de ser liberal.

No segundo capítulo acentuo o diálogo proposto considerando que o neopentecostalismo brasileiro, seu nascimento, ampliação e prática é resultado da disseminação da doutrina que embasa a nova ordem econômica internacional, o neoliberalismo. Para tanto, voltaremos o nosso olhar para a Igreja Universal do Reino de Deus procurando identificar em sua prática - sua gênese e crescimento, sua liderança, seus meios de comunicação e seu discurso - a ética neopentecostal em afinidade com o espírito do neoliberalismo.

No terceiro capítulo procuraremos desenhar empiricamente a dimensão da convergência entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o neoliberalismo. O capítulo será iniciado com a apresentação do jornal *Folha Universal* e em seguida será feita uma exposição sobre a maneira como a *Folha Universal*, na sua sessão *Sucesso Financeiro* aborda o empreendedorismo e qual o seu conteúdo ideológico particular. Tal exposição resultará: primeiro da seleção dos artigos e segundo na identificação de subtemas que gravitam em torno da noção que a IURD tem de “empreendedorismo”.

CAPÍTULO 1:

O ESPÍRITO DO NEOLIBERALISMO

Nós vos pedimos com insistência:
 não digam nunca "isso é natural"
 diante dos acontecimentos de cada dia,
 numa época em que reina a confusão,
 em que corre sangue,
 em que o arbitrário tem a força da lei,
 em que a humanidade se desumaniza,
 não digam nunca: "isso é natural"
 para que nada passe a ser imutável!

Bertolt Brecht⁷

Neste capítulo procuraremos discorrer sobre o neoliberalismo, uma ideologia e uma prática, que nasce logo depois da II Guerra Mundial estimulando a volta aos antigos ideais do liberalismo clássico do século XIX; sua implantação ganhará força nas décadas seguintes e será a partir de 1970 a orientação majoritária da política econômica mundial. Para a compreensão do neoliberalismo e do ponto de afinidade que o neopentecostalismo encontra nele, será feita uma breve abordagem histórica da gênese e desenvolvimento do liberalismo clássico. Neste percurso será dado destaque aos seguintes acontecimentos que influenciaram a construção da ideia de um Estado Liberal: a Reforma Protestante, na medida em que esta levou ao ápice a secularização e contribuiu para legitimar o pensamento e a prática da burguesia, tais como as teorizações dos pensadores Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704) na fundamentação da sociabilidade política quanto na definição dessa sociabilidade a partir de um estado de natureza e as teorizações de Adam Smith (1723-1790) que apoiada nessa explicação de um estado de natureza faz emergir a concepção de valor na economia política.

Veremos assim, que a passagem do estado absolutista para o estado liberal burguês foi uma das primeiras transformações do estado capitalista. O desenrolar do sistema desde a acumulação primária de capitais comerciais nas mais poderosas nações mercantilistas

⁷ “A exceção e a regra”: fragmentos de uma reflexão jurídico-literária, escrita em 1929/1930 pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht. A peça trata do julgamento de um comerciante rico, que durante uma viagem de negócios pelo deserto, matou o homem que lhe servia de carregador e guia. BRECHT, Bertolt. Teatro completo. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. v. 4. p. 129-160.

europeias até nossa época contemporânea exigiu novas alterações na forma do Estado, desde o estado liberal-democrático que vai acompanhar e sustentar as revoluções industriais na Europa e Estados Unidos, além de outros países americanos até a saturação do período conhecido como era dourada do capital cuja solução segundo as orientações dominantes parece ser a luta pela diminuição do estado e a liberalização total de todo tipo atividade econômica – isto é o neoliberalismo.

Essa trajetória percorrida pelo capital e pelas formas do estado grosso modo, poderíamos também observar o mesmo processo nas transformações ocorridas pelo cristianismo, desde a passagem do catolicismo-romano para o protestantismo seguida pela formação do pentecostalismo e, mais recente, pelo neopentecostalismo.

Não há como negar, que as mudanças políticas e econômicas geraram alterações significativas na expressão religiosa das pessoas. O conteúdo mudou, mas a forma essencial permaneceu tanto no capitalismo como no cristianismo além da influência mútua e constante de um sobre o outro.

1.1 A gênese e desenvolvimento do liberalismo clássico

A crise do Antigo Regime⁸, provocada pela generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho, trouxe a tona uma nova sociedade gestada nas entranhas do mundo feudal; em suas mãos, o liberalismo “se erguia como fundante de uma teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social” (NETTO, 2006, p. 17). Esse era o momento em que espírito capitalista começou a alcançar uma posição preponderante no espírito dos homens não podendo mais ser contido nos estreitos limites do *Antigo Regime* (LASKI, 1973).

Assim, a burguesia efetuou uma transformação fundamental nas relações legais entre os homens, “desapiedadamente, rompeu os laços feudais heterogêneos que ligavam o homem aos seus ‘superiores naturais’ e não deixou restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril, além do ‘pagamento em dinheiro’ desprovido de qualquer sentimento” (MARX e ENGELS, 1998, p.13).

⁸ “*Antigo*, em primeiro lugar, porque politicamente teocrático e absolutista. *Antigo*, em segundo lugar, porque socialmente fundado na ideia de hierarquia divina, natural e social e na organização feudal, baseada no pacto de submissão dos vassalos ou súditos ao senhor.” CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2010, p. 468.

No bojo de tão complexo movimento, alguns eventos contribuíram mais diretamente para a formação do liberalismo:

O status foi substituído pelo contrato como alicerce jurídico da sociedade. A uniformidade de crença religiosa deu lugar a uma diversidade de credos em que até o ceticismo encontrou um direito à expressão. O vago império medieval da *jus divinum* e da *jus naturale* cedeu ao poder da soberania nacional. O controle da política por uma aristocracia cuja autoridade assentava na propriedade da terra passou a ser compartilhado com homens cuja influência derivava unicamente da propriedade de bens móveis. O banqueiro, o mercador, o fabricante começaram substituindo o latifundiário, o eclesiástico e o guerreiro como os tipos de influência social predominante. A cidade, com a sua infatigável paixão pela mudança, substituiu o campo, com a sua aversão às inovações, como fonte primordial de legislação. Lenta mas irresistivelmente, a ciência substituiu a religião como fator dominante na modelação dos pensamentos dos homens. A ideia de uma idade de ouro no passado, com a sua ideia simultânea de pecado original, cedeu o passo à doutrina de progresso, com a sua noção concomitante de perfectibilidade através da razão. Os conceitos de iniciativa social e de controle social renderam-se aos de iniciativa individual e de controle individual (LASKI, 1973, p. 9).

Entre esses eventos, quero chamar a atenção para “a uniformidade de crença religiosa que deu lugar a uma diversidade de credos”. Tal diversidade de credos só foi possível devido à Reforma Protestante; e, a Reforma, por sua vez, aconteceu em razão das novas formas econômicas de vidas, o que Karl Marx (1818-1883) identificará como a fase da acumulação primitiva do capital. As grandes mudanças nas ordens econômicas e sociais demandavam mudanças nas formas religiosas. A nova classe “média” capitalista desejava libertar-se não apenas das restrições econômicas, que obstruíam o desenvolvimento da manufatura e do comércio, como também do opróbrio moral que a Igreja Católica lançara sobre as suas motivações.

Uma vez que a ética cristã medieval⁹ era inadequada enquanto base para a justificação moral do sistema burguês emergente, esta teria de sofrer modificações profundas ou ser

⁹ “O produtor medieval, quer nos domínios da finança, do comércio ou da manufatura, alcançava seu objetivo individual através de uma atividade que, em tôdas (*sic*) as suas fases, o vinculava a normas de conduta que pressupunham estar a obtenção de riqueza justificada unicamente num contexto de princípios éticos. O produtor tinha o direito à suficiência; mas devia atingir essa suficiência pelo uso de meios reputados moralmente adequados. Não devia fazer da valia mera função da procura. Não devia pagar apenas aqueles salários que o trabalhador pudesse reclamar. Horas de trabalho, qualidade do material, método de venda, caráter do seu lucro, tudo isso, para dar apenas alguns exemplos, estava sujeito a um conjunto de regras elaboradas, em sua base, em função de certos princípios morais cuja observância era tida como essencial à salvação eterna. A Idade Média estava impregnada da idéia (*sic*) de um fim supremo, além desta vida, ao qual toda a conduta terrena tinha de obedecer e conformar-se. A busca da riqueza pela riqueza era considerada incompatível com essa idéia (*sic*). A riqueza era concebida como um fundo de significado social e não como posse individual. O homem rico não gozava para si próprio nem pelo simples prazer de abastança; era uma espécie de intendente ou curador, agindo

totalmente rejeitada para que os valores que legitimariam o sistema capitalista fossem elaborados. Tal ética, entretanto, teria que ser modificada internamente, ou melhor, “o discurso ideológico dominante, clerical, só poderia ser negado por um discurso que partisse dele. Só poderia ser quebrado por dentro” (FRANCO JUNIOR, 2001, p.131). E foi, precisamente, o que aconteceu. A teologia protestante floresceu no interior do catolicismo, ao nuclear, a confissão individual em Jesus Cristo para a salvação. “O ponto de partida dos reformadores não foi o que as pessoas podiam e deviam fazer por sua salvação, mas o que Deus já realizara em Cristo” (BOSCH, 2002, p. 295). A pergunta pela salvação se tornou uma questão pessoal, subjetiva do indivíduo. Essa confissão individual, por sua vez, se opunha à teologia e às doutrinas comuns da igreja católica, “despiu-se tanto quanto possível dos três mais poderosos elementos concomitantes do sagrado: o mistério, o milagre e a magia” (BERGER, 2017, p. 150), o que fez provocar o rompimento com Roma e “o fim da unidade da religião que impregnava e enquadrava toda a vida dos europeus” (LE GOFF, 1995, p.40).

A reforma protestante, portanto, “deu origem a novas doutrinas teológicas, efetuou vastas mudanças na distribuição da riqueza e facilitou imensamente o desenvolvimento do governo secular [...] imprimiu um profundo ímpeto à corrente racionalista” (LASKI, 1973, p. 22) e, com a sua doutrina individualista, ainda que de maneira inconsciente, emancipou o indivíduo da condição social fixa e fomentou a ideia do valor do indivíduo, da consciência individual. A partir de então, as pessoas deixariam de ser definidas, como na tradição europeia, a partir de sua origem familiar. Surgiu, neste momento, o indivíduo cuja posição no cosmos não iria depender mais dessa hierarquia vertical da ordem do mundo, mas irá depender da maneira como essa consciência individualizada realiza a sua liberdade para angariar a vontade de Deus (CHAUÍ, 2019).

Num certo sentido cada indivíduo/crente tornou-se um sacerdote podendo, agora, prescindir do clero, poderia ler e interpretar particularmente a Bíblia, chegar a uma compreensão pessoal da fé e a um compromisso pessoal (BOSCH, 2002). Possibilitava-se desta maneira, uma substituição da autoridade pela razão, “um incentivo ao livre pensamento na esfera religiosa” (LASKI, 1973, p. 47), uma ampliação do domínio da razão. A razão tornou-se o princípio ordenador da sociedade, e a política desvinculada da religião, tornou-se ela própria uma esfera da ação humana racionalizada.

em nome da comunidade. Portanto, estava limitado tanto no que podia adquirir como nos meios pelos quais lhe era possível adquirir. Tõda (sic) a moralidade social da Idade Média baseou-se nessa doutrina, que foi imposta pelos cânones da Igreja e pelo Direito Civil” (LASKI, 1973, p. 16) .

Segundo Berger (2017), “o protestantismo funcionou como um prelúdio historicamente decisivo para a secularização” (p.152). “[...] pela primeira vez na história, as legitimações religiosas do mundo perderam sua plausibilidade” (p. 166). Quanto a racionalidade (i.e. a quebra das relações tradicionais, a busca do lucro, o rompimento das relações hierárquicas), observa Weber (2004, pp.73-113), os protestantes (calvinistas) favoreceram, contribuíram para o surgimento do capitalismo, visto que uma ética baseada na vocação, na experiência com Deus e na predestinação legitimava a dominação de classe e o avanço do lucro. Por consequência, a reforma protestante recebeu amplo apoio da burguesia nascente e dos príncipes alemães, doravante haveria uma Europa protestante e uma Europa católica, o que já não era mais apenas uma Europa dividida politicamente, mas agora dividida também religiosamente, cuja duas metades entrariam num conflito frequente e feroz (LE GOFF, 1995), para estabelecer que ramo da fé cristã teria supremacia em determinada área (BOSCH, 2002).

A era da Reforma foi, portanto, o começo da liberdade da burguesia, liberdade das restrições econômicas que tolhiam a realização dos seus negócios cotidianos, “foi mais a era do desafio do que da vitória [...]. Mas os alicerces da total emancipação estavam lançados” (BOSCH, 2002, p. 53). Em razão de sua origem o *ethos* liberal se tornou hostil às pretensões das igrejas e refratário em relação às tradições, concebia com desconfiança o controle sobre o pensamento e todo e qualquer esforço da autoridade do governo para impedir a livre atividade do indivíduo. (LASKI, 1973). Com isso, as próprias igrejas que nasceram com a Reforma Protestante, expressavam um contexto em que os ditames religiosos não ditavam mais exclusivamente as regras. Nesta medida a religião deixou de ser o espaço formador do indivíduo para confinar-se ao mundo da vida privada, ao âmbito do foro íntimo (LIBÂNEO, 2004).

Ao longo do período mercantilista, as concepções individualistas inspiraram protestos contra a subordinação das questões econômicas às decisões do Estado Absolutista cujo monarca deixava pouco espaço livre para o nascente mercado que se tornava mundial com a exploração comercial das colônias; as parcelas da burguesia ascendente que não estavam próximas ao poder do monarca absoluto também queriam sua parcela de poder para lucrar. Tratava-se da afirmação liberal de suas demandas que foi conquistada a partir de um acirrado questionamento e revolta em relação ao direito divino dos reis. Esse questionamento, essa crítica basearam-se nas ideias do direito natural do indivíduo e da sociedade civil, criando,

consequentemente, a ideia de contrato social que substituirá a de submissão social, desconstruindo a origem divina do poder do soberano.

1.1.1 Thomas Hobbes e John Locke – a “essência natural” do indivíduo

Hobbes e Locke, filósofos ingleses, buscaram a legitimação do poder sem a intervenção divina. Sob o ponto de vista do Hobbes, para trazer a ordem, para Locke, para garantir as leis e as liberdades individuais. Ambos queriam que a existência do Estado fosse legitimada e garantida, fora da esfera de influência do poder da Igreja Católica. Para tanto, estes autores constroem uma *ficção teórica*, o assim chamado estado de natureza dos indivíduos – a ideia de que os indivíduos vêm ao mundo trazendo consigo direitos que lhes pertencem por natureza - e a partir daí julgam como deve ser estruturada e organizada a sociedade política. Esta *ficção* serve para mostrar por que os indivíduos devem abandonar o estado de natureza para ingressarem numa vida regrada por normas e leis cujo responsável em última instância seria o estado que garantiria segurança (Hobbes) se orientado por homens dotados de razão e consumidores da liberdade e dos direitos naturais (Locke).

As normas e leis organizariam as condições para a indústria, para o cultivo da terra, para a navegação e transporte de mercadorias entre países. Hobbes pondera que “se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente esperando que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto do seu trabalho, mas também de sua vida e de sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros” (1979, p. 79), o Estado de sociedade levaria a paz entre os homens que se deixados por si mesmos estariam sempre em guerra. O medo da morte leva os homens, portanto, a buscar a paz, que só poderá ser assegurada mediante a criação de uma instância política capaz de refrear os impulsos autodestrutivos. Por conta disso, então diz Hobbes (1979, p. 106), “os homens concordam entre si em submeterem-se a um homem, ou a uma assembleia de homens, voluntariamente, com a esperança de serem protegidos por eles contra todos os outros”. E desta forma, conclui ele em outro lugar, “que derivam todos os direitos e faculdade daquele ou daqueles a quem o poder soberano é conferido mediante o consentimento do povo reunido” (p. 107).

O Estado aparece, assim, como resultado da vontade dos indivíduos. São eles que, por consentimento voluntário, criam o poder político para protegê-los e preservar suas vidas. A despeito do fato de serem indivíduos os autores da coisa pública, eles acabam por

transferirem, de uma vez por todas, de uma forma absoluta, todos os seus direitos para a figura que encarna este poder soberano. Em consequência disto, os indivíduos perdem o direito de dizer não, de impor limites à ação do Estado, cabendo-lhes tão somente a obedecer às leis instituídas pelo soberano. Observe-se ainda que, para Hobbes, o estado é uma *força externa* criada pela razão que, utilizando o contrato (a renúncia dos direitos ou o pacto de submissão) como instrumento, abre caminho para a superação dos conflitos *naturais* e, portanto para a realização da paz, paz essa que corresponde a necessidade essencial à existência humana, sob a ordem liberal burguesa.

Diferentemente de Hobbes, para Locke, os direitos naturais são uma garantia contra o poder absoluto do Estado. Tais direitos nascem com os indivíduos independentemente de eles pertencerem ou não a uma dada comunidade política (LOCKE, 1973). O Estado não pode violar estes direitos. Ao contrário deve reconhecê-los e assegurar o seu exercício por cada indivíduo. Isto transforma o indivíduo em um cidadão, na medida em que ele é reconhecido como portador de direitos e pode, assim, cobrar do Estado a liberdade de exercê-los contra todo e qualquer poder arbitrário imposto a ele sem seu consentimento

Locke acredita na propriedade sendo, assim como o estado de natureza, anterior a sociedade. O que quer dizer que não há quem não tenha, desde as condições naturais do homem, uma propriedade. Nessa mesma perspectiva de entendimento, Locke destaca o trabalho como componente das condições de apropriação dos bens naturais; diz ele: “desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou” (LOCKE, 1973, pp. 51-52). Dessa maneira, Locke vai dando conteúdo ao argumento de que o trabalho deve ser considerado também como fonte de riqueza. Outro ponto interessante acerca da questão da propriedade lockeana é a transição da propriedade limitada para a propriedade ilimitada e o advento do capitalismo. A princípio a propriedade era limitada pela capacidade de trabalho do indivíduo, com o surgimento do dinheiro, as formas de aquisição da propriedade foram modificadas pelo comércio, com isso, o mais sagrado de todos os direitos naturais – o direito a propriedade – vê-se, assim, ameaçado. Para preservá-lo, os homens acordam em fundar uma comunidade política, que tem no Estado a garantia de resguardar este direito natural e, com ele, a liberdade de dispor de sua própria vida, uma vez, que cada indivíduo deve sua existência ao trabalho. Segue-se daí, portanto, que a propriedade é, para Locke, o fundamento da liberdade do homem e, neste sentido, condição de possibilidade para o exercício da cidadania.

Se o homem deve sua existência ao trabalho, renunciar ao direito de propriedade seria, para Locke, abdicar da própria vida. Por isso, o homem não pode transferir tal direito para o Estado, como advoga Hobbes. Neste sentido, os homens devem conservar sempre o poder de eleger e destituir seus representantes, cuja razão de ser é defendê-los do abuso ou da injustiça que se venha a cometer contra a propriedade.

A ideia do contrato social para Locke é justamente fazer a transição do estado de natureza para o estado civil, onde, por meio dele, e independente da forma de governo, estariam preservadas as propriedades e a comunidade de conflitos internos e externos. O contrato social para Locke assume um papel de pacto de consentimento em que os homens concordam em construir a sociedade civil com a finalidade de preservar e consolidar os direitos naturais. A ideia é que os direitos naturais fiquem amparados sobre uma norma e da força do comum representado pelo centro de tomada de decisões.

Locke acredita que independente da forma de governo, é importante saber que: “todo o governo não possui outra finalidade além da conservação da propriedade” (LOCKE, 1973, p. 93). Em sua estrutura de sociedade, o poder legislativo é o poder supremo haja vista que esse é escolhido pela maioria. Além disso, é importante salientar que nessa organização dos poderes, o poder legislativo subordina os poderes executivo e federativo.

O fim do *Anciën Regime* finda quando a teoria política consagrou a propriedade privada como direito natural e desfez a imagem do rei/soberano como senhor dos bens. A decisão sobre tributos passa a ser tomada por um Parlamento transferindo por esse meio institucional poder político ao indivíduo; poder nascido de um contrato social voluntário em nome da liberdade, da vida e da propriedade.

1.1.2 O mercado enquanto espaço determinante da sociabilidade

Se a ciência política moderna parte da *ficção teórica* que é o estado de natureza, a economia política clássica se arma de recurso metodológico semelhante. Adam Smith, por exemplo, seu pensamento filosófico e econômico encontra-se, basicamente, em a “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759) e em a “Riqueza das Nações” (1776), respectivamente. Na “Teoria dos Sentimentos Morais”, Smith teria como sustentação de sua concepção ética o lado simpático da natureza humana; enquanto na “Riqueza das Nações” realça a ideia do homem movido pelo egoísmo, constituindo-se este, na força motriz do comportamento humano.

Adam Smith constrói sua teoria do valor partindo de um estado hipotético¹⁰. É a partir daí, deste estado hipotético, que Adam Smith constrói seus conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do seu tempo. Uma sociedade ainda dominada pela presença de resquícios feudais e com uma forte intervenção estatal, que ditava as normas de comércio e de produção. Contra esta forma de organização da produção social, considerada por ele como um dos principais obstáculos à riqueza das nações, Smith contrapõe aquele estado idílico, onde ninguém estava sujeito a nenhuma autoridade externa, apenas aos seus próprios interesses particulares, para defender a ideia de que “numa sociedade civilizada, o homem a todo o momento necessita da ajuda e cooperação de grandes multidões, e sua vida inteira mal seria suficiente para conquistar a amizade de algumas pessoas” (SMITH, 1985, p. 49). Por isso ele, o homem

terá maior possibilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a autoestima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isso que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer... é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm por seu próprio interesse (SMITH, 1985, p.50).

Vê-se, então, que a vida em sociedade é determinada por um conjunto de relações de compra e venda que integram os indivíduos numa grande teia de relações de dependência recíproca. Assim, se a cada indivíduo for garantida a liberdade de agir por conta própria, e o Estado não interferir na economia cada país poderá atingir o pleno desenvolvimento econômico e com ele o bem-estar geral da sociedade. Trata-se de um princípio que procura demonstrar que a economia deve funcionar sem qualquer regulamentação social direta. A livre concorrência entre os empresários regularia o mercado, provocando a queda de preços e as inovações técnicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo de produção. O mercado agiria, segundo Adam Smith, como uma “mão invisível”, canalizando as motivações egoístas e interesseiras dos homens para atividades mutuamente complementares que promoveriam de forma harmoniosa o bem-estar da sociedade (SMITH, 1985).

¹⁰ “Um estado hipotético habitado por caçadores, que permutam entre si os diversos produtos de seus diferentes trabalhos. Nesse estado, em que não há patrões nem empregados, o valor do produto pertence integralmente ao seu produtor. A única regra que os produtores observam, quando trocam entre si suas diferentes mercadorias, são as quantidades de trabalho nelas inseridas. A liberdade de que gozam os produtores para produzir o que mais lhes convier garante pleno abastecimento do mercado e, assim, a satisfação das necessidades da sociedade. A ausência total de regulação externa, para coordenar as diversas atividades dos indivíduos, é a melhor maneira para a sociedade alcançar a prosperidade e a felicidade de seus membros” (TEIXEIRA, 1998, p.206).

Com efeito, tanto a ciência política moderna como a economia política clássica, que separam a análise econômica de seus contextos históricos sociais, recorreram a uma *ficção teórica*, a hipótese de um estado de natureza, para a partir daí lerem e julgarem a realidade presente, para, então, proporem um programa de ação voltado para transformar o estado de coisa reinante. Contra o abuso do poder estatal, quer na esfera da administração da sociedade (defesa do território nacional, estabelecimento da ordem pública e esclarecimentos e sanção de delitos), quer na esfera da economia, todos os teóricos do Estado moderno (com exceção de Hobbes), defendiam um governo limitado, um Estado de direito (liberal).

O que estava em questão era o fim da intromissão do Estado nos assuntos econômicos e nos da vida social, pregando uma política de livre comércio, a doutrina do *laissez-faire* (“deixa o mercado fazer”) sem qualquer interferência a não ser o atendimento dos interesses dos que atuam neste mercado comprando ou vendendo. Esta é, então, a origem dos princípios constitucionais modernos, das ideias de governo estatal limitado e da separação de poderes.

Para que as ideias liberais se consumassem e a burguesia triunfasse, foram necessários três séculos de “revolução constante da produção, de distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais [...] [período em que] todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas” (MARX, 2005, p. 14), tudo impulsionado pelo mercado capitalista mundial, pela ideia de desenvolvimento e de modernidade.

Os pontos fulcrais do liberalismo são as liberdades de mercado, de organização da sociedade civil entre indivíduos livres e iguais e a de consciência. Assim, o centro da sociedade civil é a propriedade privada, que diferencia indivíduos, grupos e classes sociais, e o centro do Estado é a garantia dessa propriedade, sem, contudo, mesclar política e sociedade. O coração do liberalismo é a diferença entre Estado e sociedade, pois é essa distância que lhe permite defender a ideia de liberdade econômica (de mercado) e de liberdade de ação social distinta da ação pública ou política (WOOD, 2003).

O liberalismo, embora permitisse a livre troca do trabalho por salários e a transformação da riqueza em capital, pregava que o Estado¹¹ deveria interferir o mínimo nas

¹¹ “O Estado – que é separado da economia, embora *intervenha* nela – pode aparentemente pertencer (por meio do sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que usurpe o poder de exploração do apropriador. A expropriação do produtor direto simplesmente torna menos necessário o uso de certos poderes políticos diretos para a extração de excedentes, e é isso exatamente o que significa dizer que o capitalista tem poderes econômicos, e não extras econômicos, de exploração. [...] O capitalista está, evidentemente, sujeito aos

relações sociais, assegurando a liberdade civil e política, mas respeitando a existência de uma ordem econômica natural. Ao Estado liberal, caberia a função de garantir a segurança e paz, ou seja, de assegurar a ordem pública, abstendo-se o máximo possível da intervenção na vida econômica e social dos indivíduos (CHAUI, 1997, p. 402).

Com a implementação deste novo modelo de Estado, o ideal de universalização do regime democrático restou proclamado, mas sem ser efetivado de fato, o que se deveu principalmente à restrição do sufrágio censitário, o qual se concentrou nas mãos de uma classe. Chauí (1997, p. 404) afirma que

Podemos observar, portanto, que a ideia de contrato social, pelo qual os indivíduos isolados se transformam em multidão e esta se transforma em corpo político de cidadãos, não previa o direito à cidadania para todos, mas delimitava o contrato ou pacto a uma classe social, a dos proprietários privados ou burguesia.

O Estado liberal considerava como cidadãos apenas os homens livres e independentes – os que possuíam interesses no mercado e nele atuavam como proprietários para efetivar estes interesses – o que correspondia dizer que os homens dependentes e não livres eram os que não possuíam propriedade privada. Portanto, estavam excluídos do poder político tanto os trabalhadores quanto as mulheres que significavam a maioria da população (LOSURDO, 2006).

Em meados do século XIX, começaram a ocorrer mudanças na concepção liberal de Estado¹², redirecionando suas funções e incorporando, além da manutenção da paz e da segurança, algumas tarefas (prestações públicas) que deveriam ser realizadas. A partir de 1848 tem início o que Hobsbawm chamou de “a era do capital”, para assim designar o período áureo do liberalismo. A partir de então tem início um movimento em direção à total liberdade de comércio, como bem ressalta nos capítulos segundo e sexto do seu livro: *A era do capital*.

imperativos da acumulação e da competição que o obrigam a expandir o valor excedente; e o trabalhador está preso ao capitalista não apenas pela sua autoridade pessoal, mas pelas leis do mercado que determina a venda do poder de trabalho. Nesses sentidos, são as leis ‘autônomas’ da economia e do capital ‘em abstração’ que excedem o poder, e não a imposição voluntária pelo capitalista de sua autoridade pessoal sobre o trabalhador” (WOOD, 2003, p.43, 44).

¹² “O Estado moderno necessita ‘articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias’, sempre em consonância com seu ‘papel vital de garantir e assegurar as condições gerais para extração de trabalho excedente’, complementando os elementos reprodutivos materiais do sistema capital. [...] Pode, dentro do próprio capitalismo, desfazer-se de ‘uma estrutura legal-política liberal-democrática e adotar uma forma abertamente ditatorial de controle legislativo e político’, sem que para isso provoque qualquer descontinuidade em sua função enquanto comando político abrangente do capital, ou mesmo nas prerrogativas acumulativas e expansionistas do sistema; muito pelo contrário, justamente altera sua superestrutura legal e política para atender às necessidades de estabilidade do sistema.” (PANIAGO, 2007, p.99).

A democracia representativa ganha existência efetiva nos países mais desenvolvidos, com o aparecimento do sufrágio universal¹³; a redução da jornada de trabalho aparece como uma conquista possibilitada pela produtividade do capital; o comércio internacional de mercadorias avança; as empresas podem dispensar a ajuda direta do Estado, por causa da acumulação privada de seus lucros; o trabalho escravo torna-se um obstáculo ao processo de acumulação; a existência das colônias começa a deixar de ser pré-requisito para acumulação de capital nas metrópoles.

Daí até as primeiras décadas do século XX, o liberalismo torna-se o credo do capitalismo. Deixa, portanto, de ser uma exigência para se tornar mediação obrigatória para o desenvolvimento do capital e da sociedade. O declínio do Estado liberal teve seu processamento antes da e com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) - porque a condição humana foi subjugada a dura exploração¹⁴ e as precárias condições de vida e, porque aquele modelo de Estado não era capaz de assegurar a todos uma existência digna¹⁵ -, posteriormente com a crise capitalista de 1930, o que propiciou o desenvolvimento do Estado social, também chamado de Intervencionista, ou de Bem-estar ou de Providência, cuja característica era o dirigismo¹⁶.

¹³ “Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista -, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta” (WOOD, 2003, p.184).

¹⁴ O proletariado, devido, sobretudo à aplicação dos princípios econômicos e políticos do liberalismo, foi objeto de grande exploração. Esta situação trouxe como consequência as lutas da classe trabalhadora e de outros movimentos políticos que questionaram fortemente o sistema capitalista e o Estado Liberal de Direito, ao qual se foram introduzindo mudanças que culminaram com o surgimento de dois novos tipos ou formas de Estado, quais sejam o Estado Socialista e o Estado Social de Direito (DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1995).

¹⁵ A situação de miséria e exploração do proletariado gerou um conjunto de críticas, principalmente por parte de Karl Marx e Friedrich Engels que escreveram para um congresso secretamente realizado em Londres, em 1847, um documento de cunho teórico e prático – o Manifesto do Partido Comunista – que propôs a inevitabilidade da sociedade socialista como fase de trânsito em direção da sociedade comunista. Estas ideias socialistas lograram materializar-se com o triunfo dos socialistas na Rússia que em 1917 tomaram o poder, o que fez surgir a União Soviética e um novo tipo de Estado – o Estado Socialista, o qual só pela própria existência consistia em uma severa crítica ao capitalismo/liberalismo (Idem).

¹⁶ Dirigismo é a tendência de o Estado intervir regulando a economia capitalista, em contraposição ao Estado liberal. “Sem conduzir necessariamente à estatização de empresas privadas, a ação governamental pode existir sob as formas de regulamento, participação, controle e planejamento da produção. Inclui medidas como tabelamento de mercadorias, serviços e salários, controle do comércio exterior, incentivos fiscais e creditícios, concessão de contratos de fornecimento ao Estado e execução de obras públicas”. (In: SANDRONI, Paulo (org.), 1994, p.100).

Com a quebra da Bolsa de Valores em 1929, a recuperação da crise capitalista somente viu solução na política *keynesiana*¹⁷ de intervenção estatal na economia. O estado *keynesiano* ou social tem então campo para seu desenvolvimento, sem atingir totalmente a autonomia da empresa privada, mas com importante participação na promoção de benefícios sociais como a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social e pleno emprego, por meio da redução da taxa de juros e do incentivo a investimentos públicos.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a teoria *keynesiana* converteu-se em ortodoxia, o estado social passou a intervir de forma muito mais ampla não só através da expansão das instituições estatais (escolas, hospitais, meios de comunicação, universidades, etc.) como também através de sua interferência nas instituições privadas (através de relações jurídicas, convênios, dotação de recursos etc.) e com isto exerceria um maior controle sobre a sociedade e incentivaria o seu processo de burocratização. Este estado onipresente reforça a hegemonia burguesa e dificulta o aparecimento de qualquer movimento revolucionário em grandes proporções, o que contribui com a estabilidade da democracia burguesa (VIANA, 2003; HOBBSBAWN, 1995).

O Estado do Bem-estar Social foi utilizado, no contexto da Guerra Fria, para conter possíveis rebeliões populares em países do chamado terceiro mundo. Quem financiou este modelo de Estado nos países de terceiro mundo foram os países mais ricos por meio do Fundo Monetário Internacional – FMI, e do Banco Mundial que fizeram empréstimos para o desenvolvimento das políticas sociais (CHAUÍ, 1997).

O Estado de Bem-Estar Social dos países avançados, um instrumento do capital, foi adequado à manutenção política da forma de produção deste período, baseada no fordismo-taylorismo e no consumo em massa. A crise desse modelo de produção desencadeou, consequentemente, a crise do Estado de Bem-Estar-Social, a emergência do neoliberalismo e o discurso sobre a desregulamentação dos direitos trabalhistas, como única solução possível para a competitividade das empresas privadas e para os avanços tecnológicos.

¹⁷ Keynes foi economista inglês responsável pela teoria que leva seu nome. Na sua principal obra, “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, mostrava a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista, o princípio da “mão invisível” que regularia o mercado. Para que a economia encontrasse um nível de equilíbrio sem alta taxa de desemprego, o governo deveria intervir com uma política própria de investimentos e incentivos que sustentassem a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego, de modo que, a cada elevação da renda, o consumo e o investimento também crescessem. (In: SANDRONI, Paulo (org.), 1994, p. 184).

1.2. O Neoliberalismo – Europa e USA

Segundo Perry Anderson (1995, p. 10), "o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo". Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar-social. Seu texto de origem é *O Caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Tratava-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo principal de Hayek, naquele momento, em 1945, era o Partido Trabalhista inglês, que disputava as eleições gerais no país.

Segundo Anderson (1995), a mensagem de Hayek era drástica: "Apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão — uma servidão moderna". Três anos depois, em 1947, reuniram-se numa pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça, alguns teóricos que compartilhavam da orientação ideológica de Hayek. Desta reunião fundou-se a "Sociedade de MontPèlerin", uma espécie de maçonaria liberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. Entretanto, esta versão mais dura do pensamento “neoliberal” alimenta outra, mais matizada e flexível, e que está centrada na ideia da desregulamentação dos mercados, abertura comercial e, especialmente, financeira e na redução do tamanho e papel do Estado, admitindo intervenções estatais para promover “reforma” que visem estes objetivos.

No entanto, as ideias neoliberais não obtiveram grande difusão, uma vez que os países de capitalismo avançado estavam atravessando uma longa fase de crescimento econômico, uma fase de prosperidade do ciclo capitalista iniciado no pós-guerra. Mas, após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase *keynesiana*, o capitalismo começou a enfrentar uma série de contingências negativas que encontravam suas raízes mais profundas numa crise de superprodução, resultado do excesso constante de capacidade de produção do setor manufatureiro internacional sem, entretanto, os capitalistas conquistarem mais lucros apesar do aumento da produção. (MÈSZÁROS, 2002; ALTVATER, 1995).

Entre os anos 1970-80, a economia capitalista internacional conheceu sua primeira recessão generalizada, sendo a única, até então, a atingir simultaneamente, todas as grandes potências imperialistas. A produção industrial e o Produto Nacional Bruto (PNB) de todos os grandes países imperialistas recuaram em relação aos anos anteriores e já se percebia nesse período, uma crescente taxa de recessão e desemprego nas principais economias centrais (MANDEL, 1990).

[...] foi a grande queda na lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista como um todo — e sua incapacidade de recuperação — a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração durante o último quartel do século, a partir do colapso da ordem de Bretton Woods entre 1971 e 1973. As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento (BRENNER, 1999, p.13).

Porém, a denominada crise do fordismo e do *keynesianismo* eram apenas as expressões fenomênicas de um quadro crítico mais complexo. Elas representavam, de forma mais ampla e profunda, uma crise estrutural do capitalismo, demonstrando, todavia com maior força, “a incontrollabilidade do sistema social do capital” (MÈSZÁROS, 2002), agravado pela tendência decrescente da taxa de lucro e pela intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias. Era uma crise intensa da estrutura produtiva, da forma técnico-organizacional do trabalho, baseada no modelo de produção e consumo em larga escala. Em outras palavras, era uma crise de desestruturação da lógica produtiva fordista-taylorista e de sua consequente forma de organização do trabalho sob o capital (MÈSZÁROS, 2002).

Essa crise fez com que, entre tantas outras consequências, ressurgissem as chamadas teses do pensamento “neoliberal” que buscavam encontrar no mercado, e na sua denominada autorregulação, uma “saída” mais adequada para as crises do capitalismo. Os teóricos do neoliberalismo foram inequívocos ao afirmar que as raízes da atual crise do capital estavam localizadas em dois processos:

- No poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, no movimento operário, que havia corroído no pós-guerra, as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e,
- Na pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995).

Segundo os neoliberais, esses dois processos destruíram os níveis "necessários" de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro, manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e, no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo e para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército industrial de reserva para quebrar os sindicatos. Tratava-se de um neoliberalismo mais adequado à prática e à política do capitalismo ao final do século XX, mas que, de uma forma ou de outra, ressuscitava o velho *geist* liberal do período da Ilustração, reafirmando, às vezes, de modo rude e, outras, de maneira branda e adocicada, todos os seus antigos ingredientes: o jus naturalismo, o egoísmo racional e a supremacia do mercado (ANDERSON, 1995).

Ponto culminante de uma reorganização planetária do capital, desencadeada pela lógica imanente do próprio sistema, o pensamento "neoliberal" (herdado da tradição passada e improvisado na teoria e na política do presente) aparecia, a partir do final dos anos de 1970, como a alternativa perfeita de gerenciamento dos atuais negócios da burguesia mundializada; ele passava a ser apresentado como a saída salvadora para todos. A aceitação da proposta "neoliberal" era tida como condição para conceder cooperação financeira externa "bilateral" ou "multilateral".

Segundo os teóricos e defensores políticos do “neoliberalismo”, colocavam-se na ordem do dia para as nações centrais e, principalmente as periféricas, as políticas de modernização pautada pela racionalidade objetiva do mercado:

- elevação das taxas de juros,
- redução drástica dos impostos sobre altos rendimentos,
- abolição de controle de fluxos financeiros,
- imposição de uma legislação antisindical,
- corte de gastos sociais,
- combate decisivo à inflação.

Todos esses ajustes eram os sintomas do moderno programa político da burguesia, iniciado nos países centrais, principalmente Inglaterra e EUA, no final da década de 70, e

disseminados para outros países ao longo dos anos 80 (ANDERSON, 1995, p.31). O desemprego em massa em várias partes do mundo – basicamente os países periféricos – foi o efeito colateral provocado por estes remédios.

O objetivo agora era resgatar a dinâmica da economia de mercado, e “destruir” o Estado assistencialista, que aparecia como o grande “culpado pela atual crise econômica do capital”, dado o fato de que, ao adotar a postura de “gestor do capital” ao final da Segunda Guerra, o mesmo teria perturbado a ordem “natural” das leis de mercado (capaz de regular a si mesmo) e “quebrado” o princípio fundamental da “liberdade econômica”.

Efetivamente, desenvolveu-se um receituário que seria aplicado, com todo vigor, apenas nos países periféricos, “conclamados” a adotar um processo de integração através da abertura comercial e financeira de suas fronteiras e um processo de aumento das importações de produtos, financiando-as com as importações de capitais. Adicionalmente, estes países deveriam:

- desregulamentar suas atividades econômicas para permitir a ampliação da participação dos capitais privados nacionais e estrangeiros,
- privatizar suas empresas estatais e realizar reformas estruturais que possibilitariam uma estrutura sócio-política mais “modernizantes”.

Tratava-se agora de descentralizar ao máximo o setor público pela municipalização dos recursos oficiais e pela mobilização das organizações não governamentais (ONGs), sabidamente estrangeiras em sua maioria. Por sua vez, vale a pena ressaltar que os países desenvolvidos não praticaram o modelo neoliberal que receitaram tão dogmaticamente para América Latina, por exemplo, ou que pelo menos não o fizeram com o mesmo rigor que recomendaram (BATISTA, 1994).

A ofensiva do capital promoveu uma fundamental mudança na sua própria materialidade e também na forma de acumulação. Antes de tudo, foi desencadeado um processo de inovação gerencial e tecnológica com o objetivo de, a um só tempo, desarmar politicamente o movimento operário e resgatar a produtividade do capital. Esse processo inovativo foi conduzido pelo capital financeiro, o setor mais fortalecido com a crise dos primeiros anos 70 e o maior beneficiário e receptor do serviço das impagáveis dívidas

acumuladas pela zona periférica do sistema imperialista, contando com um capital excedente a ser investido na produção de ciência e tecnologia (TEIXEIRA, 1998).

Por seu turno, para enfrentar crises e variações abruptas na demanda de produtos ocasionadas por crises econômicas e guerras, a empresa japonesa concebeu um tipo de organização da produção que, em vez de produtos em série, fabricava de acordo com a demanda. Isso requeria o emprego de menor número de operários permanentes, muita tecnologia, menor especialização e estoques baixos de matéria-prima.

A palavra de ordem para essa organização produtiva era flexibilidade: nada de almoxarifados cheios de matéria-prima, oficinas repletas de operários e pátios entupidos de mercadoria. A produção toda deveria ser pensada tendo em mente a qualidade total, com sistemas integrados por muitas máquinas, poucos operários, muitos funcionários autônomos e empresas terceirizadas que deveriam acompanhar esse mesmo padrão.

Estes novos métodos de organização do trabalho diferem “dos padrões fordistas por serem flexíveis e moduláveis e: sendo essas características possíveis apenas graças à linearização da produção que por sua vez tem como base a multifuncionalidade dos trabalhadores” (AGLIETTA, 1998, p.64).

A planta industrial do século XX, aquela que genialmente Chaplin caricaturou em *Tempos Modernos* (1936), um operário masculino, a produção seriada em grandes fábricas concentradas isso se tornou mais parte do passado do que do presente e não só nos países capitalistas avançados. Esse processo de reestruturação da produção industrial foi possível pelo desenvolvimento da informática, que colocou computadores no gerenciamento de tarefas fazendo surgir a reengenharia de processos que exigiu a dispensa de novos contingentes de operários e a contratação de trabalhadores polivalentes e com conhecimentos de informática.

Para Teixeira (1998, pp. 64-65), “não há dúvidas de que o modelo japonês [...] traz todas as condições ideais requeridas para superar a crise de acumulação fordista: flexibilização da produção, intensificação do trabalho, modelo cooperativo de organização sindical, desverticalização da produção etc.” E, o mais importante: essas condições objetivas de reestruturação das relações de produção enfraqueciam a resistência da classe trabalhadora em sua luta contra a exploração do trabalho pelo capital.

De fato, as modernas formas de contratação (subcontratação, trabalho domiciliar, trabalho por tarefas, trabalho em tempo parcial etc.) e de gerenciamento (trabalho de equipe, círculos de controle de qualidade etc.) da força de trabalho criaram novas condições extremamente favoráveis para um maior domínio e controle do trabalho pelo capital. Vê-se, assim, que a superação das contradições do modo de regulação fordista passou a exigir a construção de novas relações de trabalho o menos possível conflitivas.

Assim o capital pôde restabelecer seu domínio dentro do processo de trabalho e reproduzir, em novas bases, as condições necessárias para a produção da mais-valia. Para tanto, o capital precisou recorrer a “velha cartilha” do liberalismo clássico. Portanto, o que estava em jogo era o restabelecimento do domínio do capital sobre o trabalho, um trabalho que passa a ser realizado sob uma nova base produtiva que extrapola a esfera da produção para invadir e estruturar todas as outras dimensões da vida social, o que gera novos reflexos ideológicos ou, um novo conjunto de valores, crenças, hábitos e costumes.

De forma sumária, com a política neoliberal tomando conta do cenário econômico internacional o capitalismo traduz-se da seguinte maneira nos dias atuais:

- *o desemprego tornou-se estrutural* e não é mais conjuntural devido a automação, o que aumenta a pobreza e enfraquece os sindicatos;
- *o monetarismo e o capital financeiro* tornaram-se o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando o dinheiro;
- *a terceirização* que substituiu o modelo fordista de concentração das etapas de produção, o que faz com que a classe operária perca a referência de se perceber como classe para lutar;
- *a ciência e a tecnologia* tornaram-se forças produtivas deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação;
- *com o enxugamento do Estado* e a privatização de suas empresas os direitos sociais antes vistos como necessários para garantir os direitos civis e políticos vão se tornando serviços prestados por entes privados e ao acesso apenas daqueles que tem dinheiro para adquiri-la;

- *a transnacionalização da economia* torna desnecessário o Estado e os novos centros econômicos, políticos e jurídicos do mundo são o FMI e o Banco Mundial, que operam dentro dos dogmas neoliberais de estabilidade econômica e corte do déficit público (leia-se corte no social); e
- *a distinção entre países de primeiro e de terceiro mundo* tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre ricos e miseráveis, um “primeiro mundo” e um “terceiro mundo” dentro de cada país, com a diferença apenas na quantidade de pessoas que povoam essas realidades em cada país (CHAUÍ, 2010, pp. 500 – 501).

1.3 Neoliberalismo – Brasil

Em meados dos anos de 1970 e 1980 já podiam ser percebidos os traços de uma cooptação ideológica dos setores intelectuais da burguesia latino-americana em favor das ideias da livre iniciativa; do combate à inflação através de planos de estabilização alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; da abertura da economia, com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros; e das chamadas reformas estruturais do Estado — com destaque para a privatização — e da economia com a quebra dos monopólios estatais.

Desenvolvia-se nos principais países da América Latina como o Brasil, México, a Argentina, o Chile, Uruguai, Bolívia, ao final dos anos de 1970 — em consonância com a ideologia neoconservadora das burguesias centrais, e posteriormente com o "Consenso Washington"¹⁸ — um discurso auto incriminatório que igualava tudo o que era estatal à ineficiência, corrupção e o desperdício. Em contrapartida, a "iniciativa privada" aparecia sublimada como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade (BATISTA, 1995).

¹⁸ Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington" (BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 2. ed. Caderno Dívida Externa, São Paulo: n. 6, p. 1994, p.5).

O Estado passava a ser, por definição, um "mau gestor". Ele não deveria mais operar em áreas nas quais as empresas privadas operavam, não deveria, de forma alguma, ocupar-se de tarefas que deveriam ser próprias da área privada. Tratava-se, antes de tudo, de "enxugar" o Estado, de despojá-lo de empresas que criara em muitos casos, principalmente no Brasil, por força da incapacidade financeira ou pelo puro desinteresse da área privada. Segundo Nelson Werneck Sodré, todos

[...] os serviços públicos que eram, ao tempo da economia colonial, e ao largo da economia dependente, geridos por empresas estrangeiras, as ferrovias que os ingleses construíram (no Brasil), com contratos privilegiados com um século de duração e de garantias de juros, toda a estrutura econômica que o desenvolvimento material e o processo de urbanização exigiram, e que haviam passado à gestão do Estado, deveriam ser postos em hasta pública e privatizados. (SODRÉ, 1998, p. 19)

No Brasil, em abril de 1976, durante o governo Geisel, iniciava-se uma campanha, via imprensa, contra a área estatal da economia. Segundo Sodré, "um conhecido matutino carioca publicava com destaque ampla matéria sob o título sugestivo: 'Órgão do governo sugere ao CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico) privatizar empresas estatais'". (SODRÉ, 1998, p. 47)

A 16 de maio, ainda de 1976, a Folha de São Paulo apresentava a seguinte proposta ao governo nacional, buscando "iluminar" o caminho do desenvolvimento.

Setores governamentais responsáveis admitem que, dentro em breve, o Brasil será submetido a pressões externas para *vender as empresas estatais a grupos estrangeiros, como meio de obter as divisas necessárias para financiar seu processo de desenvolvimento*. Por motivos políticos compreensíveis, a previsão para a transferência será iniciada tendo como alvo uma empresa pequena com respaldo interno da campanha pela desestatização. *Desbravando o caminho, as outras seriam negociadas à medida que o país necessitasse de reservas cambiais para enfrentar os compromissos da dívida externa*. (apud SODRÉ, 1998, p.27, grifo nosso)

E, concluía, sem cerimônia,

[...] Se é necessário, para o nosso desenvolvimento, que continuemos importando; se os outros precisam de compradores para manter seu ritmo de atividade; se não nos permitem pagar com produto de nosso trabalho, nem há banqueiros para novos financiamentos, a solução que surgirá naturalmente é a alienação do nosso patrimônio. Apenas como exemplo, a entrega da Petrobrás e da Vale do Rio Doce poderia, praticamente, liquidar a dívida externa, o que faria a felicidade dos credores e abriria perspectivas maravilhosas para os grupos estrangeiros. (apud SODRÉ, 1998, p.27).

É interessante notar que já em meados de 1970 (na chamada "crise do milagre"¹⁹) inicia-se no Brasil esse movimento em direção à abertura irrestrita do mercado interno, além da campanha da mídia em busca da privatização de empresas estatais.

Foi a força dos movimentos sociais e operários, constituídos pelas greves do ABC de 78-79 e 80, que impediram — ainda que temporariamente — a implementação da agenda "neoliberal" no país naquele momento, efetivada, de fato, somente a partir do Governo Collor em 1990. Além disso, o discurso e a prática "neoliberais" ainda dividiam — de certa maneira — as elites brasileiras, em particular o empresariado, ainda bastante marcado pela cultura prevalecente no modelo de "substituição de importações".

No final dos anos 70 e, sobretudo, a partir dos anos de 1980, a América Latina como um todo já começava a sentir — lentamente, diga-se de passagem — os efeitos da nova reorganização produtiva do capitalismo mundial, e também, de sua primeira recessão generalizada do pós-guerra, iniciada no final dos anos de 1970, cujos traços fundamentais confundiam-se com uma brutal concentração tecnológica nos países do centro capitalista, em particular os Estados Unidos, com a "financeirização" da riqueza e com o chamado aumento do desemprego estrutural.

Essa recessão generalizada no centro desembocava numa intensificação das pressões para o pagamento, ao menos de uma parte, dos juros do endividamento dos países latino-americanos dos anos anteriores e no acirramento do debate em torno da inflação, obsessivamente considerada o "único mal" a se combater a qualquer preço, ou seja, a custa do emprego, do salário e do "desenvolvimento nacional" (BATISTA, 1995).

Nessa circunstância, o FMI passou a desempenhar papel crucial de defesa explícita e intransigente dos interesses do capital financeiro internacional, e em particular dos Estados Unidos, através da imposição aos países periféricos de acordos políticos e econômicos extremamente rígidos, que possibilitariam o reembolso dos empréstimos realizados.

¹⁹ “[...] uma explosão consumista oferecida à classe média alta e uma intensa propaganda, que se aproveitou até da conquista, em 1970 do tricampeonato mundial de futebol. Nesse contexto, o governo Médici apresentou ao povo e ao mundo o país mágico que realizava um ‘milagre econômico’, caminhando a passos largos para tornar-se uma potência. Em menos de cinco anos, o ‘milagre’ mostrou a sua verdadeira face: a concentração de renda abusiva privilegiou uns poucos e afundou na miséria a grande maioria do povo – e provocou o mais violento processo de desnutrição da nossa história” (CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 2004, p. 133).

Já em meados de 1978, com o início da subida dos juros nos Estados Unidos, o aumento da inflação e da desvalorização cambiais, em quase toda a América Latina, inclusive no Brasil, houve um movimento de socorro financeiro a instituições privadas (empresas e bancos) que contraíram dívidas externas. Com o debilitamento fiscal, estados latino-americanos foram, gradativamente, perdendo sua força enquanto gestores de um desenvolvimento nacional. Isto tudo provocaria uma perda da já quase inexistente capacidade de tocar o próprio desenvolvimento nacional, que se traduziria mais tarde no Brasil, na denominada "década perdida", desencadeada após o período do "milagre".

Era, inegavelmente, uma crise derivada de uma grande mudança do capitalismo mundial e, como consequência da reestruturação nos países centrais, iniciou-se um movimento de "salvaguarda" do sistema financeiro internacional. Entretanto, esta crise foi percebida e tratada como de responsabilidade única e exclusiva dos países periféricos e de seus estados nacionais, reduzindo-a tão somente a erros de avaliação e de política econômicas "irresponsáveis".

Era a gestação das bases de uma política "neoliberal". No Brasil, a transição lenta, gradual e segura (como classificou o General Ernesto Geisel) de uma política subsumida às determinações do capitalismo central para outra, de faceta ainda mais perversa e de maneira ainda mais subordinada; a "transição transada", segundo Florestan Fernandes²⁰, do regime militar bonapartista nacional para a autocracia burguesa denominada "Nova República".

A eleição de Fernando Collor de Melo, em 1990, representava o desfecho lento — mas racional e eficiente — dessa adequação nacional às atuais demandas das formas produtivas do capital nos países centrais e às alternativas criadas para a superação temporária da crise.

Nesse momento, anunciou-se no país um programa político no qual se destacavam algumas medidas de inegável inclinação neoconservadora e, entre elas, podemos destacar o combate a inflação; a política inicial de flexibilização das relações de trabalho; a reformulação dos mercados cambiais, incluindo a criação do "dólar livre", para as operações de exportação, importação e demais transações comerciais; o programa de privatização de empresas estatais; a política de total abertura ao capital externo; a instituição dos certificados de privatização,

²⁰ Sobre esta questão vê detalhamento em: URBANO, Edison & ALFONSO, Daniel. *Apontamento sobre Florestan Fernandes e a Constituição de 1988*.

Disponível em: <<https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=174>> acessado em: julho de 2019.

mecanismos através do qual o setor privado poderia comprar empresas estatais; o programa de reforma administrativa, no bojo da reforma do Estado; etc. (OLIVEIRA, [199-], p.55-6).

Rapidamente um coro de unanimidade ergueu-se sobre o país. Era necessário desenvolver uma reforma gerencial do Estado; reforma esta que permitiria a criação de novas instituições legais e organizacionais, geradoras de uma burocracia profissional e moderna, com condições de gerir o Estado brasileiro. Segundo Luís Carlos Bresser Pereira, esta reforma,

Parte [...] do pressuposto de que no final do século vinte, quando as técnicas de controle gerencial e democrático já foram amplamente desenvolvidas, a melhor forma de combater o clientelismo é tornar-se gerencial; é dar autonomia ao administrador público, valorizando-o por sua capacidade de tomar decisões, inclusive de caráter político, ao invés de submetê-lo a um controle burocrático vexatório. (PEREIRA, 2001, p.22-3)

O governo Collor deu início ao que se classificou como "reforma administrativa", com ampla desmontagem do aparelho de Estado, pela demissão ou aposentadoria de dezenas de milhares de funcionários. Esse aparelho de Estado entrou em colapso e passou a não funcionar, nem mesmo com as costumeiras deficiências antigas. Com o seu plano econômico, assistiu-se, para além de uma política de estabilização, o desenvolvimento de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo. Tratava-se do desenvolvimento de um projeto com características nitidamente liberais-conservadoras, plenamente amalgamadas às determinações do capitalismo central, em especial, o norte-americano.

A citada "reforma" compreendia a redução do número de ministérios, a mudança na função de outros, e ainda, a privatização das empresas estatais. Tratava-se de atacar a inflação, segundo as orientações do receituário "neoliberal", como já indicamos. Isso, segundo Werneck Sodré, foi mais que uma "presunçosa tolice" pelos males que acarretou (SODRÉ, 1998). Seus efeitos foram duplamente maléficos no que dizia respeito ao aumento do desemprego e da pobreza no país: alcançaram o funcionalismo por métodos diretos e os trabalhadores, por força da recessão.

Enquanto desenvolvia-se o processo de *impeachment* de Collor, quando todas as atenções estavam voltadas para isso, continuava desenrolando-se, paralelamente, as negociações visando um acordo para o pagamento da nossa dívida externa. Buscava-se

desenvolver um projeto político suficientemente capaz de adequar a nação às determinações do capitalismo nas últimas duas décadas do século XX.

A peculiar vinculação de Fernando Henrique Cardoso (FHC) à administração da política-econômica nacional do início de 1994 e o desenvolvimento do chamado “Plano Real”, representavam a decisiva vinculação do país às determinações do “Consenso de Washington” e a sonegação à qualquer projeto alternativo dentro dos limites do capital. Nas palavras de José Luís Fiori,

Poucos têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integre a família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington onde o Brasil esteve representado pelo ex-ministro Bresser Pereira. E aí se inscreve não por haver sido formulado por um grupo paradigmático de *technopols*, mas por sua concepção estratégica de longo prazo; anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações etc., para que *só depois de restaurada uma economia aberta de mercado [pudesse] se dar então a retomada do crescimento*. [...] Desde este ponto de vista, aliás, o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial. (FIORI, 1998, p.14, grifo nosso).

A grande burguesia brasileira parecia finalmente ter encontrado o representante que poderia levar a cabo seu projeto de desenvolvimento associado e subordinado às determinações do capitalismo central, em particular, dos Estados Unidos e do “Consenso de Washington”.

Do ponto de vista prático, a eleição de FHC em 1995 representava o aprofundamento das tão reclamadas “reformas do Estado” e da “ordem econômica”. Representava o desenvolvimento de uma política que almejaria realizar as chamadas reformas tributária, administrativa e previdenciária; que procuraria quebrar o monopólio estatal, privatizar, desregulamentar as atividades e mercados considerados, até então, estratégicos e/ou de segurança nacional etc.

Na visão da burguesia nacional, tratava-se do desenvolvimento de uma política (muito mais do que política, desde logo, porque era social) que ajudaria o Brasil a crescer sem a volta da inflação; de uma política tributária que deixaria o país com menos impostos, com uma estrutura mais simples, com mecanismos mais eficientes de combate à sonegação e um sistema de arrecadação mais justo; de uma política administrativa que tornaria o governo mais

eficiente, mais racional, menos gastador e que descentralizaria a administração; de uma política previdenciária que tiraria o sistema da falência, que eliminasse as aposentadorias especiais e permitiria a convivência de um sistema público com um sistema privado. Era o momento mais profundo de total subsunção aos ditames do capital imperialista do final do século XX.

O país havia encontrado um representante ideologicamente alinhado e politicamente “preparado” para defender a ideia de que vivíamos num momento inevitável de difusão acelerada e simultânea de inovações técnicas, organizacionais e financeiras que perpassariam todos os meandros do sistema, auto estimulando-se e reforçando-se mutuamente sob a influência de um “novo paradigma tecnológico”. Um representante que acreditava ser necessário propagandear e defender — com ardor — uma ideologia que pudesse “abrir os caminhos para as transformações”. Nas palavras de FHC,

Quando digo que estamos carentes de ideologias, de idéias (*sic*), é [pelo fato de que] se não se sabe para onde vai, não se conhece o rumo, não se defende esse rumo com convicção. Estamos precisando de gente que produza quadros de referências. Sou presidente da República e os produzo por falta de outros. Não é o meu papel. O meu é indicar como se produz o processo. (TOLEDO, 1998, p.292)

O governo Fernando Henrique Cardoso fez uma clara opção pelas políticas neoliberais, favorecendo flagrantemente os donos do capital, em detrimento da população. É esta população que acaba arcando com os recursos que são destinados, de forma direta ou indireta, às empresas estatais que foram privatizadas, tendo como resultado a elevada dívida social que é impagável. Além do forte incentivo às privatizações, o governo destinou recursos vultosos para o saneamento de alguns bancos particulares, com argumento de que tal seria medida obrigatória para salvar o sistema financeiro e a economia do país. No entanto, este mesmo governo não vê como necessários e urgentes os investimentos na área social. Na prática, essas decisões políticas representam a adoção incondicional das políticas neoliberais. As consequências são devastadoras: o desemprego em massa; formas variadas de flexibilização do contrato de trabalho; terceirização; subcontratação; miséria crescente; aumento de todas as formas de desigualdade e de exclusão (BIONDI, 1999).

1.4. Empreendedorismo Neoliberal

Nesse cenário, no qual a economia tornava-se a lente utilizada pelas nações, deixando para segundo plano as esferas política e social, tornava-se predominante o discurso do empreendedorismo como ferramenta capaz de estabelecer uma base sólida para o alcance do desenvolvimento econômico (TAVARES, 2014). O espírito empreendedor é disseminado como forma de salvação em todos os sentidos seja para montar um negócio próprio e “garantir” seu emprego, ou como característica pessoal, na busca constante por qualificação e atualização, isto é, na disseminação da ideia de empreendedorismo como acessível para todos.

O conceito de empreendedorismo é exaltado por governos, entidades de classe e organizações como a principal base para o crescimento econômico e para a geração de emprego e renda na atualidade (BARROS & PEREIRA, 2008). E é aqui que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE²¹, que foi fundado em 1972 como uma entidade privada de interesse público, entra como o principal ator de incentivo as Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs). O SEBRAE é um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Sua missão é: “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo”. De fato, ainda que suas atividades tenham iniciado no ano de 1965, foi a partir dos anos 1990 que o SEBRAE, após a promulgação da lei nº 8.029, adquiriu um papel de destaque. Com a lei nº 8.029, de abril de 1990, que o CEBRAE trocava seu “C” pelo “S”, isto é, de Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, migraria para o atual Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Tal lei autorizava o antigo CEBRAE a desvincular-se da administração pública, ou seja, o CEBRAE se transformaria em serviço social autônomo. O decreto nº 99.570 alterava oficialmente o nome de CEBRAE para SEBRAE, sendo uma mudança não simplesmente de nomenclatura, mas essa se transformava em instituição privada – sem fins lucrativos e de utilidade pública, mantida por repasses das maiores empresas do país. Pelo novo sistema, a entidade estava autorizada a receber um aumento nas contribuições, calculadas sobre as folhas de salários das empresas destinadas aos quatro “S”: SENAI, SENAC, SESI e SESC. O SEBRAE concebe uma série de programas e projetos voltados ao empreendedorismo, a serem trabalhados com vários perfis de público e em várias ambiências. Alguns dos serviços oferecidos são os cursos gratuitos à distância através do sítio do

²¹ Informações acessadas no site da entidade

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos> Acesso em 15/07/2019.

SEBRAE “www.ead.sebrae.com.br”. Ao acessar esse endereço, o navegador tem a opção de alguns cursos gratuitos oferecidos pela instituição conforme o perfil desejado: “Quero empreender”; “Sou um microempreendedor individual”, “Tenho uma microempresa” e “Tenho uma empresa de pequeno porte”.

O processo de incentivo ao empreendedorismo tem como consequência, o vasto surgimento de pequenas empresas e negócios subcontratados, geridos por indivíduos que deixaram o emprego formal, ou mesmo desempregados, que abriram micro empreendimentos. Pequenos empresários, cujo status social difere significativamente do empresário industrial, e que juntamente com trabalhadores assalariados e não assalariados irão compor a nova face da classe trabalhadora, mais complexificada, fragmentada e heterogênea em relação àquela encontrada em passado recente (ANTUNES, 2006). O empreendedorismo, na realidade, configura-se como uma nova forma de precarização do trabalho, pois a finalidade de recuperar o padrão de acumulação reforça a fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, o que leva a um fortalecimento do processo de precarização laboral.

A nova ética empresarial do trabalho constrói a imagem do empreendedor como o herói provedor de desenvolvimento, e delega ao sujeito um poder autônomo e a responsabilidade de assumir individualmente a percepção de novos negócios. Recria-se, com isto, a ideia do “fazer sozinho”, o mito do ser empresário de si próprio, em outras palavras, pelo fato de que o indivíduo não possui mais a referência material - o trabalho formal -, isto faz com que ele perceba a si próprio como um capital humano, como um empreendimento, como uma empresa individual, “como um empresário de si mesmo, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia” (CHAUI, 2019). A empresa torna-se, portanto, uma estrutura modelo para toda a sociedade, ou seja, indivíduos, famílias e outros círculos sociais acabam por incorporar a forma “empresa” e assumir princípios do mercado e da concorrência. Segundo Foucault (2008), é essa multiplicação da forma empresa no interior do corpo social que constitui o escopo da política neoliberal.

Mas o que isso quer dizer: introduzir a regulação do mercado como princípio regulador da sociedade? Quererá dizer a instauração de uma sociedade mercantil, isto é, de uma sociedade de mercadorias, de consumo, na qual o valor de troca constituiria, ao mesmo tempo, a medida e o critério geral dos elementos, o princípio de comunicação dos indivíduos entre si, o princípio de circulação das coisas? [...] Não creio. Não é a sociedade mercantil que está em jogo nessa nova arte de governar. [...] A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o

que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca de mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial. O *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção (FOUCAULT, 2008, p. 200).

Mesmo simples negociações entre um casal: eu lavo a louça, você faz a comida passam a ser analisadas pelos neoliberais como transações. Assim, a arte de governar neoliberal necessita de uma racionalidade pautada pelos agentes econômicos.

Segundo Bokany (2017), “muitos trabalhadores do mercado informal ou trabalhadores por conta própria se auto definem como empreendedores, mas é a necessidade, mais que a intenção o que leva boa parte das camadas populares à aderirem ao negócio por conta própria.” Dados trazidos por Manoel Malaguti (2000) demonstram que o “sonho” em ser independente ou trabalhar por conta própria é falso, pois, na realidade, o sonho dos trabalhadores é ter empregos estáveis, assalariados e bem remunerados. Entretanto, vendo esse sonho cada vez mais distante e improvável, os trabalhadores se veem sem saída e tomam o caminho da informalidade. É a dificuldade em conseguir um emprego formal estável e a descrença no pleno emprego que faz com que as pessoas se tornem empreendedoras para conseguir seu sustento. O fato de tornar-se um empreendedor muitas vezes confunde-se com a própria precarização, uma vez que na perspectiva do auto emprego, o dono de um novo e pequeno negócio não usufrui de nenhum dos direitos assegurados para o trabalhador assalariado, como as férias, remuneração nos períodos de parada de trabalho por enfermidade, descanso remunerado, seguro desemprego, aposentadoria, etc. (GALEAZZI, 2002).

De acordo com o IBGE²², entre 2001 e 2014, o número de empreendedores no país cresceu 22%, passando de 20,4 milhões para 24,9 milhões de pessoas. O rendimento médio mensal dos empreendedores é de R\$ 2.036,00. Quando consideradas as faixas de rendimento em salários mínimos (SM), observa-se que 35% recebem até 1 SM, 24% mais de 1 a 2 SM, 17% mais de 2 a 3 SM, 11% mais de 3 a 5 SM e somente 13% recebem mais de 5 SM. Quando consideradas as faixas de escolaridade, observa-se que em torno de 1/3 do total possuía apenas ensino fundamental incompleto. Por outro lado, 46% já possuíam grau maior

²² Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/perfil-dos-empresarios/#empreendedores>> acessado em: julho de 2019.

de escolaridade, sendo que 30% tinham ensino médio completo ou incompleto e 16% ensino superior incompleto ou mais.

Em poucas palavras a autora Alencar (2010) esclarece a compreensão crítica desse processo:

Muito mais que “espírito empreendedor”, essas atividades resultam mais da luta dos trabalhadores sobrantes, os antes “marginais” e hoje “excluídos”, pela dinâmica da acumulação capitalista, pela reprodução da própria vida. Essas atividades variadas nada mais são do que precárias alternativas frente à desestruturação do mercado de trabalho e do aumento do desemprego. [...] Todavia, é hipocrisia ou cinismo perverso tomá-los como expressão de liberdade e autonomia ou da manifestação do espírito empreendedor, dado o contexto histórico no qual ocorre esta revalorização ou redescoberta da pequena produção mercantil (p.122).

O “espírito empreendedor”, ou melhor, a ideia do empreendedorismo assim amplamente divulgado, faz-se necessário, ao funcionamento do sistema em tempos de escassez de postos de trabalho formais. A precarização é, portanto, componente principal e estratégico da lógica empreendedora que impera na sociedade. A lógica empreendedora no atual contexto de acumulação flexível é marcada pelo individualismo e pela meritocracia, ou seja, o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso - a inculcação da culpa naqueles que não vencem a competição pode desencadear ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, bem como, depressão. Cabe ao Estado apenas a intervenção de garantir condições mínimas para que o empreendedor cresça e, com ele, cresça a economia do país.

O que seria então a saída para a superação da pobreza, do desemprego e da exclusão social acaba sendo apenas mais uma maneira do Estado neoliberal se isentar de suas obrigações e de relegar para o âmbito privado problemas que, na realidade, são sociais. O trabalhador individualizado é alijado de seus direitos sociais, da proteção estatal e tem sobre si toda a responsabilidade pelo seu sucesso e inclusão produtiva. Um tipo de indivíduo que deve preocupar-se com seu crescimento, uma vez que é preciso fazer a diferença e não se adaptar à empresa. Dessa forma, o novo “espírito” neoliberal que conduz o capitalismo exige que o indivíduo seja cada vez mais desprendido, corajoso e audacioso.

Sobre as características do Liberalismo clássico e do Neoliberalismo temos:²³

LIBERALISMO CLÁSSICO	NEOLIBERALISMO
O Liberalismo converteu os camponeses em proletários.	O Neoliberalismo converte os trabalhadores assalariados em setores ‘informais’, ‘lumpem’, ou trabalhadores autônomos.
O Liberalismo foi forçado pelo movimento a aceitar a legislação trabalhista, a previdência social e as empresas públicas.	O Neoliberalismo prejudica o movimento trabalhista, elimina a legislação social e representa um retorno à fase inicial do Liberalismo, anterior à existência dos sindicatos e dos partidos de trabalhadores.
O Liberalismo estimulou o crescimento das cidades e dos complexos urbano industriais.	O Neoliberalismo prejudica as cidades, transformando-as em enormes favelas, dividindo-as entre os muito ricos e os muito pobres, com uma classe média que tende a desaparecer.
O liberalismo desfez a sociedade feudal e sua economia agrícola de subsistência restrita	O Neoliberalismo desfaz a complexa sociedade urbano-industrial, suas regras sociais, mercados domésticos e circuitos financeiros.

Em suma, embora o Neoliberalismo tenha com o Liberalismo posições doutrinárias em comum, os efeitos que ambos exercem sobre a estrutura social e sobre a economia são bem diferentes. “Numa palavra, o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado” (CHAUÍ, 2019).

Destarte, quando o Max Weber vai explicar o surgimento da ética protestante como substancial ao espírito do capitalismo, como visto na introdução, ele examina o momento da acumulação primitiva e, por conseguinte do aparecimento do indivíduo e da valorização do trabalho. Junto à valorização positiva do trabalho está também presente no espírito calvinista uma valorização positiva da riqueza criada por esse trabalho. Todavia, essa riqueza criada não deve ser consumida nem gozada e, tampouco, deve ser economizada no sentido de haver entesouramento. A riqueza criada deve ser reinvestida, deve servir de estímulo para que sejam criadas novas formas de trabalho. Uma ética protestante marcada pela postura ascética e racionalidade utilitarista que condenava o uso “irracional” das riquezas. Temos então a “sociedade de empregados”.

Ainda no modo de produção capitalista, com o surgimento do espírito do neoliberalismo, cuja peculiaridade está em definir todas as esferas sociais, políticas e culturais não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização: a empresa, em que o principal ator é o empreendedor, surge simultaneamente uma nova ética religiosa, a

²³ WOLKMER, 2000, pp.120-121.

neopentecostal, em afinidade ao espírito do neoliberalismo, em que a ação empreendedora é incentivada, sob orientação da possibilidade da prosperidade do fiel dizimista. Uma ética neopentecostal marcada pela postura mundana e racionalidade hedônica que incentiva o lucro e o consumo. Temos então a “sociedade de empreendedores”.

*

No próximo capítulo discorreremos sobre a ética neopentecostal tendo como foco a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e sua afinidade ao neoliberalismo. O que nos levará no terceiro capítulo ao escopo central desta pesquisa e ao levantamento empírico que fizemos demonstrando com é a *afinidade* entre a IURD e o neoliberalismo.

CAPÍTULO 2:

A ÉTICA NEOPENTECOSTAL

“a crítica da religião é o pressuposto de toda crítica”
Karl Marx²⁴

Neste capítulo analisaremos a ética neopentecostal e a sua relação com o neoliberalismo. Para tanto, procuraremos compreender o fenômeno neopentecostal através de uma breve historicização da origem e desenvolvimento do Protestantismo de Missão e do Protestantismo Pentecostal e, da classificação do Protestantismo Pentecostal no Brasil²⁵. Posteriormente, vamos, através da Igreja Universal do Reino de Deus, a maior e mais representativa igreja do neopentecostalismo brasileiro, procurar identificar em sua prática - sua gênese e crescimento, sua liderança, seus meios de comunicação, seu discurso, em suma a ética neopentecostal em *afinidade* com o espírito do neoliberalismo.

2.1 Origem e desenvolvimento do Protestantismo de Missão e do Protestantismo Pentecostal no Brasil

Entre o século XIX e o XX o vetor do eixo econômico orienta-se em direção aos EUA. O predomínio dos Estados Unidos nos negócios políticos do mundo refletiu-se também no vigor, generosidade e concepção das igrejas protestantes tradicionais americanas no campo das missões cristãs, ou seja, América Latina, Ásia e África. Este engajamento missionário no exterior contribuiu também, para o expansionismo americano.

Em 1855, o Dr Robert Kelley estabeleceu-se no Rio de Janeiro, para iniciar uma missão Congregacional independente, sob o título - *Ajuda para o Brasil* e conseguiu conservar-se durante vinte anos, em face da oposição considerável e natural da hierarquia católica. Os metodistas americanos começaram a trabalhar entre a população brasileira em 1876. Os Presbiterianos haviam chegado em 1859 e em 1888 conseguiram formar a Igreja Presbiteriana do Brasil. A sua obra mais notável foi a fundação do Instituto Mackenzie de São Paulo, única instituição protestante na América

²⁴ MARX, Karl. (2005) “Introdução à crítica da filosofia do Direito de Hegel”. In: *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*. Boitempo: São Paulo.

²⁵ As expressões protestantismo de missão e protestantismo pentecostal aparecem em ALENCAR (2005), como tendo sido usadas originalmente por CAMARGO, Cândido P. Ferreira. *Católicos, protestantes e espíritas*. Petrópolis, Vozes, 1973. Por sua vez, no diz Cunha (2019), “a identidade ‘protestante’ nunca foi bem afirmada por boa parte deles, que sempre optaram por se denominar ‘evangélicos’, reforçando disputas religiosas com o histórico catolicismo romano ao colocarem-se como detentores ‘do verdadeiro Evangelho’” (CUNHA, Magali do Nascimento. *A hegemonia pentecostal no Brasil*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/a-hegemonia-pentecostal-no-brasil/> acessado em dezembro de 2019).

do Sul a atingir o estatuto universitário. A Igreja Episcopal Protestante dos EUA, divergindo do habitual modelo anglicano, iniciou as suas atividades em 1889, no extremo sul do país. Em 1898, Lucien Kinsolving era consagrado bispo do que tencionava que fosse uma igreja episcopal brasileira independente. Infelizmente, as autoridades dos Estados Unidos, presas de um sistema inflexível e sem imaginação, reduziram a Igreja Brasileira a um estatuto colonial e dependente [...]. (NEILL, 2001. p. 398-9).

Tão logo findou a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1860-1864), muitos dos chamados confederados, que possuíam uma mentalidade agrária e escravista e que tinham sido derrotados, migraram para o Brasil formando aqui colônias primordialmente na região de Santa Bárbara, no Estado de São Paulo. Foi através dos imigrantes e, conseqüentemente, da formação de igrejas com esmagadora maioria de estrangeiros, que os missionários começaram a penetrar na sociedade brasileira.

As raízes do Protestantismo de Missão (metodistas, presbiterianos e batistas) são: britânica, quanto à nacionalidade, e calvinista²⁶, quanto à teologia. Uma característica relevante do protestantismo norte-americano está em seu caráter divisional no que tange à articulação entre fé pessoal e ação social. Esta característica obviamente teve repercussões no perfil evangélico brasileiro, tornou-se conservador no aspecto social.

Outra característica deste Protestantismo foi a falta de sensibilidade cultural que fez com que a maioria dos missionários depreciasse alguns aspectos da cultura brasileira; mais ainda, acusassem a Igreja Católica de ser a culpada de tudo o que eles achavam que era errado ou pecaminoso. Esse anti-catolicismo identificou o catolicismo com o anticristo e viu nos valores da cultura brasileira os traços desta identificação; logo sua mensagem seria – e foi – um chamado a abster-se da cultura local e a aceitação inquestionável dos valores da cultura norte-americana trazida pelos missionários. Para ser um crente fiel protestante era preciso abandonar as coisas do mundo e aceitar as do céu – em outras palavras: esquecer o jeito brasileiro de viver e adotar o *american way of life*.

Nessa expansão, o protestantismo brasileiro mostrou claramente quais características herdaria de seus progenitores: a primeira delas foi o anti-catolicismo; a segunda foi o denominacionalismo, agravado pelas tensões trazidas dos Estados Unidos.

²⁶ O Calvinismo é um movimento protestante conduzido no século XVI por João Calvino, um estudioso francês que ao se converter ao Protestantismo em 1533, propaga a sua crença teológica dando continuidade à Reforma Protestante então iniciada em 1517 por Martinho Lutero. Calvino acreditava que as classes sociais representavam a escolha de Deus para a salvação. As pessoas bem sucedidas eram apontadas como os eleitos, a quem Deus levaria para o céu, em contraste com os pobres e miseráveis, que viviam nessa condição por não estarem entre os escolhidos. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/calvinismo/>> acessado em: 12 de setembro de 2019.

Por sua vez, praticamente todas as denominações ou organizações protestantes fundaram colégios neste período. Dois objetivos são apontados como fundantes dessa filosofia: o primeiro era a intensão de transplantar para o Brasil aspectos da cultura estadunidense, tida e havida como superior; o segundo era a vontade de assegurar sucesso social para o protestantismo. Para tanto seus divulgadores se posicionaram, pelo menos nessa fase histórica, nos grandes centros, ao lado das classes privilegiadas, não realizando um trabalho mais direto com o pobre e o oprimido. Cabe aqui lembrar, “que as missões norte-americanas, para a implantação do protestantismo no Brasil, valeram-se da admiração nutrida pelas elites nacionais em torno do progresso dos Estados Unidos” (FERREIRA, 2008, p.7).

Outro fator expressivo da história da igreja protestante no século XX, de modo diverso do Protestantismo de Missão brevemente descrito acima, foi o surgimento, também nos Estados Unidos, de uma série de novos movimentos de “Santidade Metodistas” (*holiness*)²⁷ e “Pentecostal”²⁸. Enquanto a tradição *holiness* dava maior destaque à santidade ou santificação, o movimento Pentecostal ou Protestantismo Pentecostal passou a privilegiar o conceito de poder, sendo que nesse primeiro momento a ênfase era dada ao “dom de língua”²⁹.

Nessa grande efervescência do campo religioso também refletiam as agitações dos últimos 35 anos do século XIX, que ficaram marcados pelo trauma da Guerra Civil; libertação dos escravos negros; tensões raciais; crise prolongada do mundo da agricultura no sul do país; mobilidade populacional em direção às cidades do norte em processo de industrialização; chegada de milhões de imigrantes brancos, que vinham refazer na América laços rompidos pela pobreza e miséria na Europa de então (CAMPOS, 2005, p. 104).

Os protagonistas dessa efervescência no campo religioso eram em sua maioria pertencentes aos extratos mais pobres da população (negros, imigrantes, mulheres, menos escolarizados...) que encontraram no Protestantismo Pentecostal a segurança para a vida cotidiana, o alento e a esperança. Este movimento gerou também, novas igrejas protestantes –

²⁷ “Vinte e três novas denominações, oriundas de John Wesley e Charles Finney, foram fundadas entre 1893-1900. Elas defendem a ideia de perfeição cristã, na qual o crente se recebesse uma ‘segunda benção’, atingiria um estágio na vida cristã em que não mais seria dominado pelo pecado. Depois estas igrejas se tornaram pentecostais” (FERREIRA, Franklin. *Igreja cristã na história: das origens aos dias atuais*. São Paulo: Vida Nova, 2013. p. 281).

²⁸ O termo pentecostal é derivado do dia de pentecostes (festa judaica), descrito no livro de Atos dos Apóstolos capítulo 2.

²⁹ Dom de língua ou glossolalia é um fenômeno em que a pessoa profere sons ininteligíveis e palavras sem nexos, que se tornariam compreensíveis apenas para quem possua o carisma da interpretação. O dom de línguas ou glossolalia foi narrado pela primeira vez na Bíblia, no livro dos Atos dos Apóstolos capítulo 2. A glossolalia é admitida pelas correntes pentecostais e neopentecostais. No catolicismo, pela corrente renovação carismática.

as pentecostais – podendo ser considerado, guardando as devidas proporções, uma continuidade do pietismo e puritanismo dos séculos XVII - XVIII, reforçando, desta forma, a ideia de Niebuhr (apud CAMPOS, 2005, p.105) de que “na história protestante a seita tem sido sempre filha de minorias proscritas”. Isto é, frente às novas necessidades produzidas pelo caráter contraditório do progresso na sociedade de classes, uma nova adequação do cristianismo foi criada pela minoria proscrita – a seita Pentecostal - que trouxe soluções imediatas para os problemas cotidianos dos seus fieis, podendo, anos depois, ser considerada como a corrente religiosa principal por ter ganhado status de aceitabilidade na sociedade local.

O Protestantismo Pentecostal, observado, não teve como finalidade a superação do sistema e nem o podia, “funcionalista em sua base, a religião destina-se a produzir sentido para a anomia da sociedade, objetivando a ordenação do mundo” (ALENCAR, 2005, p. 32). Tal função obnubila a realidade, consolida toda forma de exploração e mantém as consciências sob controle, ou seja, “acomodam os conversos ao estilo de vida da sociedade em rápido processo de urbanização” (CAMARGO apud FERREIRA, 2008, p.165). Politicamente as seitas são em geral, excessivamente submissas à lei, à ordem e às autoridades em todos os níveis. Não criam problemas.

O Protestantismo Pentecostal traça seus vestígios da reunião de oração no *Bethel Bible College* em Topeka, Kansas, onde em 1 de janeiro de 1901, Charles Fox Parham, professor deste instituto, conclui que falar em línguas era o sinal bíblico do batismo no Espírito Santo, fato narrado na Bíblia em Atos dos Apóstolos capítulo 2. Anos mais tarde, quando esse Instituto fora transferido para Houston, Texas, e apesar da segregação racial e da simpatia de Parham pelas idéias racistas da Ku Klux Klan, foi permitido a William J. Seymour, filho de ex-escravos da Louisiana e pregador *holiness*, assistir as aulas bíblicas do lado de fora da sala. Seymour viajou, posteriormente, para Los Angeles, California provocando, através de suas pregações, o conhecido avivamento pentecostal da Rua Azusa (ROLIM, 1995). Tal avivamento³⁰ se espalhou por todos os Estados Unidos, Europa, Ásia, América Latina e África (FERREIRA, 2013).

³⁰ Avivamento é o ato de se avivar, ou seja, de se tornar mais vivo, mais ativo, mais intenso, despertado e nítido. Este é um termo bastante usado no âmbito religioso para se referir ao período de renovação espiritual, que aconteceu com o pentecostalismo.

2.2 Classificação do Protestantismo Pentecostal no Brasil

Para tornar inteligível a evolução e diversidade interna do Protestantismo Pentecostal, pesquisadores passaram a ordenar este campo religioso em grupos (FERREIRA, 2013) ou ondas (FRESTON, 1994)³¹ e classificá-los com base em critérios históricos (ou periodização) de implantação de igrejas, em distinções teológicas e comportamentais (MARIANO, 1996). Com base na discussão das tipologias será trabalhada a classificação do pentecostalismo em quatro vertentes: Pentecostalismo Clássico, Pentecostalismo de “Cura Divina”, Igrejas Renovadas ou Carismáticas e Neopentecostalismo. Cumpre dizer que estes grupos não são estanques, convivem e se influenciam mutuamente.

2.2.1 Pentecostalismo Clássico

Este primeiro grupo ou onda expansionista foi classificado como Clássico (FERREIRA, 2013; FRESTON, 1994) termo que se refere às primeiras igrejas pentecostais aqui estabelecidas. Chegou ao Brasil em 1910 trazido pelo ítalo-americano Luigi Francescon que, migrado dos Estados Unidos da igreja de Chicago, organizou a *Igreja Congregação Cristã*, “uma comunidade étnica entre os imigrantes italianos” (ALENCAR, 2005, p.46), uma divisão da Igreja Presbiteriana do Brás, em São Paulo. Em 1911 os missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, procedentes também da igreja Batista de Chicago, ao chegarem ao Brasil foram recebidos pela igreja Batista do Pará, cujo pastor era o sueco Erik Nilsson. Os dois permaneceram nesta igreja até... quando foram expulsos por pregarem o batismo no espírito santo e o falar em línguas (glossolalia). Eles e outros que saíram com eles, organizaram ali a segunda denominação pentecostal a *Missão da Fé Apostólica*, que em 1918 adotou o nome de *Igreja Evangélica Assembleia de Deus* (CAMPOS in: ALENCAR, 2010, p.11).

O Pentecostalismo Clássico no Brasil reinou absoluto de 1910 a 1950.

Essas igrejas dominaram amplamente o campo pentecostal brasileiro durante quarenta anos. A Assembleia de Deus foi a que mais se expandiu, tanto numérica quanto geograficamente. A Congregação Cristã, após um período em que ficou limitada à comunidade italiana, sentiu a necessidade de assegurar sua sobrevivência por meio do trabalho entre os brasileiros (MATOS, 2006, p.38).

³¹ As três ondas, descritas por Freston são retomadas por pesquisadores tais como Ari Oro (2005/2006; 2010), Ricardo Mariano (2004), et al.

No início, compostas majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja Católica, ambas caracterizaram-se por um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior (MARIANO, 2014, p. 29).

As ênfases principais do Pentecostalismo Clássico são: o batismo no Espírito Santo, a busca por dons carismáticos e miraculosos, principalmente o “dom de línguas”, uma rejeição radical e sectária do mundo, construída relativamente em relação ao modo de vida das classes médias secularizadas: rechaçavam o uso do rádio e de atributos de vaidade que ressaltavam a beleza feminina, do mesmo modo condenavam a participação em festas e outras atividades que fossem tidas como do “mundo” (TORRES, 2007, p. 106), envolver-se em questões políticas estava absolutamente fora de questão.

A Assembleia de Deus (AD) concentrou sua atuação nas camadas mais pobres da sociedade brasileira, pessoas religiosamente desamparadas pelo catolicismo e pelo protestantismo que primava outra classe social, conforme estudos realizados pelos antropólogos Paul Freston (1993; 1994) e Clara Mafra (2007), pelo teólogo e historiador Ingo Wulforth (1995), e pelo historiador Alderi De Matos (2006). Com uma estrutura oligárquica e herdeiros do coronelismo do Nordeste, a AD tornou-se “uma complexa teia de redes compostas de igrejas-mães e igrejas congregações dependentes” (FRESTON, 1993, p.72). O poder na AD é extremamente centralizado na figura do pastor-presidente que “embora aconselhado pelo ministério, (...) permanece a fonte última da autoridade em tudo (...) assim como o patrão da sociedade tradicional que, mesmo cercado de conselheiros, maneja sozinho o poder” (HOFFNAGEL, 1978, apud FRESTON, 1993, p.72).

2.2.2 Pentecostalismo da “Cura Divina”³²

O segundo grupo da fragmentação do movimento Pentecostal, de acordo com Ferreira (2013), seria os Pentecostais de “Cura Divina”. Surgiram em Los Angeles, Califórnia, em 1922 com a fundação da *Internacional Church of the Foursquare Gospel* por Aimee Semple McPherson. Chegaram ao Brasil por volta dos anos 50 na cidade de São Paulo “com o

³² “O termo cura divina, sinteticamente, remete aqui a quaisquer intervenções supraempíricas, sobrenaturais num dado estado de perturbação da saúde psicofísica, tenha ela causas espirituais ou não, e, como ponto central, seja atribuída ao Deus do cristianismo a alteração, a melhora qualitativa do estado morbo anterior, e, quiçá, a erradicação da doença/enfermidade” (LOPES, Marcelo. *Pentecostalismo no Brasil e a cura divina: um olhar histórico e fenomenológico*. Sacrilogens, Juiz de Fora, v.11, n.1, p. 89-110, jan-jun/2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilogens/files/2015/02/11-1-7.pdf>> acessado em 07 de novembro de 2019).

trabalho missionário de dois ex-atores de filmes de faroeste do cinema americano, Harold Williams e Raymond Boatright” (MARIANO, 1996, p.30). Os principais representantes no Brasil ligados a este grupo são: a *Igreja do Evangelho Quadrangular* (1951-SP); o *Brasil para Cristo* (1955-SP), primeira igreja fundada por um brasileiro como uma resposta nacionalista as igrejas Assembleia de Deus e as Cruzadas da Igreja Quadrangular; a *Igreja de Nova Vida* (1960 - RJ), fundada pelo canadense bispo Robert McAllister, que rompeu com a Assembleia de Deus em 1960. Essa igreja foi pioneira de um pentecostalismo de classe média, menos legalista, e investiu muito na mídia. Foi também a primeira igreja Pentecostal a adotar o governo eclesiástico episcopal no Brasil. Sua maior contribuição foi o treinamento de futuros líderes como Edir Macedo e seu cunhado Romildo R. Soares; a *Igreja Pentecostal Deus é Amor* (1962-SP), fundada por David Miranda, um desempregado que usou sua indenização trabalhista para fundar a igreja na Vila Maria em São Paulo; a *Casa da Benção* (1964-BH), entre uma multiplicidade de pequenas novas igrejas, seitas e denominações.

“Diferentemente dos pentecostais clássicos, além de enfatizarem as curas divinas, esses novos grupos passaram a praticar o exorcismo e a usar uma música mais popular com ritmos nacionais durante cultos com ambiente informal” (FERREIRA, 2013, p. 282). Outras distinções que encontramos são o uso de rádio, tendas, cinemas, teatros e estádios. “Mas, entre todas estas, foi à ênfase teológica no dom de cura divina crucial para aceleração do crescimento e diversificação institucional do pentecostalismo brasileiro” (MARIANO, 1996, p. 31). Paul Freston (1993) defende que essas mudanças ocorreram por uma “questão de estilo cultural” (p.82), para ele os novos grupos podiam se adaptar melhor a sociedade urbana, pois não carregavam nas costas quarenta anos de tradição, como a Assembleia de Deus. Dessa forma, eram mais livres para usar técnicas modernas, e criar uma nova relação com a sociedade.

2.2.3 Igrejas Renovadas ou Carismáticas

O terceiro grupo ligado ao movimento Pentecostal, segundo Ferreira (2013), tem seu início também na Califórnia, com as igrejas renovadas ou carismáticas. Esse movimento se espalhou rapidamente entre luteranos, presbiterianos, metodistas e batistas no mundo de fala inglesa.

No Brasil, a Renovação produziu divisões em quase todas as denominações mais antigas, com o surgimento de grupos como a Igreja Batista Nacional, a Igreja Metodista Wesleyana e a Igreja Presbiteriana Renovada (MATOS, 2006, pp. 39-40).

“Em linhas gerais, os renovados mantiveram as mesmas ênfases dos pentecostais clássicos e a diferença fundamental é que estes saíram das igrejas tradicionais e fundaram as suas, e aqueles permaneceram, na maioria, em suas igrejas, para influenciá-las” (FERREIRA, 2013, p.282), ou seja, o movimento Carismático exprime a chegada dos dons espirituais (refere-se aos dons dados por Deus aos cristãos, por meio do Espírito Santo) nas principais denominações históricas ou protestantismo de missões.

É notável a diferença entre os missionários do Protestantismo de Missão que vieram ao Brasil no século XIX e os do Protestantismo Pentecostal que chegaram no século XX. Os primeiros tencionavam “vender a ideia” de uma forma superior de religião, que traria progresso social, político, econômico e educacional ao país. Os últimos eram denominados por uma ideia de afastamento de tudo o que fosse sócio-político. Observa-se, portanto, uma mudança: de uma proposta de vanguarda para uma proposta de alienação, escapismo e não envolvimento. Após mais de meio século, o protestantismo brasileiro ainda não era autóctone, fato facilmente verificado na qualidade da educação teológica, na música, na forma de culto e nos procedimentos éticos, tudo se limitava a tradução ou cópia do que era produzido nos USA.

Além da influência fundamentalista deixada sobre a igreja evangélica brasileira, os missionários estrangeiros do século XX eram (e/ou) são pré-milenistas, sob o ponto de vista escatológico. Isto é, acreditam apenas que os “salvos” ressuscitarão na segunda vinda de Cristo para reinarem com ele no milênio, enquanto os “ímpios” só ressuscitarão no final do milênio para a condenação eterna. A doutrina do milênio³³ encerra-se na seguinte sentença:

³³ Há duas teorias sobre o milênio, ambas em relação à segunda vinda de Cristo. A teoria pós-milenista é a crença na submissão integral do mundo a Cristo por meio da eficiente ação da igreja com seus reavivamentos sob a ação do Espírito Santo. Após isto, virão os anos apocalípticos e em seguida Jesus Cristo para o juízo final. Para o pós-milenismo, o milênio acontecerá na história. O pós-milenismo foi inspirado principalmente pela euforia do progressismo do século XIX. A teoria pré-milenismo, pelo reforço da crença na impossibilidade humana de, por si só, regenerar-se, aliada ao pessimismo da filosofia do tempo, pregava que o milênio não se daria na história. Ao contrário, dada a decadência progressiva da humanidade, Cristo viria encerrar a história e reinar por mil anos. Com sua presença pessoal, a igreja cresceria muito dando oportunidade aos ímpios para se regenerarem e, então, viria o Apocalipse, o Juízo Final. Todo o conservadorismo protestante e, particularmente, todos os fundamentalismos proclamam o pré-milenismo. (MENDONÇA, Antônio G. In: SOUZA & MARTINO 2004, p.70).

A idade de ouro do povo de Deus está no futuro... O mal completamente subjugado no mundo, o domínio universal dos princípios do Evangelho, e a vontade de Deus feita na terra como é no céu, eis a visão encantadora que lhes embriagava o coração, a esperança risonha que os animava muito mais que a modesta, ainda que sublime, realidade dos seus dias (TEIXEIRA, *Maranata*, 1971 apud MENDONÇA, In: SOUZA & MARTINO, 2004, p. 69.)

A igreja evangélica brasileira herdou uma teologia que é, a um só tempo, conservadora e fundamentalista. Ela em geral interpreta sua missão apenas sob o foco da evangelização, ou de “ganhar almas”, para usar uma das expressões favoritas dos “crentes” do Brasil. Se fizéssemos uma pesquisa em todo território nacional, entre membros das igrejas (Protestantes Pentecostais e Protestantes de Missão) dos mais variados níveis socioeconômicos e culturais, sobre a missão da igreja, não seria surpresa se “evangelizar” representasse a maioria das respostas. Aprenderam isso com os missionários estrangeiros e estes com os seus antecessores.

A maior parte da comunidade evangélica brasileira manteve uma postura avessa ao envolvimento em problemas sociais. Por detrás disso, escondia-se o receio de ser confundida com a igreja Católica Romana e sua pregação de justificação pelas obras, ou com os Espíritas e sua crença na importância das boas obras para o desenvolvimento espiritual do ser humano, ou, quem sabe, até com Comunistas ateus. Não raro, o máximo que acontecia na comunidade evangélica era o atendimento pastoral aos membros da igreja.

Por sua vez, essa maneira de ser igreja evangélica brasileira vai, no final dos anos 70 e início dos 80, presenciar uma nova mudança influenciada pelas questões políticas e econômicas nacionais.

No Brasil, o período que abrange os anos 1974 – 1982, a dinâmica política da transição (de ditadura civil-militar para democracia) estava sob controle dos militares mais parecendo uma tentativa de reforma do regime do que os primeiros passos de uma transição democrática de fato. Foi somente nos anos de 1985 a 1989 que os militares deixam de deter o papel principal (apesar de manterem algum poder de veto), sendo substituídos pelos políticos civis, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil. É nessa fase de transição, de redemocratização do país, de euforia, de plano cruzado, de aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, do consumo e principalmente da implementação das ideias neoliberais, que o quarto grupo ligado ao movimento Pentecostal surge no Brasil, o Neopentecostalismo. A título de recordação temos no Brasil, decorrentes do movimento

pentecostal, o Pentecostalismo Clássico, o Pentecostalismo de “Cura Divina”, o Carismático e, na atualidade, o Neopentecostalismo.

2.2.4 O Neopentecostalismo

O Neopentecostalismo com a Teologia da Prosperidade³⁴ (TP) vai alterar a maneira de viver e ser Pentecostal. A influência norte-americana sobre os evangélicos brasileiros não é novidade, mas esse fato se revigorou e se tornou mais notório com o desenvolvimento aqui da TP. Veio daquele país uma verdadeira visão gerencial sobre assuntos do mundo evangélico estabelecendo forte relação com a metodologia do planejamento estratégico que traça objetivos e metas e cria por fim um empresário com propalada identidade religiosa.

O Neopentecostalismo caracteriza-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra e ao pregar a TP difunde planejadamente a crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos. Desta forma, rejeita os usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo (MARIANO, 2004).

Seu avanço não é expressivo apenas nos planos religioso e demográfico. Estende-se pelos campos: midiático, político partidário, assistencial, editorial e de produtos religiosos. Seus adeptos não se restringem mais somente aos estratos pobres da população, encontrando-se também nas classes médias, incluindo empresários, profissionais liberais, atletas e artistas (MARIANO, 2004).

³⁴A Teologia da Prosperidade difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, tem origem nos EUA a partir dos anos de 1960. Na confluência de vários movimentos religiosos que enfatizavam a cura divina, a prosperidade econômico-financeira e o poder da fé para a superação das fragilidades humanas, conhecidos majoritariamente como *Health and Wealth Gospel*, destacaram-se, sobretudo, as pregações e escritos de Kenneth Hagin, nascido no Texas, em 1917. Como pregador e divulgador dos postulados da Confissão Positiva, Hagin inspirou-se em Essek William Kenyon (1867-1948). Kenyon também havia sido pregador sem vínculos denominacionais e suas ideias estavam ligadas ao poder do pensamento positivo, em especial as concepções de Phineas Quimby (1802-1866) e de Norman V. Pearle (1898-1993) e à Ciência Cristã, cuja fundadora foi Mary Baker Eddy (1821-1910). Todavia, ele não escrevera ou pregara sobre o tema da prosperidade. A influência sobre Hagin será, sobretudo, nas questões da cura divina e da Confissão Positiva. Hagin terá de Oral Roberts, conhecido televangelista norte-americano, o polo de influências sobre o tema da prosperidade, em especial as promessas de retorno material e financeiro a partir das contribuições e ofertas dos fiéis. A utilização dos meios de comunicação de massa será fundamental para a propagação da Teologia da Prosperidade nos EUA. Destacam-se, além de Kenneth Hagin e de Oral Roberts, T. L. Osborn, Jimmy Swaggart, Kenneth Coperlan e Benny Hinn. A demanda provocada pelos pastores encareceu o horário dos programas de televisão, e pressionados pelas despesas crescentes refinaram as formas de levantar fundos, integrando os apelos financeiros à teologia. A Teologia da Prosperidade entrou no Brasil por obra dos pastores neopentecostais, que são os mais ativos difusores do televangelismo aqui (CAMPOS, 1997; RIBEIRO, 2006).

As igrejas neopentecostais, sendo as principais a Universal do Reino de Deus (1977, RJ), a Internacional da Graça de Deus (1980, RJ), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, GO) e a Renascer em Cristo (1986, SP), não possuem nenhum compromisso com as raízes históricas do protestantismo, resultando numa autonomia doutrinária e organizacional (BITTENCOURT, 1989, p.24-29). Revelam-se, entre as pentecostais, as mais inclinadas a acomodarem-se à sociedade atual e a seus valores, interesses e práticas. Daí seus cultos basearem-se na oferta especializada de serviços mágico-religiosos, de cunho terapêutico e taumatúrgico, centrados em promessas de concessão divina de prosperidade material, cura física e emocional e de resolução de problemas familiares, afetivos, amorosos e de sociabilidade (CAMPOS, 1997; MARIANO, 2004). “Oferta sob medida para atender a demandas de quem crê que pode se dar bem nesta vida e neste mundo recorrendo a instituições intermediárias de forças sobrenaturais” (MARIANO, 2004) que naturalizam as relações de trabalho e incentivam o estilo de vida exigido pelo neoliberalismo.

A Igreja Universal do Reino de Deus é a vertente pentecostal que mais cresce atualmente e a que ocupa maior espaço na televisão brasileira, seja como proprietária de emissoras de TV, seja como produtora e difusora de programas de televangelismo. (MARIANO, 2004).

2.3 A Igreja Universal do Reino de Deus

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – constitui o grande fenômeno do pentecostalismo nacional (MARIANO, 1996). A IURD foi constituída em 1977 e desde então vem aprimorando uma *personalidade* própria na cultura brasileira procurando sempre assistir evangelizando ao seu modo os desempregados, os excluídos e necessitados em geral. Foi para essa parcela da população que a IURD “estabeleceu deliberadamente, com pleno conhecimento de causa, um sistema de magia organizado, por sinal, bem elaborado” (MARIANO, 1996, p. 58) que acabou se adequando ainda melhor à ordem neoliberal que começa a amadurecer no período da democratização brasileira ao longo dos anos 1980. A IURD instituiu um novo agenciamento da subjetividade de seus fieis, isto é, não se trata apenas de resolver de forma pontual uma demanda aguda de uma população flutuante, mas de praticar uma “fé racional” – estabelecer uma nova relação de si para consigo, que implica racionalizar a vida cotidiana, cumprir desafios, estabelecer metas, trabalhar para a criação de si próprio como um capital humano que deve ser sistemática e infinitamente valorizável

(CORTÊS, 2018). Os fins que se busca alcançar, com tudo isto, são declaradamente materiais. Ao procurar trazer o “céu” com todas as suas benesses para a terra, a IURD fez emergir algo novo no cenário religioso brasileiro que vai ao encontro dos anseios da massa de excluídos que, em menos de três décadas, transformou uma discreta igreja que funcionava numa pequena funerária na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, em uma poderosa empresa evangélica com representação em todo território nacional.

A rapidez do seu crescimento pode ser verificada pelo número de templos. Em 1980 eram apenas 21 templos em cinco Estados. Em 1983, chegou a 62 templos em seis Estados. Em 1984, avançou para 85 templos em 10 Estados. Em 1985, saltou para 195 templos em catorze estados, inclusive no Distrito Federal. Em 1987, eram 356 templos em dezoito estados. Em 1989, ano em que negociaria a compra da TV Record, eram 571 templos. Em 1995 os números de templos passaram para 2.014 no Brasil, e 236 em 65 outros países (MARIANO, 1996, pp. 64-65; MIRANDA, 2008, p.35).

Segundo estimativas do censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a IURD tem hoje no território nacional mais de seis mil templos, doze mil pastores e um milhão e oitocentos mil fiéis. Essa instituição é a maior multinacional religiosa do Brasil, e talvez “a mais importante igreja multinacional do terceiro mundo” (CONTEN; DOZON e ORO 2003, p.21). O principal templo da IURD no mundo é o Templo de Salomão³⁵. Construído tomando como referência o antigo Templo de Salomão de Jerusalém, inaugurado em 31 de julho de 2014, localizado no bairro do Brás, na cidade de São Paulo.

A IURD é uma igreja urbana³⁶, concentra a maior número de templos no Rio de Janeiro e em São Paulo (MIRANDA, 2008, p.41). Isto porque o movimento migratório no território nacional possibilitou a fixação de grande parte da população do país nas cidades marginais da região metropolitana dos grandes Estados, especialmente no sul e sudeste. Tais

³⁵ “Conhecemos bem a IURD pelo seu misticismo e sincretismo religioso; agora, com a construção e inauguração do Templo de Salomão, passaram a adotar práticas do Judaísmo. A IURD está adotando uma espécie de judaização da igreja” (ANDRADE, 2014).

³⁶ Insistimos no urbano, pois até a década de 1960 a maior parte da população brasileira concentrava-se no campo. É somente a partir de 1970, com o movimento migratório, que este quadro se inverte e as cidades passam a concentrar grande parte da população nacional. Segundo os dados estatísticos do IBGE, nos anos de 1950 36% da população do país moravam na cidade. Na década de 1980 esse percentual passou para 67,6% e em 1990 alcançou 74,1%. Sendo que, “o crescimento demográfico-urbano regional e a integração produtiva estabeleceram desde os anos 1990 uma nova e promissora rota de crescimento para IURD em direção às áreas periféricas do território especialmente na Região Norte” (ARAÚJO, 2018, p. 111).

regiões abrigavam as maiores cidades propiciadoras de infraestruturas e disponibilidades de recursos econômicos para o seu estabelecimento. Destaca-se, sobretudo, a região sudeste, onde o desemprego assumiu uma magnitude absoluta na segunda metade dos anos 1990, sendo os desempregados, os mais pobres e os menos escolarizados o público disposto a consumir os serviços da IURD.

O desenvolvimento institucional e territorial da IURD foi favorecido também, pela Nova República³⁷ quando esta desenvolveu estratégias de ampliação das redes de fluxos no território nacional, sobretudo com o consórcio de capitais privados, e de forma a incluir mais fortemente o Norte e Centro-Oeste, formando eixos estratégicos da integração via densificação da malha rodoviária e difusão das redes de telecomunicações (CASTRO, 2009 apud ARAÚJO, 2018). Segundo Araújo (2018) “o sagrado necessita de recursos e infraestruturas que lhe permitam sua reprodução no espaço” (p. 84) e, na busca de novas áreas de expansão “o sistema iurdiano se desenvolveu fortemente na Região Norte mediante a expansão de infraestruturas técnicas promovida pelo governo e que implementou à acessibilidade aos centros regionais de localização remota” (ARAÚJO, 2018, p. 243). A expansão do sistema iurdiano acompanhou de forma coerente a diferenciação estrutural das regiões brasileiras segundo o desenho territorial das redes hierárquicas de fluxos econômicos, das densidades urbanas e das telecomunicações.

De acordo com Proença (2011, p. 171), “com o nome de Igreja Universal do Reino de Deus”,

essa expressão religiosa marcaria a escrita de um capítulo absolutamente novo na composição e no funcionamento do campo religioso brasileiro, reconfiguração tão absolutamente radical ao ponto de se poder afirmar que o panorama de crenças do país se divide em *antes* e *depois* dessa Igreja.

Não se pode, por sua vez, estudar a IURD sem reconhecer a pessoa e a influência de seu fundador e atual líder Edir Macedo Bezerra, considerado por alguns como um *self-made-man* (“homem que se fez por conta própria”) ou um indivíduo que após uma trajetória de altos e baixos no trabalho alcança o sucesso financeiro e social; ou o empresário que se tornou o líder evangélico mais rico do Brasil; ou o diretor executivo geral de uma companhia multinacional, no entanto, para os frequentadores da IURD, o pastor-modelo, um homem piedoso e empreendedor bem-sucedido que tem sido injustiçado, incompreendido e, algumas vezes, até mesmo perseguido (CAMPOS, 1996). Proença (2011, p.176) nos informa que “em

³⁷ A Nova República começa com o fim da ditadura militar e início do ciclo de presidentes civis.

torno da figura do bispo desenvolveu-se um fetichismo, uma grife e um efeito mágico que o torna distintivo perante os fiéis”.

Ao fim e ao cabo, o estilo e as mensagens de Edir Macedo são repetidos e imitados não apenas pelos líderes da IURD, mas também por alguns externos à sua denominação, incluindo evangélicos pentecostais, não pentecostais e católicos (MATTOS, 2002, p.1 apud BLEDSOE, 2012, p. 64). Sua equipe de liderança apresenta muitas práticas fora do âmbito religioso, por exemplo, são donos de diversos empreendimentos como emissoras de TV e rádio, gráfica, etc., colocando-se como modelos a serem seguidos.

2.3.1 Sua liderança

Edir Macedo Bezerra, ou como é mais conhecido Bispo Macedo, é o quarto dos sete filhos de uma família pobre de migrantes nordestinos. Nasceu em 18 de fevereiro de 1945 em uma pequena cidade do norte do estado do Rio de Janeiro. Sua família era católica e também participava de religiões afro-brasileiras como a Umbanda (TAVOLARO, 2007, pp.59-62). Trabalhou durante 16 anos na Casa de Loterias do Rio de Janeiro, inicialmente como *Office boy*, em seguida como agente administrativo, e depois passou a tesoureiro. À procura de um diploma universitário, Edir Macedo ingressou no curso de Matemática na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, onde cursou dois anos. Transferiu-se para estudar Matemática na Universidade Federal Fluminense (UFF) e em seguida cursou dois anos de Estatística na Escola Nacional de Ciências e Estatística (ENCE) onde participou no Censo econômico do IBGE em 1970. Segundo Tavoraro (2007, p. 79), Macedo não concluiu os cursos universitários por não poder conciliar trabalho e estudo. Com 18 anos, testemunhou que os estudos pessoais da Bíblia, a participação na Igreja Nova Vida e uma crise afetiva levaram à sua conversão cristã (TAVOLARO, 2007, pp. 79-82). Em entrevista jornalística Macedo mencionou detalhes dessas primeiras experiências

Eu era uma pessoa triste, deprimida, angustiada. No fundo do poço busquei a Igreja Católica e só encontrei um Cristo morto. Aquilo não satisfaz o meu coração e parti para o espiritismo, mas as ideias que aí encontrei não se coadunavam com as minhas. Então, um dia, tive esse encontro pessoal com Deus (...). Estava em uma reunião pública, de evangelistas, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio. As pessoas cantavam e, de repente, desceu uma coisa sobre nossa cabeça, nosso corpo, como se estivéssemos sendo jogados debaixo do chuveiro. Foi algo ao mesmo tempo físico e espiritual, abstrato e concreto. Pude me ver como realmente era, e eu me via como se tivesse descendo ao inferno. Caí em prantos. Então a mesma presença me apontou Jesus. Foi quando nos convertemos e nos entregamos

de corpo, alma e espírito. (*Folha de S. Paulo*, 20.06.91 apud MARIANO, 1996, p. 55).

Treze anos depois, em 1977, Macedo deixou o emprego na LOTERJ para se dedicar exclusivamente ao ministério, o que coincidiu com o início da IURD. Quanto a sua formação no campo teológico, segundo o *site* da IURD, ele é graduado em teologia pela Faculdade Evangélica de Teologia “Seminário Unido” e pela Faculdade de Educação Teológica no Estado de São Paulo (FATEBOM). Fez doutorado em teologia³⁸, filosofia cristã e é *Honoris Causa* em divindade, além de ter feito mestrado em ciências teológicas na *Federación de Entidades Religiosas Evangélicas de España* (FEREDE), em Madri, capital da Espanha. Como escritor evangélico vendeu mais de 10 milhões de livros, divididos em mais de 30 títulos, sobressaindo-se os *best sellers* “Orixás, caboclos e guias” e “Nos passos de Jesus”, que atingiram a marca de mais de 3 milhões de exemplares vendidos, e, mais recentemente, o primeiro e o segundo volumes de seu livro de memórias, “Nada a Perder”. Uma contradição se encontra nos títulos teológicos. Em um dos seus livros “A libertação da Teologia”, demonstra claramente sua aversão à sabedoria teológica. Enfatiza que a teologia provoca divisões e é perigosa para a fé cristã. Para Macedo (1997, p.19-20), “todas as formas e todos os ramos da Teologia são fúteis. Não passam de emaranhados de ideias que nada dizem ao inculto; confundem os simples e iludem os sábios. Nada acrescentam a fé; nada fazem pelo homem...”; mais especificamente, ele está investindo contra a sistematização teológica feita pelos protestantes históricos. Por sua vez, ao passo que repudia a teologia acaba, no decorrer do livro, elaborando a sua própria teologia.

Edir Macedo além de ser um líder carismático tem demonstrado ser também, de acordo com os padrões de Peter Drucker (1909-2005), um trabalhador do conhecimento³⁹. É possível compará-lo e a seus bispos de alto escalão a um diretor executivo e sua equipe de oficiais, conduzindo uma corporação multinacional. “Eles procuram novos mercados onde

³⁸No dia 24 de maio de 1992, Macedo foi preso acusado de praticar crimes como curandeirismo, charlatanismo e estelionato. Disse aos policiais que tinha curso superior em Teologia, o que não foi comprovado. Mesmo assim, permaneceu preso numa cela especial, na 91ª Delegacia de Polícia da Zona Oeste de SP. (In: MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 75).

³⁹Peter Drucker é considerado o pai da Teoria da Administração. Os trabalhadores do conhecimento são todos aqueles com elevados níveis de escolaridade e com uma grande bagagem de experiência e renovação nos conceitos mais elementares dos processos nas organizações. Peter Drucker quando escreveu “Uma Era da Descontinuidade”, já percebia uma nova era nas organizações por causa das novas tecnologias e da necessidade de competir num mundo cada vez mais moderno. São esses trabalhadores os responsáveis por incentivar, inventar nas organizações e fazer projetos estratégicos, melhorando produtos, fazendo marketing para se manter no mercado. O resultado de tudo isso é o aumento da produtividade e consequentemente a melhoria na receita e lucratividade das empresas. O conhecimento tem se tornado o Capital essencial nas organizações. Disponível em: <<https://blog.egestor.com.br/quem-foi-peter-drucker/>> e <<https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/trabalhador-do-conhecimento/>> acessados em 20/08/2018.

penetrar, criam estratégias de *marketing* e aumento de capital, premiam os que produzem e eliminam qualquer um que deixe de obedecer ou contribuir” (FURRE, 2006, pp.41-42 apud BLEDSOE, 2012, p.63), métodos de ação e de organização típicos da racionalidade empresarial. Macedo retém também, “em suas próprias mãos o monopólio teológico e ideológico” dentro da denominação. “Seus pastores e demais líderes são reconhecidos por imitar a sua pregação, cânticos, dizeres e até mesmo sotaque e gestos, sem temer a repercussão” (JUSTINO, 1995, pp.28-29 apud BLEDSOE, 2006, p.64).

A IURD foi estabelecida em torno de um governo eclesiástico episcopal híbrido cuja opção por um caixa único, coloca os recursos à disposição de uma autoridade única. Na prática, “Macedo criou um corpo administrativo capilar, uma rede de subordinados, que reúne bispos, pastores, obreiras e obreiras, que, a partir de templos espalhados por todo o Brasil e em dezenas de países, fazem fluir as contribuições em dinheiro diretamente para um único controle”⁴⁰. Os recursos do templo (arrecadados sem impostos) fluem para os demais empreendimentos, especialmente, os investimentos na área de comunicação social ⁴¹.

Abaixo de Edir Macedo, 22 bispos de alto escalão compõem o conselho mundial de bispos. Alguns destes bispos são responsáveis pelos trabalhos da IURD em um determinado continente, outros administram de maneira direta ou, pelo menos, supervisionam organizações⁴² adquiridas pela IURD inclusive uma rede hospitalar, uma gravadora, uma *holding*, um banco, a rede de televisão *Record*, estações de rádio e outros meios de comunicação, uma agência de viagens, indústria de móveis, estratégias políticas e, obviamente, pastores e igrejas filiadas.

Sujeito aos bispos nomeados no conselho mundial há um bispo estadual que supervisiona os pastores e igrejas pertencentes à sua respectiva região. Cada bispo reside na capital e ministra no templo mais proeminente, chamado de Catedral (BLEDSOE, 2012, pp. 75-76).

⁴⁰ Leonildo Campos em entrevista à Instituto Humanitas de Ensino, 17 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3213&>, acessado em 30 de setembro de 2019.

⁴¹ Idem.

⁴² Nominando as organizações: Banco de Crédito Metropolitano, das emissoras de rádio e TV, dos jornais, a Universal possui diversas outras empresas, entre elas: Unimetro Empreendimentos, Cremo Empreendimentos, New Tour (agência de viagens), Uni Line (processamento de dados), Unitec (construtora), Uni Corretora (seguradora), Line Records (gravadora), Frame (produtora de vídeos), Investholding Limited (sede nas Ilhas Cayman), Editora Gráfica Universal Ltda., Ediminas S/A (BH), uma fábrica de móveis que faz bancos para as igrejas. (In: MARIANO, Ricardo. *Neopentecostas: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 67).

Esse sistema de controle executivo facilita o crescimento maximizando a eficiência institucional, a aplicação de táticas empresariais resultou na capacidade da liderança gerenciar, globalmente, várias subsidiárias, continuar a expansão de suas igrejas afiliadas e evitar tipos de divisões que são conhecidas entre os grupos pentecostais (CAMPOS, 1996). Nas palavras de Mariano (2004),

o governo episcopal tal como exercido pela igreja reforça a unidade e a coesão denominacional, dinamiza o processo decisório, agiliza a transmissão das ordens superiores e a realização dos trabalhos administrativos, organizacionais e de evangelismo, permite centralizar a administração dos recursos coletados e fazer investimentos caros e estratégicos, como a abertura de novas congregações e frentes de evangelização, a construção de templos de grande porte, a compra de emissoras de rádio e TV, a criação de gravadoras, de editoras e de outros empreendimentos (p. 126).

A estrutura denominacional elimina, totalmente, a participação dos membros ou “amadores” na tomada de decisões. Semelhante às empresas globais, a estrutura eclesiástica da IURD coloca a tomada de decisão nas mãos da liderança remunerada. As principais deliberações institucionais são determinadas pelos líderes do alto escalão juntamente com Edir Macedo como autoridade máxima. As decisões para um país e um estado em particular são tomadas pelos bispos nacionais e estaduais, respectivamente. Esse sistema eclesiástico permite que os líderes do alto escalão enfatizem a eficiência e promovam decisões que acarretem o máximo de benefícios para os objetivos da organização (BLEDSON, 2012).

Quanto aos pastores, auxiliares, obreiros e membros:

- O pastor principal coordena todos os ministérios no local, incluindo o contato com os membros locais e a comunidade-alvo. Dirige as reuniões mais importantes e os horários mais nobres do rádio, deixando os de menor audiência para seus assistentes. Os auxiliares e obreiros assistem e auxiliam os pastores no culto, ajudam as pessoas na plateia a “manifestarem os encostos”, e levam os “manifestados” para o palco, mantêm a ordem no templo. A maioria dos pastores da IURD é de sexo masculino.
- Para ser um pastor da IURD, “as exigências são simples e nada elitistas – conversão, dedicação e desejo – facilitam a formação de novos pastores e aceleram o ingresso dos candidatos ao trabalho pastoral” (MARIANO, 2004, p. 127). Campos (2011 apud CAMPOS & SOUZA, 2017) argumenta que a família é parte da apresentação do *self* carismático do pastor. “Um pastor, para ascender na

hierarquia da igreja, precisa ser casado, contrastando com o catolicismo e trazendo assim para o cenário da liderança pentecostal a esposa do pastor, que vai ajudá-lo nos cuidados com o rebanho” (p. 488). Segundo Teixeira (2016, p. 140, 147 apud RIBEIRO, 2017, p. 247), as mulheres em geral ficam no átrio e os homens no altar. Somente o casamento viabiliza a ascensão das mulheres na hierarquia sacerdotal, “sem um marido atuante no altar, a mulher só pode aspirar ao posto de obreira”. Além disso, as mulheres do altar estão aptas a se dirigirem apenas ao público feminino.

- O obreiro é um voluntário que é selecionado por um pastor titular para realizar atividades diversas, como, por exemplo, dar orientações espirituais aos membros da igreja, visitar os membros afastados para orar e orientar, fazer visitas em presídios e hospitais, auxiliar o pastor durante o culto, etc. (BLED SOE, 2012). Servem de ligação com a comunidade e podem se transformar em grandes propagandistas da IURD.
- Para se tornar membro da IURD, deve-se confessar Cristo como Senhor e receber o batismo. Os membros colaboram principalmente através da participação nas reuniões e da contribuição financeira com seus dízimos e ofertas. Geralmente, o compromisso pessoal é direcionado verticalmente, a Deus e à organização da IURD, não necessariamente a outro semelhante ou participante (BLED SOE, 2012, pp.76-79).

Os pastores e adeptos não têm autonomia “tanto que os mais de quinze mil pastores titulares e auxiliares [...] são remanejados frequentemente de local de trabalho e não gerenciam os recursos que arrecadam enquanto os fiéis não escolhem seus líderes locais nem participam da deliberação sobre a aplicação dos dízimos e ofertas.” (MARIANO, 2004, p. 127). “A liderança superior pode investir, transferir seus ministros, comprar propriedade e desenvolver outras estratégias de acordo com o que melhor promova a expansão da organização” (BLED SOE, 20012, p. 105).

Na IURD, a compensação está ligada à habilidade de alguém em trazer lucro para a organização, o que é uma filosofia semelhante à maior parte das empresas com fins lucrativos.

Essa ideologia tem produzido um ambiente que incentiva a expansão das igrejas afiliadas. Portanto, o sucesso e a promoção de um ministro se correlacionam com o alcance de uma meta em termos de crescimento de

igrejas afiliadas, seja novas ou já existentes, e com o recolhimento de dízimos e ofertas. Este padrão implica que o pastor deve manter o número necessário de participantes nas reuniões e motivá-los a dar dinheiro. Se ele não puder produzir, corre o risco de uma repreensão, uma transferência para um local menos atrativo ou demissão (BLEDSE, 2012, p. 106).

No decorrer desses mais de 40 anos de existência, a IURD enfrentou e enfrenta períodos de grande perseguição e rejeição. “Essas dificuldades têm sido encaradas pelos líderes da Igreja Universal como oportunidades ideais para o exercício da fé e para a ação do poder de Deus” (PROENÇA, 2011, p. 181). Segundo Campos, a origem do preconceito contra a IURD se deve “às disputas pelo controle dessa fábrica de mitos, de sonhos e de ilusões, e pelo controle do imaginário coletivo. [...] especialmente quando a IURD, por meio de Edir Macedo, amplia suas conquistas na televisão, na Internet e na mídia impressa”⁴³.

O bispo Edir Macedo, sua esposa Ester Bezerra e outros bispos aparecem no Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM Brasil) como proprietários de cinco dos cinquenta veículos de maior audiência identificados pela pesquisa, o mesmo número de veículos pertencentes à família Saad, do Grupo Bandeirantes. Os dois grupos só perdem para o Grupo Globo, que possui nove veículos listados na pesquisa⁴⁴. Esse quadro de grave concentração de propriedade e de audiência existente na mídia brasileira acompanha um alinhamento das linhas editoriais dos grupos de mídia aos discursos hegemônicos em circulação.

⁴³ Leonildo Campos em entrevista à Instituto Humanitas de Ensino, 17 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3213&> , acessado em 30 de setembro de 2019.

⁴⁴ A utilização das mídias por igrejas no Brasil não é um fenômeno novo, mas tem crescido e atingido novos patamares. Hoje, a mídia religiosa não é composta apenas por veículos de nicho. Os conteúdos religiosos circulam cada vez mais nos grandes meios de comunicação, seja naqueles que se definem como religiosos, seja nos veículos de interesse geral. Este é um dos resultados da pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM Brasil), realizada em 2017 pelo Intervozes em parceria com as Repórteres Sem Fronteiras. Entre os cinquenta veículos de maior audiência no país – considerando os meios impressos, online, rádio e TV –, nove são de propriedade de lideranças religiosas, todas cristãs, dominantes no Brasil. Os destaques estão na radiodifusão: entre as onze redes de TV de maior audiência, três são de propriedade de lideranças evangélicas (Record TV, Record News e Gospel TV) e uma de liderança católica (Rede Vida). Entre as doze redes de rádio, duas são evangélicas (Aleluia e Novo Tempo) e uma católica (Rede Católica de Rádio). Já entre os dez sites de maior audiência e os dezessete veículos impressos pagos de maior tiragem, aparecem dois de propriedade de lideranças religiosas: o portal R7 e o jornal diário Correio do Povo, ambos do bispo evangélico Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). (BANDEIRA, Olívia. (2018). *Proprietários da mídia no Brasil: Igrejas cristãs no topo da audiência*. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/igrejas-cristas-no-topo-da-audiencia/>> acessado em: 04 de outubro de 2019).

2.3.2 Seus meios de comunicação

Os avanços dos meios de comunicação da IURD estão diretamente ligados ao avanço dos seus projetos de proselitismo e de transnacionalização religiosa. Segundo Costa (2017 in OLIVEIRA, 2017, p. 156) a IURD, na pessoa do seu líder Edir Macedo, “foi buscar seu *know-how* nos Estados Unidos, onde a direita cristã desenvolve grandes projetos de transnacionalização religiosa baseados nos projetos de americanização do globo”.

Assim, não por acaso é que o bispo Edir Macedo adotou, desde o princípio, a evangelização eletrônica como carro chefe de sua estratégia e investiu massivamente nos meios de comunicação. “A estratégia de aquisição de veículos de comunicação de massa começou a ser praticada a partir do sétimo ano de funcionamento da Igreja, quando Macedo passou a aplicar as rendas auferidas pelo empreendimento na aquisição de uma tecnologia ‘mediática’ [...]” (CAMPOS, 1997, p.54).

O controle e a posse de meios de comunicação de massa potencializam a propagação do discurso religioso da IURD, garantindo condições adequadas para se afirmar no contexto altamente midiático do mundo atual. Trata-se do exercício de um tipo específico de poder, objetivando convencer, formar opiniões e pontos de vistas, de forma a construir a sua própria identidade, distinta, única e original (FOUCAULT, 1999 apud RODRIGUES, 2008). Nesse sentido é utilizado todo o potencial de seus meios de comunicação de massa, tanto para realizar a sua pregação doutrinária, quanto para disputar com a concorrência o monopólio do campo religioso. “O investimento nas emissoras de rádio e de televisão se tornou mais um elemento no processo de diferenciação da maneira iurdiana de agir no mercado de bens simbólicos” (CAMPOS, 1997, p. 54).

O primeiro veículo de comunicação adquirido pela IURD foi a rádio *Copacabana* em 1984, ponto de partida para a formação de um grande império de comunicação que passou a incluir redes de rádio, televisão e jornais. São trinta emissoras de rádio espalhadas pelo Brasil, inclusive FM's. Em 1990, foi adquirida a *Rádio São Paulo*; em 1995, ocorreu a compra da *Rádio FM Scala*, no Estado de São Paulo, depois de uma acirrada disputa que envolvia a Rede Globo, foram pagos 8,5 milhões de dólares em cinco parcelas. “Embora a IURD seja a denominação brasileira que mais investiu na aquisição de emissoras de televisão, a Universal prioriza a evangelização pelo rádio” (MARIANO, 2004, p. 130).

Quanto aos investimentos na aquisição de emissoras de televisão, o ponto de partida foi a compra da *TV Record* por 45 milhões de dólares em 1989. Até 1996, Edir Macedo investiu cerca de 200 milhões de dólares em sua modernização, transformando a Rede *Record* na terceira empresa do setor no Brasil em quantidade de emissoras e em uma das primeiras em termos de qualidade de equipamentos. A Rede *Record* se tornou o mais influente meio de produção e circulação da informação em favor dos projetos políticos e sociais da IURD.

Em 1995 a IURD adquiriu a *TV Jovem Pan* e suas oito emissoras filiadas pela quantia de 15 milhões de dólares, investindo outros 30 milhões de dólares na sua modernização. Também em 1995, adquiriu a *TV Rio* por 20 milhões de dólares. Para efeito de administração e competitividade, tanto a TV Jovem Pan, como a TV Rio foram incorporadas pela Rede *Record*, que passou a ser o terceiro conglomerado em termos de alcance, lucratividade e representatividade no Brasil. O ano de 1995 significou a expansão definitiva da IURD quanto à posse de veículos de comunicação, cuja utilização atenderia tanto às necessidades da Igreja, como aos interesses empresariais, através de concorrência com suas rivais (Globo e SBT) (PROENÇA, 2011; RODRIGUES, 2008; MARIANO, 1996).

A reportagem da Folha de S. Paulo, edição de 15/12/2007⁴⁵, destacou a IURD como a maior emissora do país em número de concessões de TV, ultrapassando as Organizações Globo, e a segunda em faturamento publicitário. A IURD controla 23 emissoras geradoras de TV em nome de fiéis da igreja, sendo 19 com ações majoritárias e 4 com participações minoritárias (Tabela 1)

⁴⁵ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200731.htm> > acessado em maio de 2019.

Tabela 1 - Concessões de TV a membros da IURD por cidade

Emissora com sociedade Majoritária	Emissora com sociedade Minoritária
Rádio e Tv Record S/A -canal 7/São Paulo (SP)	Tv Independência Curitiba - Canal 7/Curitiba (PR)
Tv Record de Bauru - canal 4/ Bauru (SP)	Tv Independência de Cornélio - Canal 12/Cornélio Procopio (PR)
Tv Record Franca - canal 4/ Franca (SP)	Tv Independência de Toledo - Canal 7/Toledo (PR)
Tv Record de Rio Preto - canal 7/ São José do Rio Preto	Tv Independência de Maringá - Canal 13/Maringá (PR)
Tv Mar - canal 8/ Santos (SP)	
Rede Família de Comunicação – Canal 11/Limeira (SP)	
Record News - canal 9/Araraquara (SP)	
Televisão Sociedade - canal 2/ Belo Horizonte – (MG)	
Televisão Itapoã - canal 5/ Salvador - (BA)	
Televisão Cabralia - canal 7/ Itabuna - (BA)	
Televisão Xanxerê - cantal 3/ Xanxerê (SC)	
Tv Cultura S.A - canal 6/ Florianópolis (SC)	
Tv Vale do Itajaí - canal 10/Itajaí (SC)	
Tv Guaíba - canal 2/Porto Alegre (RS)	
Record Norte Fluminense - canal13/Campos (RJ)	
Rádio e televisão Capital - canal 8/Brasília (DF)	
Tv Goya - canal 4/ Goinânia (GO)	
Tv Marajoara - canal 10/ Belém (PA)	

FONTE: ARAÚJO (2018, p.222)

Em julho de 1998, foi fundada a *Rede Aleluia*, com sede em São Paulo, mostrando a expansão do trabalho evangelístico. Ao visitar o site no dia 15 de julho de 2018 encontrei o seguinte parecer do Bispo Gilmar Rosa, coordenador da *Rede Aleluia*: “Ela atinge todos os públicos”. “Ela é a fiel companheira da dona de casa, do empresário, do detento, do coração dos desalentados, levando palavras de fé e histórias de superação” (www.universal.org). A *Rede Aleluia* está presente em todas as capitais, com 92 rádios em território nacional, situadas em 71 cidades, cobrindo mais de 80% do País. O sinal acaba chegando a mais de 100 milhões de pessoas.

Tabela 2 - Emissoras da Rede Aleluia de Rádio por Macrorregiões 2010

Norte			Nordeste		Centro Oeste		Sudeste			Sul				
Estado	Cidade	Frequência	Estado	Cidade	Frequência	Estado	Cidade	Frequência	Estado	Cidade	Frequência			
Acre	Rio Branco	88.5 FM	Alagoas	Maceió	100.3 FM	Distrito Federal	Brasília	99.3 FM	Espírito Santo	Vitória	95.3 FM	Paraná	Ponta Grossa	93.1 FM
Amapá	Macapá	99.1 FM	Bahia	Feira de 780 AM		Goiás	Anápolis	100.3 FM	Minas Gerais	Belo Horizonte	90.7 FM	Paraná	Foz do Iguaçu	105.1 FM
Amazonas	Manaus	91.5 FM	Bahia	Salvador	96 FM	Goiás	Goiania	105.3 FM	Minas Gerais	Juiz de Fora	93.5 FM	Paraná	Maringá	104.3 FM
Pará	Belém	98.5 FM	Bahia	Ilhéus	97.9 FM	Mato Grosso	Cuiabá	94.3 FM	Minas Gerais	Poços de Caldas	96.7 FM	Paraná	Cascavel	99.5 FM
Rondônia	Porto Velho	104.5 FM	Bahia	Itabuna	96.9 FM	Mato Grosso do Sul	Campos do Sul	99.1 FM	Minas Gerais	Uberlândia	99.9 FM	Paraná	Curitiba	88.5 FM
Roraima	Boa Vista	94.9FM	Ceará	Fortaleza	99.9 FM				Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	105.1 FM	Paraná	Londrina	105.5 FM
Tocantins	Palmas	90.5 FM	Maranhão	São Luiz	105.5 FM				Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	89.1 FM	Rio Grande do Sul	Santa Maria	104.7 FM
			Paraíba	João Pes	99.7 FM				Rio de Janeiro	Volto Redonda	101.5 FM	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	100.5 FM
			Piauí	Teresina	94.9 FM				Rio de Janeiro	Macaé	103 FM	Rio Grande do Sul	Pelotas	93.3 FM
			Pernambuco	Garanhuns	550 AM				Rio de Janeiro	Cabo Frio	102 FM	Rio Grande do Sul	Rio Grande	92.5 FM
			Pernambuco	Recife	91.9 FM				Rio de Janeiro	Angra dos Reis	101 FM	Santa Catarina	Blumenau	106.3 FM
			Rio Grande do Norte	Natal	102.9 FM				São Paulo	São Paulo	99.3 FM	Santa Catarina	Criciúma	96.3 FM
			Sergipe	Aracaju	98.1 FM				São Paulo	Araçatuba	105.5 FM	Santa Catarina	Florianópolis	99.3 FM
									São Paulo	Araraquara	105.7 FM			
									São Paulo	Bauru	103.7 FM			
									São Paulo	Botucatu	93.1 FM			
									São Paulo	Campinas	100.3 FM			
									São Paulo	Catanduva	94.9 FM			
									São Paulo	Franca	98.3 FM			
									São Paulo	Guarujá/Santos	94.3 FM			
									São Paulo	Jaú	98.5 FM			
									São Paulo	Jundiaí	94.1 FM			
									São Paulo	Limeira	95.1 FM			
									São Paulo	Marília	101.9 FM			
									São Paulo	Piracicaba	97.1 FM			
									São Paulo	Taubaté	106.5 FM			
									São Paulo	Ribeirão Preto	103.5 FM			
									São Paulo	São José do Rio Preto	97.1 FM			
									São Paulo	São Carlos	96.9 FM			
									São Paulo	São João da Boa Vista	95.9 FM			
									São Paulo	Sorocaba	99.9 FM			
									São Paulo	Vinhedo	94.1 FM			

FONTE: ARAÚJO (2018, p. 217).

A Rede Aleluia, portanto, constitui-se numa poderosa rede geográfica informacional articulada pelos principais centros regionais do país e interconectada a outros meios de comunicação ligados à IURD, como a Rede *Record* de Rádio e Televisão. A Rede *Record* e a Rede Aleluia de Rádio possibilitaram à IURD manter por algum tempo uma hegemonia incontestada do fluxo de informação evangelística em relação às demais igrejas pentecostais e influência política no território brasileiro (ARAÚJO, 2018).

O jornal *Folha Universal* é um dos órgãos de comunicação da IURD, um meio de propagação de ideologia da própria instituição. Analisaremos a *Folha Universal* no terceiro capítulos desta dissertação.

A IURD possui também gravadora própria, a *Line Records*, criada em 1992, que não se destina apenas à produção de artistas evangélicos. Há uma subdivisão em três selos: a *Line Records*, com o mesmo nome da gravadora, é voltada apenas para músicas gospel. A *Record Music* se destina à televisão, gravando trilhas de novelas. A *New Music* produz artistas populares (ROCHA, 2006, p. 127).

Em 2000 foi criado na internet o portal Arca Universal, um centro de informações sobre o cotidiano da igreja e atualidades de saúde, economia e política, com *links* para a divulgação de produtos religiosos. Existem *links* direcionados às crianças, mulheres e jovens. Trata-se do maior portal evangélico da América Latina. O portal foi elaborado para atingir os mais variados públicos.

Os veículos de comunicação adquiridos deveriam servir, predominantemente, a fins religiosos que seriam definidos. À medida que foram incorporados à IURD, passaram a ser utilizados para incrementar a sua atuação, seja como *marketing*, seja facultando a sua inserção em novos meios sociais, o que amplia as suas possibilidades de expansão. A posse de emissoras de rádio e de televisão permite uma visibilidade cada vez maior, tanto entre os seus fiéis, como, de forma muito especial, na sociedade em geral. São anunciados desde os endereços dos templos e seus respectivos horários de funcionamento até programas específicos de testemunhos de fé e partes de seus “cultos” (celebrações). Além disso, são anunciadas as campanhas da “Vitória” e são realizados convites, verdadeiros apelos para que os telespectadores ou ouvintes participem e possam ter a sua vida “transformada”, em termos de riqueza, abundância e felicidade, sempre em função da certeza de ser um dos “eleitos”

(RODRIGUES, 2008). Essa estratégia tem incentivado a participação diária de novas pessoas nos templos da IURD, garantido um aumento contínuo no número de fiéis.

Campos (1997, p.223) afirma que “sem rádio e televisão, a Igreja Universal jamais teria atingido o sucesso atual, e nem teria se mantido na vanguarda do crescimento neopentecostal no País”. Ele considera que os esforços de comunicação da IURD representam “uma vitrine do templo, a antessala de um lugar, onde se promove a satisfação de desejos e necessidades, ou seja, milagres, curas, libertação e prosperidade para todos” (p.470) que decidem entrar no templo mais próximo. Campos comenta ainda, que os programas criam uma tensão que só pode ser aliviada ao se tomar a decisão de “ir até um templo iurdiano” (1997, p.472). O templo se torna o “único lugar, onde se pode usufruir de tudo o que ‘Deus tem preparado de bom para os homens’” (1997, p.472). Ainda sobre o templo, Refkalefsky (2006, p. 10) destaca que “o principal objetivo dos programas de TV da Universal — tanto antes quanto depois da compra da TV *Record* em 1995 — é levar as pessoas ao templo. Não há sobreposição de funções entre o trabalho nas igrejas e o da TV”. De acordo com a revista *Época*, (MANSUR & VICÁRIA, 2003, p. 56) citando uma pesquisa do ISER (Instituto Superior de Estudos de Religião), 80% dos fiéis que vão à Universal o fizeram depois de assistirem aos programas na TV. Mariano (2004) enfatiza que,

apesar da eficácia do evangelismo eletrônico da Universal, deve-se atentar para o fato de que ele não converte praticamente ninguém, apenas atrai (o que não é pouco), em maior ou menor número, indivíduos aos templos e auxilia na implantação e divulgação de novas congregações. É no interior dos templos que a pregação ou a oferta mágico-religiosa da igreja pode se tornar plausível, isto é, romper ceticismos e barreiras que impeçam o virtual adepto de se entregar a Jesus, de mudar de religião e de se manter na nova comunidade religiosa (p.132).

Daí o cuidado da IURD em recepcionar da melhor forma possível os recém-chegados que não possuem contato pessoal prévio com outros crentes, orientando-os didaticamente sobre a necessidade de prosseguir frequentando os cultos e participando das correntes de oração para obter as bênçãos desejadas e, em muitos casos, inserindo-os em grupos menores e mais íntimos no interior da igreja, como o grupo de empresários, por exemplo, ou em núcleo para enfrentar as dificuldades do mercado de trabalho como o *Congresso Para o Sucesso* que se reúnem no Templo de Salomão as segundas-feiras. (MARIANO, 2004).

Além do extenso uso da mídia eletrônica, a IURD procura maximizar a provisão de compensações concretas e imediatas neste mundo, adaptando sua mensagem religiosa

(conteúdo, forma e meios de transmissão) à vida material e cultural das massas pobres, a fim de provê-las de sentido, significação do porquê se encontram vivendo como vivem e justificação de sua existência numa dada posição social, fornecendo-lhes recursos simbólicos e rituais para mudar subjetivamente de vida (MARIANO, 2004).

2.3.3 Seu discurso

Segundo Mariano (2004, p.133) “na Universal, vale quase tudo para ‘despertar a fé das pessoas’, ou para convencê-las de que a igreja prega um Evangelho de poder, que, além de verdadeiro, ‘funciona’ na prática”. Deste modo, a IURD aceitou a existência do mundo mágico da Umbanda (contato direto com o sagrado, utilização de elementos simbólicos, relação de troca com as entidades, etc.), mas deu um juízo de valor entre o trabalho “bom” (feito pela própria IURD) e o trabalho “mau” (feito nos terreiros) ⁴⁶, pois identificam nas entidades da Umbanda ("Exus", "Pombas-Giras", "Malandros", "Caboclos", "Preto-Velhos"), os espíritos demoníacos que ela exorciza. O atribuir a outra expressão religiosa o caráter de demoníaca, nos parece que é prática comum entre os cristãos, haja vista, como os católicos no século XIX se referiram as ações de psicografia do espiritismo, por exemplo, “como manifestação do demônio, ou até mesmo como esquizofrenia” ⁴⁷.

Quanto ao exorcismo, o antropólogo Ronaldo Almeida (2009) em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos⁴⁸ diz que, “a IURD acaba criando a própria *performance*, pois o diabo só aparece daquele jeito em seus cultos”. “De um ponto de vista não religioso”, continua o antropólogo, “a impressão é de que a Igreja faz uma síntese entre uma prática religiosa cristã e as religiões afro”. Na opinião de Mariano “a intolerância religiosa iurdiana para com religiões afro, ocorre por estas serem as maiores concorrentes da IURD no mercado de soluções simbólicas e de prestação de serviços religiosos” (1996, p. 110). Sobre a concorrência, Bourdieu (1983) tece a seguinte afirmação:

⁴⁶ Para entender mais sobre este universo simbólico construído pela Universal indicamos a leitura de ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

⁴⁷ Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011 – 2015): Resultados Preliminares/ Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; organização: Alexandre Brasil Fonseca, Clara Jane Adad. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR, 2016, p.15. Disponível em: < <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/cnrdr/pdfs/relatorio-de-intolerancia-e-violencia-religiosa-rivir-2015/view> > acessado em: 27 de setembro de 2019.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/26985-quem-sao-os-demonios-da-igreja-universal-entrevista-especial-com-ronaldo-de-almeida>> acessado em 12 de setembro de 2019.

Em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência (p. 89).

Bourdieu ao analisar o comportamento dos agentes sociais no interior dos campos utiliza a analogia do jogo, da disputa no interior do campo: “agentes especializados competindo entre si para conquistar o monopólio do atendimento às demandas das diferentes classes de ‘leigos’, e assim assegurar sua existência material” (TEIXEIRA, 2003, p. 190).

Seja como for, na perspectiva iurdiana não existe meio-termo: o mundo está dividido entre pessoas “libertas” e “não libertas”, sendo que entre as libertas há a constante atuação do diabo e seus aliados. Isso fica claro nas palavras de Edir Macedo: “Os demônios são responsáveis por todos os males que afligem a humanidade. Doenças, misérias, desastres e todos os problemas” (MACEDO, 1988, p.71). A figura do diabo assume, portanto, um papel de grande importância, a ele e a seus aliados são atribuídas às origens de todos os males e infortúnios da vida, tanto os de ordem material e econômica – o desemprego e a miséria, – como de ordem emocional – a crise familiar (ALMEIDA In: ORO, 2003, p. 322). Consequentemente, o homem precisa se libertar disso. Uma libertação daquilo que seria a fonte do mal; e, por outro lado, uma condenação de outras religiões que estão competindo com a IURD.

Na realidade, o diabo causa os problemas que afligem o cotidiano das pessoas, principalmente das camadas mais desfavorecidas da população e, Deus o “Pai das Luzes” é a força mágica que liberta os fiéis da ação maligna do diabo e de seus servidores, “concedendo [...], antes das benesses materiais em si, a força para não aceitar o sofrimento, para não se acomodar com a pobreza, pois seria essa resignação com o fracasso o grande sinal da vitória conclusiva do mal” (TORRES, 2007, p. 109). Assim, o indivíduo em sofrimento, pobre, desempregado, em dívidas etc., a beira do fracasso/conformismo só precisa se aliar adequadamente a obra divina de vencer o mal e evitar o conformismo e, começar a agir de forma proativa, para superar todo o tipo de sofrimento e conquistar tudo que almeja.

Com este discurso de demonização ou exorcismo, a IURD, além de alienar a causa real do sofrimento social, dá suporte à TP, pois a superação das aflições e sofrimentos causados pela ação diabólica – *aqui* – abre portas à prosperidade – *agora*. O que torna o sucesso ou o fracasso uma questão puramente de escolha individual, nunca uma questão

estrutural, fomentando ainda, uma prática não solidária com o socialmente rebaixado⁴⁹, afirmando o preconceito e dificultando a coesão política de classe.

A TP, com promessas de que o mundo seria *locus* de felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos, herdeiros das promessas divinas, “veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação de várias denominações pentecostais aos valores e interesses mundanos das sociedades capitalistas” (MARIANO, 1996a, p. 28). Nesta mesma linha, observa Campos (1997, p. 363) tal teologia não se orienta pela lógica da “fuga do mundo”, mas “por uma imersão na sociedade em sua dimensão econômica”. Em vez de pregar o sofrimento⁵⁰ carnal, tema sempre caro ao cristianismo, enaltece o bem estar do cristão neste mundo. Defende a crença de que o cristão, liberto do pecado original, adquiriu o direito à saúde física, prosperidade material e vida abundante. Se não possui esses benefícios está sendo prejudicado, como visto, por uma ação diabólica, pois tudo o que contraria a materialização de uma vida abençoada seria resultado do trabalho do “inimigo”.

Segundo Macedo (apud ORO, 2003, p. 242), “para ‘tomar posse das bênçãos’ a que tem direito o fiel deve por em prática a fé sobrenatural, concedida aos ‘que nasceram da água e do Espírito Santo’”. Mariano (in ORO, 2003, p. 242) dissecou a forma como a fé é manifestada na IURD:

no discurso da Universal há duas formas interligadas de exprimir tal fé: 1) confessar ou determinar a posse das bênçãos prometidas por Deus a seus leais servos e 2) obedecer as exigências bíblicas referentes à manutenção financeira da casa e da obra do Senhor, o que, nas palavras do bispo Edir Macedo, consiste em estar disposto a aceitar a responsabilidade de ser um dos sócios e administradores da obra de Deus.

Assim, cumpridas as exigências, o fiel com muita fé e nenhuma dúvida, deve demandar os seus direitos bíblicos. Deve: declarar, decretar, determinar e exigir as bênçãos a que tem direito ou que deseja. “Confessar, portanto, nada tem a ver com declarar pecados nem com suplicar ou implorar graças a Deus: refere-se, antes, a professar com plena convicção a

⁴⁹ “Neste sentido, a exclusão dos mendigos, dos moradores de ruas e de todos aqueles que parecem já ter se rendido ao infortúnio do fracasso, tem justamente a função de otimizar um discurso de incitação à luta, à competição e à vitória. Mas se esses desafortunados devem ficar de fora da emulação agonística do sucesso e do desempenho individual, cabe-lhes a importante função de servir de exemplo negativo: ‘[...] se você não for à Igreja Universal, olha o que vai lhe acontecer.’” (TORRES, Roberto. *O neopentecostalismo e o novo espírito do capitalismo na modernidade periférica*. Perspectivas, vol. 32, julho/dezembro de 2007).

⁵⁰ “Os neopentecostais reinterpretaram o sentido do sofrimento, conferindo-lhe um valor inédito na história do cristianismo. Ao invés da ‘positividade moral’ encontrada nas grandes teodiceias do sofrimento, tendo no cristianismo a cruz como o seu maior símbolo, o sofrimento agora ‘volta’ a ser o sinal da desgraça, do abandono da divindade em relação a uma determinada pessoa, e acima de tudo da falha ritual que permite ao infortúnio se instalar de forma conclusiva na vida de alguém” (Idem).

posse de direitos – exclusivos dos cristãos – anunciados na Bíblia” (MARIANO, In ORO, 2003, p.243). O fiel, portanto deve colocar a fé em ação e se tornar sócio de Deus. “Deus promete saúde e prosperidade, exige que o fiel faça sua parte contribuindo para a ‘casa de Deus’” (CAMPOS, 1997, p. 369), devolva aquilo que é de Deus, o dízimo⁵¹. O dízimo, então, é um investimento na obra divina do qual o fiel espera o retorno de bons rendimentos. A obtenção das bênçãos, ainda que não ocorra imediatamente, é algo certo e pode acontecer a qualquer momento. Mas, e se não acontecer? A culpa é do fiel, que deve ter tido falta de fé em algum momento do processo. Assim, como no neoliberalismo, se transfere para os indivíduos a responsabilidade por suas conquistas ou fracassos.

A atitude e o diferencial da IURD consistem no fato desta assumir que o dinheiro é um componente expressivo e integrante de seu sistema cosmológico. Além de ser visto como mediador-ritual, ele também entra no discurso da prosperidade, segundo o qual aquele que realmente exerce a “fé em ação” consegue “viver em abundância” (GOMES, 2011, p. 74). Esta postura é uma marca explícita da identidade religiosa da IURD, o que não contradiz com o que é pregado pela igreja. Passos (2005, p. 69) esquematizou o imaginário neopentecostal da seguinte maneira:

DA PARTE DE DEUS	DA PARTE DO FIEL	DA PARTE DA IGREJA
Jesus = poder; Poder = salvação; Salvação = solução.	Fé = aceitar Jesus; Aceitar Jesus = crer no seu poder; Crer no poder = esperar sua solução; Esperar = buscar a solução	Anúncio = poder; Poder = demonstração; Demonstração = possibilidade; Possibilidade = fé; Fé = doação do fiel.

Através da TP expressa pela lógica da IURD, a solução está dada por Jesus, a Igreja oferece o ritual de aquisição por meio de um gesto que permite ao fiel demonstrar sua fé no poder de Jesus. O fiel demonstra sua fé doando a Deus o que pode ou o que pede a prodigalidade de sua fé. “A oferta religiosa cria, assim, um percurso cíclico, que liga a oferta de Deus e a oferta do fiel, no qual a fé é o eixo que explica a solução conquistada ou adiada, ora sustentando um princípio da proporcionalidade, ora sustentando uma esperança inabalável no poder de Deus” (PASSOS, 2005, p.69).

Os trechos a seguir de autoria de Edir Macedo refletem por si só a forma da IURD de encarar o dinheiro “dado para Deus” como forma de “sacrifício”:

⁵¹ O dízimo na Bíblia era uma prática do Velho Testamento, mas o crente hoje ainda é convidado a ofertar a Deus. Na Bíblia, dar o dízimo é uma forma de agradecer a Deus. O dízimo sustentava o templo, os sacerdotes e levitas e os pobres. Dízimo significa “décima parte”. Os judeus davam a décima parte de seu rendimento a Deus.

Dar o dízimo é candidatar-se a receber bênçãos sem medida (...) sob os aspectos físicos, espiritual e financeiro. Quando pagamos o dízimo a Deus ele fica na obrigação (por que prometeu) de cumprir a Sua Palavra, repreendendo os espíritos devoradores que desgraçam a vida do homem, atuando nas doenças, nos acidentes, nos vícios, na degradação social e em todos os setores da atividade humana, fazendo com que o homem sofra eternamente. Quando somos fiéis no dízimo, além de nos vermos livres desses sofrimentos, passamos a gozar de toda a plenitude da Terra, tendo Deus a nosso lado nos abençoando em todas as coisas. Quando falamos sobre dízimo, somos sempre alvo de pilhérias, objeções ou críticas por parte de alguns incrédulos. É claro que se a pessoa não é iluminada pelo Espírito Santo de Deus, mesmo que compreenda o significado do dízimo, terá dificuldades para aceitar o fato de ela mesma precisar cumprir essa determinação da parte do nosso Criador (MACEDO, 1993:79, 83 apud CAMPOS, 1997).

Os dízimos e ofertas são, então, momentos importantes do culto da IURD, a solicitação de uma contribuição dos fiéis é precedida de várias formas de motivação porque doar, segundo a TP, é tomar posse dos bens que Deus destinou a seus filhos, implica eliminar os entraves da salvação. A doação de dinheiro para a igreja é uma doutrina básica de fé; é, de fato, básica para a salvação. “Edir Macedo afirma que esta é a autêntica teologia da libertação, feita a partir dos pobres, porque lhes oferece a possibilidade de superação dos males da pobreza” (apud PASSOS, 2005, p. 72). Deus doa na medida em que o fiel também doa – *aqui* – e – *agora*.

Os fieis além de exortados a pagar o dízimo, a dar ofertas com desprendimento e a participar da corrente da prosperidade, ansiosos por enriquecer, são aconselhados a deixar de ser empregados. Recebem incentivos para se tornarem empreendedores, abrir negócios, que estejam pronto para assumir riscos, se adaptarem ao inesperado, flexibilizando suas funções e se tornarem patrões o desejo da maioria dos que vendem sua força de trabalho no mercado. O empreendedorismo recebe, então, ares de missão, não se busca apenas um trabalho, uma profissão para exercer a vontade de Deus, mas na medida do possível, o fiel deve buscar ter o seu próprio negócio. Há, portanto, a perspectiva de trabalhar para atingir o lucro, para poder adquirir posses materiais, enfim lucrar para consumir. Ocorre, com isso, uma ressignificação do trabalho que passa a ser visto não como parte da concretização dos planos divinos para o mundo e para a vida do fiel, mas como ferramenta para que o fiel conquiste os bens de seu interesse.

O trabalho, atrelado a esta ideia de ter seu próprio negócio, como um meio de uma vida próspera e feliz como prova de favorecimento de Deus, trata-se de uma atividade comercial, voltada para o lucro e por sua vez ao consumo, constituindo-se neste ponto como a

maior afinidade entre o espírito do capitalismo neoliberal e a IURD. Temos aqui uma nova ética, a Ética Neopentecostal que marcada pela ênfase material e racionalidade empreendedora busca transformar a condição financeira possibilitando a ascensão social. Uma racionalização não no sentido da ética na orientação da conduta, como o apresentado por Weber, mas que tem o caráter empresarial na forma de se organizar. Isto é, uma lógica muito empreendedora do que propriamente uma disciplina do trabalho que era o clássico de uma tradição protestante, a ênfase agora está em que você monte seu próprio negócio e tenha pretensões de ser chefe e empresário mais do que ser empregado. O próprio indivíduo torna-se um empreendimento, sua vida é tomada como um projeto único com pouca ou nenhuma interferência do meio, sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam. Uma aplicação combinada da “Guerra Espiritual contra o Diabo” com “Teologia da Prosperidade” que mobiliza o indivíduo a ação, a empreender para consumir como sinal de salvação.

Um discurso ou ética que naturaliza os problemas gerados pelo neoliberalismo escamoteando os reais motivos do sofrimento e da falta de colocação profissional dos fiéis, como por exemplo, os efeitos da “revolução tecnológica” e das mudanças na estrutura do emprego, legitimando a prática empreendedora que condizente com o sistema econômico vigente. Portanto um discurso ideológico, ou seja, um conjunto de ideias que têm a capacidade de moldar necessidades, desejos e comportamentos “daqueles a quem a elas se submetem, mas devem também comprometer-se, de maneira significativa, com as necessidades e desejos que as pessoas já têm” (EAGLETON, 1997, p. 26). Contrariamente à perspectiva que entende a ideologia como uma imposição de interesses unilaterais, ela encerra, por um lado, certa substância real, na medida em que consegue fazer com que os indivíduos se identifiquem com princípios e valores; mas, por outro, apresenta certa substância falsa, falsa no sentido de não revelar as contradições e incoerências dessas próprias ideias (EAGLETON, 1997).

O discurso da IURD, um discurso ideológico, segue a trajetória de “culto” ao individualismo, fazendo do fiel o único responsável pelas mudanças em sua própria vida através da tomada de um posicionamento ativo em relação a Deus e a vida. Dentro da lógica pregada por Edir Macedo:

É certo que muitas pessoas neste mundo são ricas, mesmo sem possuírem Deus no coração. Vencem, entretanto, porque confiam na força do seu trabalho, e por isso, são possuidoras de uma riqueza honesta e digna (...). Reafirmo que nossa vida depende de nós mesmos (...). Depende apenas de você o que será feito de sua vida, pois quem decide nosso destino somos nós mesmos. Não são outras pessoas; não é Deus, nem o Diabo (...). Não adianta ficar jejuando ou orando. É preciso buscar o que você quer; fazer a sua parte, e então falar ousadamente com Deus, revoltado com a situação. Você deve dar o primeiro passo, pois Deus não o fará por você (MACEDO, 1999, pp.27-28).

Apenas orar e esperar seriam inúteis, deve-se tomar a iniciativa para conquistar o que deseja. A afirmação acima é bastante reveladora porque deixa claro que a ação e a autoconfiança são responsáveis pelo sucesso e por riquezas materiais, ainda que o indivíduo não tenha fé. Ao ser porta-voz de afirmações como essas a IURD reifica a noção de *self-made man* ("homem que se fez por conta própria") vigente no capitalismo neoliberal. Esta noção trata da possibilidade de cada indivíduo, ainda que partindo do zero, possa construir fortunas e ascender socialmente baseado unicamente no esforço próprio. Esta ideologia do mérito individual, do esforço próprio cria a ilusão da igualdade de chances na competição social, convertendo-se em um princípio legitimador do fracasso ou do sucesso social dos indivíduos. Essa utopia das igualdades de oportunidades em detrimento a igualdade de condições aliena os sujeitos nesse discurso do “ser empreendedor”.

O novo espírito do capitalismo – o neoliberalismo - prolonga e intensifica a obrigação do homem moderno de dedicar sua vida ao ganho e a ética neopentecostal ajuda a organizar a vida de maneira empresarial. Assim, a busca do ganho é mais do que uma obrigação – tornou-se um imperativo vital.

A empresa torna-se, portanto, uma estrutura modelo para toda a sociedade, ou seja, indivíduos, famílias e outros círculos sociais acabam por incorporar a forma “empresa” e assumir princípios do mercado e da concorrência.

No próximo capítulo estaremos nos concentrando na *Folha Universal*, o jornal semanário da IURD, que tem sido estratégica na difusão dessas ideias. Suas narrativas não são indiferentes ao propósito de adesão de trabalhadores a novos valores, ou à postura do empreendedorismo.

CAPÍTULO 3

A PESQUISA - A FOLHA UNIVERSAL⁵² - A SEÇÃO SUCESSO FINANCEIRO

"O mais importante na comunicação é ouvir o que não foi dito."

Peter Drucker⁵³



A Igreja Universal do Reino de Deus em *afinidade* com o neoliberalismo se transformou em um fenômeno religioso significativo. Suas ideias, conceitos e crenças são difundidos sistematicamente através do seu conjunto de empresas de comunicação conforme procuramos indicar no capítulo anterior. Dentre todo o conjunto midiático da IURD, o jornal impresso, a *Folha Universal*, continua sendo o mais tradicional e emblemático. O próprio jornal divulga o nome da IURD e, concomitantemente, tenta se aproximar do maior número de leitores dentro e fora do espectro de fieis. Qualquer cidadão que solicite

um jornal será atendido. Como sua missão é difundir a ética liberal de viés neopentecostal da IURD ele é claramente doutrinador uma vez que tem como objetivo a busca de novos seguidores, assim como também reiterar aos seus fieis os princípios básicos da igreja sobre qualquer esfera da vida sejam questões religiosas, afetivas, econômicas, sociais ou políticas (ROCHA, 2006).

Lançado em 15 de março de 1992, no Rio de Janeiro, o jornal *Folha Universal* começou pequeno. A equipe se resumia a um editor, dois repórteres, dois diagramadores e um

⁵² De modo geral as informações apresentadas aqui sobre a Folha Universal foram tiradas do site institucional da Igreja Universal e da Folha Universal, disponíveis em: <<https://sites.universal.org/universal40anos/artigo/24-a-missao-da-folha-universal>> e em: <<https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/folha-universal-chega-a-sua-millesima-edicao-e-lanca-novo-site.html>> acessados em agosto de 2018.

⁵³ Disponível em: <<https://blog.egestor.com.br/quem-foi-peter-drucker/>> acessado em: novembro de 2019.

fotógrafo. Com tiragem inicial de 100 mil exemplares, a *Folha Universal* era impressa no formato tabloide, e em duas cores apenas, a publicação ganhou o formato *standard* econômico em 1993 e, em 1995, sofreu mudanças radicais no seu projeto gráfico. Segundo informações publicadas no *site* institucional da Igreja Universal, a *Folha Universal* com uma tiragem semanal de aproximadamente 2,5 milhões de exemplares – com distribuição gratuita – auditados pela BDO Trevisan, é hoje o maior jornal em circulação no Brasil e na América Latina, estando presente em todos os municípios do País.

Em 2008, a *Folha Universal* já havia passado por mudanças, quando foi dividida em dois cadernos: um com matérias seculares e outro com o conteúdo da IURD. Para essa nova fase foram feitas várias pesquisas, segundo o chefe de redação Celso Fonseca. “O resultado é um jornal mais limpo, com espaçamento maior entre as colunas. O jornal está mais leve e nós vamos explorar mais o uso de infográficos nas matérias”.

No domingo, dia 5 de junho 2011, a *Folha Universal* chegou a sua milésima edição. Novo site junto com a edição 1.000, também entrou no ar uma nova versão online da *Folha Universal*, totalmente reformulada. O site www.folhauniversal.com.br traduz de forma virtual o que é o jornal impresso. Num primeiro momento, os internautas encontrariam um novo *layout* e a possibilidade de pesquisar as edições anteriores do jornal em formato *page flip* (espécie de fichário virtual, que permite folhear páginas). Eles também poderiam fazer comentários sobre as matérias de capa. O chefe da redação Celso Fonseca, explicava na ocasião, que

a tendência é que edição online da Folha se torne cada vez mais colaborativa, integrada com as redes sociais, permitindo o máximo de interação ao internauta. Vamos enriquecer o conteúdo do jornal impresso, com as ferramentas tecnológicas da internet. No futuro, pretendemos fazer atualizações de notícias, disponibilizar galerias de fotos e entrevistas em áudio.

A redação da *Folha Universal* fica dentro da Universal Produções (Unipro) uma editora brasileira pertencente à IURD. A Universal Produções Ltda., foi fundada no Rio de Janeiro em 17 de Março de 1980 e, trabalha também com publicação de livros e revistas evangélicas. Aproximadamente 70% dos seus 400 funcionários são membros da IURD. Uma equipe de 23 funcionários, dentre eles os estagiários, repórteres, diagramador, secretária, editor, chefe de redação, chefe de reportagem, auxiliar de serviços gerais, produtores e secretário gráfico, trabalha na matriz do jornal. Além da equipe do Rio de Janeiro, a *Folha Universal* conta com a contribuição de suas sucursais, que têm, em média,

três colaboradores cada uma. A maior sucursal está localizada em São Paulo, que tem cinco funcionários (SWATOWISKI, 2004).

Com exceção da sucursal São Paulo, outras “sucursais” espalhadas pelo Brasil enviam contribuições eventualmente para a matriz do jornal, já que não há um espaço fixo destinado a cada uma delas. As pessoas que escrevem estas matérias fora do Rio de Janeiro são, em geral, fiéis que não necessariamente possuem formação ou experiência jornalística anterior. As informações enviadas por estes colaboradores sofrem adaptações de modo que o texto ganhe uma roupagem jornalística e esteja de acordo com os padrões adotados pelo jornal (SWATOWISKI, 2004).

A *Folha Universal* tem um ritmo de produção condicionado à sua logística. O jornal é produzido no Rio de Janeiro, com algumas contribuições de outros estados e países, e rodado em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em razão do parque gráfico de Inhaúma não ter capacidade para imprimir tão grande tiragem. De Minas Gerais, os exemplares são distribuídos para todo território nacional através de transporte rodoviário. Para que o jornal semanal chegue às igrejas todo o domingo, ele é fechado com, no mínimo, uma semana de antecedência, o que significa que, desde a reunião de pauta até a chegada da *Folha Universal* aos templos se passam, pelo menos, quinze dias (SWATOWISKI, 2004).

Segundo Swatowski (2004, p.4) “na redação da *Folha Universal*, os repórteres estão alocados em editorias fixas, no entanto, são remanejados de tempos em tempos para evitar a acomodação e o desinteresse”. A *Folha Universal* além de remanejar os seus repórteres, atualizar os membros da Universal sobre os eventos e as ações sociais realizados pela IURD em todo o mundo, o jornal também traz a mensagem de fé do bispo Macedo, apresenta seções de política, internacional, economia, mercado de trabalho, comportamental, seção Mulher, seção Institucional, entretenimento, saúde, sucesso financeiro, amor, relações sociais. Os artigos e matérias são bem elaborados, e sua boa diagramação o torna ainda mais atraente. Suas manchetes sempre são ilustradas com fotos de ótima qualidade. As publicações são recheadas de matérias de testemunhos de pessoas que tiveram suas vidas melhoradas depois de entrarem para a IURD. Há um forte apelo publicitário enfatizando as atividades da Universal, bem como, livros e outro produtos da Universal.

Segundo o site institucional da Universal a *Folha Universal* foi criada com um propósito de ganhar almas para o Reino de Deus. Para isso, ela é distribuída, principalmente,

onde tem uma pessoa aflita, oprimida, doente, desesperançada. E onde estão essas pessoas? Por toda parte: em ruas, becos, comunidades, leitos de hospitais, asilos, orfanatos, leprosários, presídios, aldeias, povoados longínquos e até em mansões cercadas por luxo e conforto, mas que abrigam pessoas angustiadas e oprimidas. De acordo com o chefe de redação, “a diretoria sempre fala que o jornal é um instrumento de evangelização, de levar a palavra de Deus até o povo. A forma de fazer isso é que não é necessariamente religiosa”. Neste sentido, continua o chefe da redação “podemos dizer que a utilização da técnica, linguagem e forma jornalísticas confere à *Folha Universal* credibilidade”.

Não é só na vida dos leitores que a *Folha Universal* tem feito a diferença, nos relata o *site* da Universal, mas também na vida dos profissionais envolvidos na produção do jornal, que aprendem, crescem como pessoa, desenvolvem a fé e têm experiências com Deus ao ouvir e contar histórias de superação e fé.

A jornalista Ana Carolina Cury, que está na equipe desde 2013, conta que nunca teve preconceito em relação ao trabalho da Universal, pelo contrário, até gostava. Contratada a princípio para trabalhar na TV Universal, logo passou a ser repórter também da Rede Aleluia de rádio, e só depois veio para a *Folha Universal* e, entre outras, escreve matérias para a seção *Sucesso Financeiro*.

Segundo Ana C. Cury,

sempre fui muito curiosa, mas eu me converti mesmo depois que comecei a trabalhar na rádio. Nos intervalos, eu tirava muitas dúvidas com os bispos, especialmente com o bispo Jadson (Santos), que me orientava muito, e isso foi despertando uma curiosidade em relação à fé. Foi assim que comecei. Quando eu vim para cá (para a *Folha Universal*) eu já estava frequentando a Igreja, mas não tinha me batizado.

Ana Carolina conta que foi escrevendo para os leitores da *Folha Universal* que pôde conhecer mais a fundo o trabalho da Igreja.

Pude ver o quão é grandioso esse trabalho, porque o jornal tem a maior tiragem do País, e chega a lugares que nem carro chega. Além disso, a cada matéria eu comecei a aprender mais e mais, não só sobre comportamento, mas, principalmente, sobre fé. Eu falo que trabalhar aqui é diferenciado porque tem um propósito maior, que é ajudar pessoas, salvar almas, e isso é grandioso. É o meu combustível. A gente vê de perto a seriedade do trabalho da Igreja, o compromisso com as pessoas, o compromisso com as almas.

Em outubro de 2015, ela tomou a decisão de se batizar nas águas, e hoje fala sobre como o seu trabalho teve um papel importante para levá-la a conhecer a “verdadeira fé”.

De lá para cá eu vejo um amadurecimento muito grande em relação à fé. No jornal eu aprendo todo dia. A cada matéria que eu escrevo eu aprendo mais. Mais sobre a vida, mais sobre comportamento, mais sobre a vida espiritual. E poder passar isso para as pessoas é um presente sem preço.

Para Ana Carolina além de lhe abençoar com um emprego, Deus tinha um propósito maior na vida dela quando a trouxe para trabalhar nas mídias da Universal.

Deus faz as coisas no tempo certo. Eu ter vindo trabalhar aqui não foi por acaso. Foi esse caminho que Deus usou para me levar até Ele. E o jornal veio consagrar isso, toda essa experiência de poder passar não só palavras, informações, mas também espírito nas nossas matérias.

Segundo o chefe da redação a *Folha Universal* não pretende concorrer com jornais populares diários. A *Folha Universal* adota a seguinte política, fazer da análise religiosa agregada às notícias o seu diferencial. De maneira geral, a *Folha Universal* transforma as notícias da atualidade numa forma de lição de moral cristã. Segundo Swatowski, 2004, “a Folha seleciona assuntos que possam ser utilizados como argumentos para legitimar a visão da Igreja e sua interpretação dos textos bíblicos” (p.4).

Resultado disso, elegemos nesta pesquisa a *Folha Universal* com o objetivo de verificar como o tema empreendedorismo, considerado por nós convergente entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo, é passado para o seu público-alvo. Qual é a mensagem que se quer transmitir?

Metodologia e corpus

A pesquisa contou, em primeiro lugar, com o levantamento e leitura da *Folha Universal*. A análise exploratória da fonte levou-nos a tomar a seção *Sucesso Financeiro* como *corpus* de análise por ter um conjunto de reportagens dedicadas às orientações aos leitores de como proceder para abrir ou gerir o seu próprio negócio e como consequência obter sucesso financeiro. Orientações que convergem com o ideário neoliberal que busca constituir uma sociedade empresarial, uma vez que o fato concreto é que a taxa de desemprego no Brasil atingiu nos últimos anos 12,5% da população.

As etapas seguintes foram: (1) estabelecimento do recorte temporal, abrangendo o período de 03 de julho de 2016 - data do início da seção “*Sucesso Financeiro*” na *Folha Universal*, momento que coincide com a etapa final do processo de *impeachment* da

presidente Dilma Rousseff ⁵⁴ - a 13 de janeiro de 2019 - início do mandato do presidente eleito Jair Bolsonaro. Período de crise política, econômica e que vem sacralizando o mercado como regulador máximo das relações sociais, em que

o neoliberalismo exige um processo de ‘desmocratização’, ou seja, uma retirada progressiva da possibilidade de decisões democráticas ou oriundas da maioria de interferir na ordem econômica. Só assim se torna possível o estabelecimento de políticas de austeridade e de retirada de direitos sociais (ALMEIDA, 2018. In: GALLEGO, 2018, p.32).

Como consequência da expansão do mercado regulado por si próprio com o mínimo de amarras do Estado destacamos alguns dados que nos interessam de perto. Primeiro já no primeiro trimestre de 2017, o desemprego atingira 13,7%, ou seja, 14.2 milhões de trabalhadores estão à margem do emprego formal conforme o IBGE, sendo que 2,9 milhões procuravam um posto de trabalho há mais de dois anos, dos quais 50% eram jovens na faixa de 14/17 anos (AROUCA, s/d); segundo a reforma trabalhista vem amadurecendo e com ela direitos coletivos garantidos pelo Estado são levados para o nível de negociações individuais entre empregador e empregado, tolhendo o acesso à justiça do trabalho que tende ao esvaziamento; terceiro os sindicatos como entidades representativas dos trabalhadores que dirigiam e orientavam negociações coletivas são enfraquecidos. Além desses elementos, vem sendo permitida a terceirização irrestrita, mesmo para o setor público, o que abre o caminho para maior degradação do trabalho provocada pela instabilidade de muitos profissionais legados a essa condição de terceirizado (AROUCA, s/d). Tal realidade estimula ainda mais o empreendedorismo como o caminho natural para ganhar dinheiro e alcançar o sucesso.

Segundo os dados do SEBRAE⁵⁵ em 2017, no Brasil, a taxa total de empreendedorismo (TTE) foi de 36,4%, o que significa que de cada 100 brasileiros e brasileiras adultos (18 – 64 anos), 36 deles estavam conduzindo alguma atividade empreendedora, quer seja na criação ou aperfeiçoamento de um novo negócio, ou na manutenção de um negócio já estabelecido. Em números absolutos isso representa dizer que é de quase 50 milhões o contingente de brasileiros que já empreendem e/ou realizaram, em 2017, alguma ação visando a criação de um empreendimento em um futuro próximo.

⁵⁴ Processo de impeachment iniciado em 2 de dezembro de 2015 e encerrado no dia 31 de agosto de 2016.

⁵⁵ A principal fonte de informação sobre o empreendedorismo é a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), a qual, no Brasil, é realizada em parceria do IBQP com a FGV, o SEBRAE e a UFPR. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf> acessado em agosto de 2019.

Os empreendedores brasileiros são caracterizados, de acordo com a pesquisa, por sua informalidade, isto é, 82,5% desses empresários desenvolvem suas atividades de modo paralelo ao mercado de trabalho, sem o registro de empresa — Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Uma segunda particularidade é o alto índice de pessoas que criam um negócio por falta de opções e por dificuldades de obter um emprego. Esse índice corresponde a 42,4% dos negócios iniciais. Tais particularidades fazem com que empreendedorismo nacional tenha um forte caráter individual, ou seja, o desenvolvimento de uma atividade empreendedora com objetivos de alcançar as condições materiais necessárias para si próprio e família ou a auto ocupação. Estima-se que estes empreendedores são cerca de 31 milhões dos 49 milhões de empreendedores iniciais ou estabelecidos existentes no país. Ou seja, 68,4% de empreendedores estabelecidos não gera nenhum posto de trabalho no negócio que criou.

Seja como for, se os novos empreendedores brasileiros se livraram do fantasma do desemprego, eles agora têm outro problema: fazer seu negócio vingar. Segundo o SEBRAE, 23% das empresas no Brasil fecham as portas nos dois primeiros anos. Com mais pessoas desempregadas e sem dinheiro para gastar no País, o movimento do comércio diminuiu. Muitas empresas não conseguiram sobreviver a essa realidade.

Esse contexto patrocinado por políticas neoliberais ao redor do mundo tem nexos com nossa pesquisa uma vez que para os neopentecostais como a IURD parece haver certo acomodamento de suas perspectivas com valores mundanos que acabam por estimular indivíduos isolados a encontrarem alguma solução ou mesmo uma perspectiva de solução para sua precária situação econômica pessoal provocada pela aplicação dos padrões econômicos e políticos neoliberais. Estes padrões em países como o Brasil têm imposto um desmonte do parque industrial esgotando possibilidades de emprego, têm expandido um setor de serviços cujos salários não são suficientes para a manutenção de um cotidiano satisfatório, têm provocado o desmonte da estrutura de assistência pública como saúde, moradia e educação. As consequências deste tipo de padronização política e econômica acabam por afetar as condições subjetivas de muitos que vão buscar na religião algum alento e orientação. O resultado deste processo que já veem desde os anos de 1980, mas aprofundado fortemente a partir da década de 1990 é o empreendedorismo como conceito e expectativa prática. A IURD encontrou nestes resultados a veia forte para alimentar seu empreendimento religioso baseado na divulgação de que sucesso de um empreendimento é ocasionado, sobretudo pela fé, depois pela coragem, pelo planejamento e pela dedicação do empreendedor.

É neste quadro de análise que foram investigados 128 números da *Folha Universal* e separadas 110 reportagens da seção *Sucesso Financeiro*. Concentramo-nos nas que se referiam diretamente ao “empreendedorismo” e derivações tais como abertura do próprio negócio, montar um planejamento, empresário de sucesso. Em linhas gerais, as matérias desta seção são escritas por onze repórteres – Ana Carrollina Cury, Débora Vieira, Eduardo Prestes, Janaina Medeiros, Katherine Changanaki, Katharine Rivas, Kelly Lopes, Marcelo Alves, Marcelo Rangel, Michele Francisco, Rê Campbell -, possuem linguagem clara e direta e na maior parte os assuntos se entrelaçam continuamente numa mesma narração. As matérias recorrem a diversas fontes não religiosas e apresentam por vezes dados consistentes de pesquisa de instituições civis como o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, a SERASA S/A - Serasa Experiam, a ISMA - International Stress Management Association do Brasil e a FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Reunimos conceitos recorrentes nas matérias escritas, de tal forma que pretendemos conseguir uma classificação, num esforço de síntese, o que nos permitiria inferir certos princípios ideológicos da IURD. Separamos as reportagens em quatro grupos a partir de seus conteúdos e objetivos: “quero empreender” (para quem quer abrir uma empresa); “conjuntura econômica”; “dicas de gestão”; “fé fundamento para o sucesso material”. Este visou organizar, preliminarmente, o extenso número de textos da amostra de tal modo que servisse de base para novas inferências analíticas.

No conjunto de matérias da nossa primeira classificação - **“quero empreender”** - é apresentado ao leitor, em meio a outras questões, orientações práticas relacionadas às oportunidades para abrir uma empresa, ou seja, o empreendedor deve levar em conta que o sucesso de qualquer negócio depende, sobretudo, de um bom planejamento⁵⁶. Embora qualquer negócio ofereça riscos, é possível prevenir-se contra eles. Para Daniela Manzini, consultora do SEBRAE “apenas 2% das pessoas que demonstram desde cedo que nasceram com essas habilidades podem ser consideradas empreendedoras natas. O restante aprende se quiser, mas você não consegue desenvolvê-las se não as praticar” (“Qual o segredo do empreendedor de sucesso?” - 07/08/2016).

⁵⁶ “Qual o segredo do empreendedor de sucesso?” (07/08/2016), “É possível ter medo do fracasso?” (12/09/2016) “É possível empreender em tempos de crise” (06/11/2016); “A importância de montar um planejamento” (11/12/2016); “Você tem visão para ser empresário?” (22/01/2017), “Empreendedor é também marqueteiro” (24/09/2017), “Não adianta só saber cozinhar” (26/11/2017), “O que o medo de arriscar pode causar” (28/01/2018), “Pensando em empreender e ainda não tem um modelo de negócio?” (18/03/2018), “As contas da empresa e as despesas pessoais” (27/05/2018), “Já pensou em segmentar o seu negócio?” (08/07/2018), “De olho nos concorrentes” (19/08/2018), “Como realizar o sonho de abrir um negócio” (16/09/2018).

O argumento desenvolvido é que empreender é algo que pode ser apreendido para se conquistar o sucesso. É fundamental, portanto,

- *Autoconhecimento*: analise seus pontos positivos, habilidades e experiências. Descubra quais características precisam ser desenvolvidas ou melhoradas;
- *Finanças*: faça uma estimativa do investimento necessário para o negócio, como custos de impostos, materiais, aluguel, contas fixas, capital de giro, etc.;
- *Clientes*: descubra o perfil de seus clientes potenciais. Quais são as preferências deles? O que leva seu público-alvo a comprar?;
- *Concorrentes*: onde estão? O que vendem? Quais são seus pontos fortes e fracos? Como é o atendimento ao cliente? O que poderia ser melhorado?;
- *Fornecedores*: quais itens você vai comprar de cada fornecedor? Onde estão localizados? Quais são os preços e as condições de entrega?;
- *Produto ou serviço*: o que você vai vender? Quais são as características e garantias? Você precisa respeitar algum regulamento oficial?;
- *Preço*: considere os custos envolvidos e descubra quanto seu cliente está disposto a pagar. Observe se o preço é compatível com o dos concorrentes;
- *Comunicação*: determine como vai divulgar o produto ou serviço e quais são os custos. Entre as estratégias, estão panfletos, descontos, propaganda, etc.;
- *Distribuição*: escolha como vai comercializar o serviço. Vai ter uma loja física? O local tem circulação de pessoas? Vai vender sob encomenda ou montar um e-commerce?;
- *Digital*: invista na presença digital da empresa com *site* próprio e páginas em redes sociais. Ofereça informações detalhadas e seja transparente (“Coloque seus planos em prática” - 02/04/2017).

Cursos específicos, de duração menor do que os universitários são incentivados, bem como a mentoria ou tutoria em algum momento da trajetória. Outra opção apontada é a utilização da ferramenta Canvas, uma ferramenta utilizada na atualidade no planejamento de

negócios inovadores que está disponível no SEBRAE Canvas⁵⁷. Segundo o especialista em inovação de negócios Marcelo Pimentel, tal ferramenta “de autoria do empresário suíço Alexander Osterwalder, [...] sintetiza um plano de negócio para pequenos e grandes empresários em nove blocos”.⁵⁸

Há também, presente nestas matérias, um conjunto de orientações sobre as características comportamentais de um empreendedor. Estas se destinam à resolução de problemas de caráter psicológico através dos recursos do próprio indivíduo, tais como coragem, motivação, comprometimento, clareza de objetivos, capacidade de comunicação e autocrítica.

São trazidas também histórias de pessoas que abriram empresas e foram bem-sucedidas. Nelas, traduz-se, ao mesmo tempo, certa exaltação de indivíduos, cujas características principais parecem ser a de ter seguido as orientações para se tornarem pessoas vencedoras. Vejamos duas histórias, a primeira do casal de *empresários*, Ana Paula Pereira, de 40 anos, e José Junior, de 39 anos. Há 16 anos, os dois abriram o primeiro negócio juntos, uma distribuidora de CDs e DVDs.

Meu marido já trabalhava na área de música e conhecia fornecedores. Quando começamos, dividíamos o aluguel de um espaço no centro de São Paulo com outra pessoa e trabalhávamos até 23h, meia-noite, revela. Os negócios foram crescendo e, há uma década, eles abriram uma gravadora. Três anos depois, as transformações do mercado levaram os empreendedores a investir em uma loja de instrumentos musicais. “Ainda temos a distribuidora, mas a maré foi mudando e nós temos mudado de foco também. A primeira loja fica em um imóvel próprio de 240 m². Abrimos a segunda loja de instrumentos em março e está sendo bom. Fazemos vendas físicas e on-line, trabalhamos pela internet e entregamos para todo o Brasil” (“É possível empreender em tempos de crise” – 06/11/2016).

O segredo do sucesso para Ana Paula é não ter medo, mas o que realmente fez a diferença foi que “aprendemos muito (...) nas palestras do Congresso para o Sucesso [...] não podemos ficar parado ou com dúvidas. Deus permite que você conquiste a pedra bruta e, com seu esforço, ela se torna uma pedra lapidada”.

A segunda história é do *empresário* Erivan de Oliveira Júnior, de 22 anos segundo ele,

⁵⁷ Disponível em: “<https://www.sebraecanvas.com/#/>”, acessado em 18 de junho de 2019.

⁵⁸ In: “Pensando em empreender e ainda não tem um modelo de negócio?” (18/03/2018).

o trabalho me ensinou muita coisa até que eu e minha esposa, Fernanda, resolvêsemos montar uma empresa de soluções financeiras aqui em Natal, no Rio Grande do Norte. Estávamos cansados de trabalhar muito e não vermos nenhum resultado para nós. [...] Para montar esse empreendimento novo, foi fundamental participar das reuniões do Congresso para o Sucesso, na Universal. Tenho certeza de que a visão para ter esse negócio foi inspirada por Deus. [...] Com Deus ficamos mais preparados para enfrentar os desafios que certamente surgirão. (“Você tem visão para ser empresário?” – 22/01/2017).

Observa-se que em ambas as histórias o sucesso do negócio é atribuído, principalmente, a prática daquilo que foi aprendido nas reuniões do Congresso para o Sucesso e não tanto pelas informações técnicas. Nos depoimentos, de maneira geral, todos são referenciados como empresários, comerciantes ou proprietários de empresa.

Deparamo-nos também com reportagens que, apresentam oportunidades de mercado para novos negócios⁵⁹ como, a área fotográfica como uma “excelente alternativa”; o comércio virtual como a “área promissora” para investir e/ou o setor de lojas virtuais que “mais têm crescido” para investimentos nos últimos anos e, para duas tendências⁶⁰ se destacam:

(i) O empreendedorismo paralelo, aquele que implica em abrir um negócio e continuar com o emprego fixo, como perfeito para os brasileiros. Segundo Cássia Godinho, consultora de negócios do SEBRAE São Paulo,

o empreendedorismo paralelo é reflexo do desemprego e a informalidade faz com que as pessoas que procuram obter renda extra decidam abrir um negócio próprio. ‘Mesmo na crise, as pessoas continuam consumindo, isso gera demandas que precisam ser atendidas’ (“Você tem medo de trocar o certo pelo duvidoso?” – 11/11/2018).

(ii) A economia compartilhada que serve para qualquer tipo de iniciativa e empreendimento, através do uso da tecnologia da informação compartilha-se estruturas já existentes. De acordo com especialistas

A economia compartilhada surgiu com o princípio de dividir e facilitar a vida das pessoas por meio da tecnologia. Ela está presente nas mais diversas atividades, desde alugar o imóvel de alguém, o carro, desapegar de algumas roupas, etc. Trata-se de uma relação de troca de produtos e serviços. Essa nova forma de economia facilitou as demandas do nosso cotidiano e pegou carona na revolução tecnológica para reinventar as relações comerciais e dar

⁵⁹ “Quer abrir o seu negócio?” (09/10/2016), “Futuros das vendas é agora comércio virtual” (25/06/2017), “Já pensou em ter uma loja virtual?” (13/12/2018).

⁶⁰ “O poder de colaboração e compartilhamento” (29/04/2018), “Você tem medo de trocar o certo pelo duvidoso” (11/11/2018).

mais poder ao intangível, cujos pilares são o conhecimento e a confiança (“O poder de colaboração e compartilhamento” - 29/04/2018).

Ainda sobre a economia compartilhada, a *futurista* (sic) e especialista em novas economias Lala Deheinzelin diz: “É impossível o planeta dar conta do recado com os recursos atuais. Precisamos criar processos colaborativos e inseri-los na gestão pública”.

Destaca-se ainda o crescimento da participação familiar⁶¹ em novos empreendimentos. Tal crescimento é apresentado como um fator de segurança para o empreendedor, isto é, “trabalhar em família traz segurança para o empreendedor”. E segundo o *professional coach* Robson Profeta, casais que tiram proveito da união para se tornarem empreendedores têm mais chance de prosperar porque “casais que trabalham juntos agregam valor”. Sobre a participação familiar nos negócios o *empresário* Gilson Aparecido Tomaiz, de 48 anos, e sua esposa, Isabel Amaro de Oliveira Tomaiz, de 44 anos, que aprenderam a compartilhar os seus esforços nas duas escolas que possuem, relatam

No início, Gilson fazia todas as tarefas que era preciso para fazer o empreendimento prosperar. Mas, com o passar do tempo, passou a se dedicar às áreas administrativa e operacional. Isabel, por sua vez, após se formar na faculdade de Pedagogia, tornou-se diretora da escola e hoje atende os professores, alunos e pais. Como cada um tem uma habilidade diferente, o casal sabe se posicionar diante de cada tarefa (“Unidos na vida e no empreendimento” -12/03/2017),

Eles entendem que duas cabeças unidas pelo mesmo objetivo trazem melhores resultados e em menor tempo. Isto é, “a porcentagem de erro é menor, já que a concordância nas ações é mais forte e acertada. Você trabalha de forma segura e confiante de que tudo vai dar certo”.

No conjunto destas reportagens, foi dado também, espaço para as mulheres⁶², argumenta-se, baseado num estudo feito pela empresa Mundo da Mulher Protagonista, “que 62% das mulheres desejam empreender, mas muitas não vão em frente por medo e por causa de dúvidas de como iniciar um projeto”. O conhecimento de si e a observação do modelo Canvas são apontados como recursos que ajudarão a quem deseja comandar o próprio negócio.

As 29 matérias que estão sendo analisadas procuram apresentar ao leitor a necessidade de planejamento para quem quer empreender e alcançar o sucesso. O planejamento consiste

⁶¹ “Unidos na vida e no empreendimento” (12/03/2017), “Negócio de família” (08/04/2018).

⁶² “Como mulheres podem começar um negócio” (04/09/ 2016).

no estabelecimento de objetivos, etapas, prazos e meios para sua concretização e é um processo de organização de informações e dados importantes, fundamental tanto para manter a empresa funcionando quanto para atingir metas. Diferente de outras instituições que também orientam o empreendedorismo, como inúmeras organizações não governamentais, a *Folha* insere o planejamento na teologia da prosperidade, isto é, o alcance do sucesso financeiro precisa de fé, mas também é preciso planejamento. O sucesso está disponível a todos que se “aventuram”, mas é em si próprio que vai encontrar brechas e através da dedicação tornar-se uma pessoa vencedora. O “empreendedor” é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso.

No conjunto de matérias da nossa segunda classificação – “**conjuntura econômica**” – são apresentadas, ao leitor, considerações sobre certos aspectos econômicos e políticos como responsáveis pelo impulso dos indivíduos para se tornarem empresários. Um tema recorrente diz respeito ao problema da falta de emprego que marca aquela conjuntura.

A matéria “*É hora de empreender*”, de 15/01/2017, apresenta os índices de desemprego no último trimestre de 2016, 12,1 milhões de pessoas segundo o IBGE. O que para o economista Saulo Gomes “abrir um negócio próprio é uma forma inteligente de gerar renda em uma economia vulnerável”. Na narrativa é exaltada a história do consultor financeiro Giancarlo Zamolo, de 27 anos que prosperou – pois, no momento em que muitas pessoas estavam sendo mandadas embora dos seus empregos, ele tomou a iniciativa de pedir demissão da empresa internacional em que trabalhava motivado unicamente pela realização de um sonho, o de abrir seu próprio negócio. A prosperidade é vista aqui não só como sagacidade de pessoas impetuosas, mas claramente daqueles que fizeram uma aliança com Deus. Para quem está desempregado ou deseja ter um negócio próprio, Zamolo recomenda: “trabalhar para você mesmo é se dar a chance de desenvolver todo seu potencial. É você realizar seus sonhos, mas, acima de tudo, desenvolver suas próprias habilidades, seu espírito”.

Encontramos também na matéria “*Faça de seu talento uma renda extra*”, de 26/02/2017, a informação de que as mudanças no mercado de trabalho e a alta no desemprego vêm estimulando as pessoas a desenvolver outras atividades rentáveis. Apresenta uma tendência de mercado, isto é, o uso de uma habilidade ou conhecimento para gerar renda extra. Há também, o passo a passo para o uso das habilidades e as histórias de sucesso de duas mulheres que usaram suas habilidades para gerar renda. Uma delas é Roberta Pigatti, de 43

anos, que após a falência da empresa que mantinha com o ex-marido, a vida virou pelo avesso. Neste momento de crise Roberta se lembrou de sua habilidade para fazer salgados

Ela avisou familiares e conhecidos sobre a nova atividade e começou a produzir rissoles, coxinhas, *esfihas*, tortas e quibes. Alguns amigos experimentaram e gostaram dos produtos. Aos poucos, novos clientes foram chegando. ‘O boca a boca é a melhor propaganda. O que mais prezo é a qualidade dos ingredientes, o tamanho e o preço dos salgados. Faço produtos pré-prontos, é só aquecê-los por dez minutos e comer’.

Além dos salgados a *empreendedora* também produz doces sob encomenda, revende pães congelados e, faz cursos gratuitos oferecidos por lojas especializadas para se aprimorar. Em momentos de crise, diz Roberta, “A primeira coisa é ver qual é o seu dom, olhar para si mesmo e descobrir o que você pode fazer. Não pode deixar o desespero tomar conta, precisa ter fé”.

Na “*A saga dos jovens em busca de trabalho*”, de 05/11/2017, encontramos os dados do IBGE sobre a taxa de desocupação entre pessoas de 18 a 24 anos que é de 27,3%, mais que o dobro da média de desemprego no país. O argumento desenvolvido na órbita de tal fato é que “a busca por um espaço no mundo do trabalho se tornou uma verdadeira saga para os jovens”. É relatado que enquanto o desemprego continua alto, muitos jovens estão investindo no negócio próprio. A psicóloga e *coach* vocacional Audrei Teodoro de Souza diz, “que apesar das dificuldades que o mercado apresenta os jovens não devem desanimar” e, que “é importante manter a autoestima elevada porque os momentos de dificuldade podem surgir em muitas fases da vida”. Sugere que os jovens façam um planejamento para ingressar no mundo do trabalho. A reportagem apresenta cinco jovens de diferentes áreas que lançaram mão de criatividade, cursos, desenvolvimento de novas habilidades etc. e, empreenderam em pequenos negócios, conquistando desta forma renda e experiência para continuar empreendendo.

Em “*Como trabalhar vendendo doces e bolos*”, de 18/02/2018, parte-se também dos índices de desempregos registrados pelo IBGE para argumentar sobre o surgimento de novos empreendedores. Joel Thrinidad, especialista em negócios internacionais e gestão de carreiras, explica que novos empreendedores têm surgido nos últimos anos.

Podemos afirmar que o empreendedorismo está vivendo uma fase de descobertas tanto no que se refere a novos negócios quanto de novos empreendedores, que estão surpreendendo a si mesmos pela capacidade de inovar, de criar e de fornecer serviços dos quais antes eram apenas consumidores. O mercado também passou a ver nos pequenos negócios a

facilidade de acesso a um tipo de produto e/ou serviço personalizado, de acordo com a sua vontade.

É narrada a história da nova *empreendedora* Alessandra Aparecida Santos, de 39 anos, dona da Alê Doces, como exemplo de sucesso

Comecei a trabalhar aos 15 anos. Um tempo depois fui promovida a assistente de marketing. Na época fiz até faculdade na área. Mas, infelizmente, a empresa fez um corte de funcionários no meu departamento e fui demitida. Sem trabalho, passei a fazer alguns doces para vender. Foi muito desafiador, porque não tinha dinheiro para nada. Recordo-me de que no início só tinha condições para comprar chocolates e alguns materiais para fazer trufas. À medida que vendia as trufas, comprava mais ingredientes e, aos poucos, mesmo sem ter feito cursos, passou a vender bolos sob encomenda. No começo errei muitas receitas e vendia poucos bolos por mês. Tinha mês que vendia apenas um bolo. Chorava muito, mas estava determinada a melhorar. Busquei cursos na internet e também presenciais e, com apoio e incentivo do meu pai, fui me aprimorando. Ouvi na própria Universal a respeito da palestra e não pensei duas vezes. Lembro que ia a pé, por falta de condições financeiras. A cada reunião saía mais confiante de que conseguiria fazer meu negócio dar certo, porque ser autônoma e trabalhar com doces era o meu sonho pessoal e profissional. Não queria desistir. Muitos acharam loucura eu trocar de profissão, mas persisti e, pouco a pouco, fui conquistando mais clientes, até mesmo empresas. Já cheguei a vender mais de 400 quilos de bolo em um mês. Estou em fase de crescimento, sempre busco aprender, mas sou muito realizada com o que faço. Meu próximo passo é abrir uma loja física.

Segundo Alessandra “empreender não é uma tarefa fácil, é preciso abrir mão de muitas coisas, como da vida social por vezes, mas vale a pena”.

Para o especialista Thrinidad empreender tem um papel educador,

isso incentiva as pessoas a pensarem em planejamento, pesquisa e desenvolvimento, levando-as, muitas vezes, de volta às salas de aula, além de influenciar positivamente a economia do País e motivar outras pessoas a deixarem de ser funcionárias e se tornarem donas do próprio negócio.

Em “*Como ser tornar MEI*”, de 01/07/2018, é apresentado o microempreendedor individual (MEI) como uma alternativa encontrada por muitos brasileiros para gerar renda. Na reportagem o economista e consultor de empresas Sergio Dias explica o passo a passo para se tornar um MEI, informa também, os benefícios e as obrigações de um MEI. Apesar dos cuidados iniciais, Dias lembra

que a formalização é um processo simples, realizado pela internet. Não há necessidade de contador ou despachante. O MEI tem o regime de tributação mais simples do Brasil: é possível manter um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) pagando até R\$ 53,70 por mês. Para ser MEI, o negócio pode faturar até R\$ 81 mil por ano e ter no máximo um funcionário.

Atenção: o microempreendedor que deixar de pagar a mensalidade pode ter a dívida inscrita em seu CPF, além de ficar sujeito ao cancelamento do CNPJ.

Dicas são apresentadas para garantir o sucesso do empreendimento e para empreender. Sérgio Dias destaca “que o pequeno empresário precisa conhecer bem o seu cliente”. Ele acrescenta também, que é importante “buscar informações sobre como fazer a gestão do negócio”. Destaca que “o SEBRAE oferece consultorias, palestras e cursos gratuitos para que o microempreendedor esteja bem preparado.” Segundo a reportagem, um dos problemas que pode atrapalhar o MEI é a falta de persistência.

Ainda ancorado no tema desemprego a matéria “*O desemprego e a economia do País*”, de 02/09/2018, aborda que em tempos difíceis é preciso ter uma nova visão para escrever uma história de superação. O foco inicial está na fé que colocada em prática torna possível contrariar cenários negativos. Ou melhor, quem aprende a aliar a fé inteligente ao trabalho prospera independente da crise. Sendo tal matéria escrita em tempos que antecederiam a eleição o eixo se volta para explicar a maneira como a política reflete na economia. A fonte usada para tal explicação é o economista e mestre em ciências política Ricardo Caldas que, entre outras, “acredita que a responsabilidade pelo alto índice de desempregados não é apenas do atual governo, mas de um processo que vem se agravando desde governos anteriores”. Caldas pontua que “o setor empresarial, responsável por alavancar a economia do País, apenas investirá em ambientes de certeza de crescimento”. Segundo Caldas “o papel do governo é criar um ambiente favorável para que a economia possa funcionar corretamente”. O mestre em ciência política defende que: “quanto maior facilidade houver na hora de demitir e contratar, maiores serão as contratações”. Nas palavras de Caldas

um bom governo é aquele que apresenta propostas voltadas para a flexibilização das leis trabalhistas, em que o mercado é atuante e o controle é menor. O governo não pode controlar a economia, pois ela caminha sozinha. O seu papel é estabelecer regulamentos, orientar o mercado, mas não o guiar.

Ao mesmo tempo em que estas seis matérias retratam a diminuição de postos de trabalho, afirmam o empreendedorismo e a necessidade de se tornar um MEI. A instabilidade econômica da época é ressaltada como incentivadora da abertura de pequenos negócios por pessoas com boa formação, criatividade, habilidade etc. Por outro lado, a estabilidade profissional só depende da fé colocada em prática. Quanto a eleição do próximo governo, o eleitor precisa votar consciente, ou seja, entender que depois de um longo período em que a política econômica brasileira foi conduzida pela esquerda intervencionista resultando, entre outros, no aumento do índice de desemprego, agora é a hora de superá-la por um governo que

favoreça o livre mercado e a competição. Ou seja, são apontados valores neoliberais como solução.

No conjunto de matérias da nossa terceira classificação – **“dicas de gestão”** – informa-se ao leitor aspectos bem gerais que envolvem a gestão de um negócio e, os atributos que as empresas exigem do funcionário na atualidade.

Parte das narrativas⁶³ dá dicas para o empresário melhorar o seu relacionamento com os funcionários, motivando-os para o trabalho; dá sugestões voltadas para a necessidade de realizar planejamento, consultoria, construir uma marca, atender bem os clientes, ter uma boa comunicação etc.. Outro aspecto⁶⁴ abordado refere-se às qualidades do líder como: integridade; reconhecer que os outros têm algo a contribuir; “estar pronto para trabalhar em velocidade normal e, se necessário, ter respostas rápidas”, “estar sempre disposto a vencer desafios”, ter objetivos definidos, ter ética e transparência nos negócios, não permitir que a insegurança atrapalhe e se manter motivado.

Medidas modernas⁶⁵ para estruturar a empresa são também apresentadas, tais como as *fintechs* de cobrança e pagamentos; o *software* para a gestão de recrutamento e seleção de pessoas e o uso da *internet* para alcançar seus objetivos. Destaca-se o orçamento⁶⁶ como uma ferramenta muito importante para fechar negócios. São dadas também dicas⁶⁷ sobre como aproveitar datas e eventos importantes para o comércio e como identificar as tendências que podem fazer a diferença no mercado de trabalho e no mundo dos negócios.

⁶³ “Como empresários falidos reverterem a situação” (10/07/2016); “Ela faz dinheiro com entulho” (02/10/2016); “É possível empreender em tempos de crise” (06/11/2016); “Empresária consegue se reerguer após falência” (20/11/2016); “Empresária dobra a renda com bom atendimento ao cliente” (27/11/2016); “Pessoas não são números” (25/12/2016); “Já ficou frustrado com o seu trabalho?” (09/04/2017); “Como se manter no mercado empresarial” (04/06/2017); “Como atrair clientes com a ajuda de um plano de comunicação” (16/07/2017); “Qual é a qualidade dos produtos” (29/07/2018); “Empresas de sucesso têm funcionários motivados” (15/10/2017); “Olhar externo ajuda a corrigir falhas em negócios” (10/12/2017); “A crise está em sua vida financeira ou em você?” (14/01/2018); “Como estimular os funcionários da sua empresa?” (04/02/2018); “Falsa autoestima no mundo profissional” (11/03/2018); “Você é a marca de sua empresa” (23/12/2018); “A importância da comunicação no ambiente de trabalho” (24/06/2018);

⁶⁴ “Você conta com a sorte para ter sucesso?” (14/08/2016); “O que você faz para buscar seus objetivos como empreendedor?” (18/09/2016); “Não deixe a insegurança atrapalhar o seu negócio” (10/10/2016); “Procura-se líder com integridade” (18/12/2016); “Não seja o ‘chefe sabe-tudo’” (19/03/2017); “Não deixe que a pressão atrapalhe seu rendimento” (14/05/2017); “Transparência para atrair novos clientes” (11/06/2017).

⁶⁵ “As novas formas de cobrar sem constranger” (06/08/2017); “Tecnologia promete mudar seleção de candidatos” (03/12/2017); “A melhor relação entre mídias digitais e a sua empresa” (15/04/2018).

⁶⁶ “Orçamento pode ajudar a aumentar as vendas” (26/08/2018)

⁶⁷ “As datas de “comemoração” para o comércio” (06/05/2018); “Você sabe quais são as novas tendências?” (03/09/2017).

A outra parte das narrativas⁶⁸ dá dicas para o profissional melhorar o seu perfil, isto é, desenvolver algumas habilidades como: flexibilidade, atitude protagonista, abertura, resiliência, inteligência emocional e não parar de estudar. Enfatiza que, em um cenário de crise econômica em que vive o País, ter essas qualidades traz muitos pontos positivos. A educadora e empreendedora Carla Weisz acrescenta que algumas habilidades são necessárias para ser um funcionário indispensável. São elas: “flexibilidade, atitude protagonista, abertura, resiliência e inteligência emocional”. O especialista *coach* profissional Robson Profeta ressalta,

problemas fazem parte do dia a dia das empresas e, para que a engrenagem gire, o time deve ser composto por pessoas que enfrentem adversidades como algo que faça parte do jogo. Por essa razão, os resilientes possuem um valor inestimável.

Destaca-se⁶⁹ também, a importância de descobrir a habilidade e investir nela. São apontados comportamentos⁷⁰ a evitar como: autoconfiança exagerada; “colocar a carreira no piloto automático”; alçar a bandeira de que os “fins justificam os meios” e, comportamento contraproducente. O *master coach* Edmilson Chagas Pádua explica que muitos profissionais

acabam tendo atitudes equivocadas no trabalho pensando que estão em ascensão. Contudo, não percebem que, na verdade, estão apresentando um comportamento destrutivo. Muitos não têm autoconhecimento e autocrítica do seu perfil profissional. Então, em vez de caminharem para o sucesso, estão declinando.

Em “*Saiba como cativar os empregadores*”, de 16/12/2018 e, “*Você foi demitido?*”, de 13/11/2016, são apresentados como cruciais para obter bons resultados um ótimo currículo e a uma boa apresentação diante do possível empregador.

Na matéria “*Você busca um emprego?*”, de 13/05/2018, são relatados os golpes sofridos por dois mil desempregados na busca por trabalho; na “*Saiba se está na hora de você mudar de emprego*”, de 14/10/2018, encontramos dicas sobre a hora certa de mudar de

⁶⁸ “Procura-se profissional resiliente” (05/02/2017); “Como se tornar um funcionário indispensável” (26/03/2017); “Você tem o que o mercado quer?” (07/07/2017); “O quadripé do sucesso” (13/08/2017); “Um abaixo-assinado contra o individualismo” (27/08/2017); “Saiba do que as empresas precisam” (24/12/2017); “Como as emoções interferem no trabalho” (21/01/2018); “Amizade e profissionalismo” (04/03/2018); “Como se preparar para o futuro?” (20/05/2018); “O uso da inteligência emocional a seu favor” (10/06/2018); “Ousados ou contidos?” (18/11/2018); “Como você age diante dos problemas?” (30/09/2018); “O que você tem feito diante do desemprego?” (13/01/2019); “Saiba por que ser multitarefa pode ser ‘uma furada’” (10/01/2018)

⁶⁹ “Sua vida profissional mudará se você entender isso” (08/10/2017)

⁷⁰ “Qual o limite da autoconfiança?” (19/02/2017); “Armadilhas do fracasso” (30/04/2017); “Você pode ser um sabotador e não sabe” (17/09/2017); “O mau comportamento no trabalho também pode prejudicar sua saúde” (15/07/2018).

emprego ou de área, na *“Você merece um aumento?”*, de 30/12/2018, dicas sobre a maneira apropriada de se pedir aumento salarial e, na *“Um novo mercado”*, de 25/02/2018, o foco está nos profissionais acima de 40 anos e a dica é “faça valer sua bagagem profissional”, “não omita suas qualificações para arranjar um novo emprego”.

Em suma, os assuntos tratados nestas 57 matérias parecem servir de auxílio para médios, pequenos e microempresários se esmerarem quando do início ou desenvolvimento de um negócio próprio. São apresentadas fórmulas de conduta cuja intenção, em princípio, parece levar o leitor e potencial empresário a enfrentar alguns obstáculos do mundo dos negócios de forma mais adequada. Ao mesmo tempo, apresenta um conjunto de matérias voltadas para auxiliar o profissional a se vender para o mercado. Estas matérias consolidam valores particulares – autoconhecimento e integridade – além de propagarem uma racionalidade empresarial baseada no planejamento e no controle, necessários tanto para a eficácia de um empreendimento como para a realização profissional.

No conjunto de matérias da nossa quarta classificação – **“fé fundamento para o sucesso”** – procura-se demarcar para o leitor a teologia da prosperidade ressaltando a importância da fé para se alcançar o sucesso material e, a relevância da reunião *“Congresso Para o Sucesso”* como o lugar onde se aprende estas “verdades”.

Para ressaltar a importância da fé obediente e prática, são reportadas⁷¹ as ideias do bispo e palestrante que é o responsável pelos encontros do *“Congresso Para o Sucesso”*, Rogério Formigoni.

- A respeito da crise financeira e os problemas que o País enfrenta, ele diz: “[...] ela sempre existiu e sempre vai existir, o que não pode existir é a crise pessoal”, ou seja, o contexto não deve ser usado como desculpa para as pessoas não prosperarem, pois “elas prosperam porque aprendem a desenvolver a fé e, acima de tudo, a acreditar em si mesmas”.
- Quanto aos momentos de perdas financeiras, falência, ele diz: “quando a gente fala de riqueza, não interessa se o país está em crise, afundando, não interessa onde

⁷¹ “Congresso para o Sucesso inspira soluções nos negócios” (24/07/2016); “Como empresários falidos reverterem a situação” (10/07/2016); “Você é aquilo que imagina ser” (12/02/2017); “Brasileiros atribuem sucesso financeiro a Deus (08/01/2017).

você está. Porque não é o lugar que faz você, mas você que faz o lugar, ou seja, se você exercitar a fé, você será a diferença”.

- Sobre a imaginação, ele diz: “Se você se imagina pobre você vai ser sempre pobre. Se você se imagina dependendo dos outros, vai continuar dependendo. Mas, se você se imagina vencedor, mesmo que você esteja na lama e que os outros digam que não, em breve você será um vencedor, porque você é o que imagina ser”.
- Sobre o empreendedorismo, ele diz: “não fazemos nada além do que Deus prometeu”. Ele destaca ainda que “a teologia da prosperidade está na Palavra de Deus. Deus não aceita a miséria, Ele promove o sucesso. Levamos a pessoa a entender que a fé uma vez aplicada, seguida da obediência, traz resultados”.

Sobre a educação formal⁷² é ressaltado que não é o estudo ou a falta de estudo que possibilita ou não o sucesso financeiro, mas sim uma fé obediente, o bispo e também palestrante Edson Costa diz: “a garantia para o sucesso de um negócio é coloca-lo nas mãos de Deus e justifica que, por mais que as ideias e os projetos sejam extraordinários, sem essa parceria não há possibilidade de alguém ser bem sucedido e próspero”.

Quanto aos obstáculos⁷³, problemas que se encontram no decorrer da vida, por meio da fé são transformados em impulsos para realização dos sonhos.

Em todas as narrativas há a presença de histórias de pessoas que multiplicaram os seus ganhos depois que aprenderam a usar a fé no “*Congresso Para o Sucesso*” e abriram um pequeno negócio ou ampliaram o que já possuíam. Vejamos uma delas, a do empresário Edevaldo Ferreira, que nasceu em uma família humilde em Parnamirim, região metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte. Em busca de um futuro melhor, ele decidiu se mudar para São Paulo. As novas oportunidades não surgiram e, depois de um ano longe de casa e sem emprego, ele voltou para a casa dos seus pais e começou a trabalhar como empregado do seu irmão.

⁷² “Não existe segredo para conquistar o sucesso financeiro” (10/09/2017); “Jovens e o mercado de trabalho: o desafio de conseguir uma colocação” (11/02/2018); “Como usar a autoridade e vencer financeiramente” (01/04/2018); “O trabalho de suas mãos é abençoado?” (12/08/2018); “Como prosperar e manter as bênçãos?” (25/11/2018); “Obediência multiplica negócio de advogado” (23/10/2016); “Quem quer ser um milionário?” (29/01/2017); “Sem preparação, sem sucesso” (10/01/2019); “Você sabe qual é a chave para alcançar as suas metas profissionais?” (28/05/2017); “O caminho para ser um campeão” (03/07/2016).

⁷³ “De 1 milhão em dívidas à uma BMW” (21/08/2016); “O sucesso depende de uma base sólida” (25/09/2016); “Ele venceu as adversidades financeiras” (20/08/2017); “Como você reage diante um “não?”” (23/09/2018); “A Lei Divina do sucesso” (02/12/2018); “Para alcançar o sucesso é preciso acreditar e ter metas” (23/04/2017).

‘Eu estava a sete anos trabalhando para o meu irmão, pedi a conta e montei uma loja de material de construção’. A loja não deu certo, mas ele não desanimou. Frequente nas reuniões, ele fortaleceu sua fé e seus pensamentos positivos e não duvidou de que estava no caminho certo. Ao ver seu vizinho montando estofados, pediu que o ensinasse. Pouco tempo depois, Edevaldo começou a produzir sofás no quintal da casa do seu pai. A produção começou a aumentar e logo veio a necessidade de montar uma fábrica. Hoje, ele possui duas lojas na cidade e seu negócio está se expandido para outros locais. Sua vida mudou: ele tem terrenos, casa própria e carros. Além dos bens materiais que conquistou, ele encontrou a paz que sua alma precisava e tem uma família próspera.

Assim, este conjunto de 19 matérias apresenta a crise, que leva ao desemprego, a falência, a miséria etc., como um fenômeno natural que desafia os indivíduos a usarem a fé e buscarem novas formas de sobrevivência, particularmente na atividade empresarial, alcançando, desta forma, o tão sonhado sucesso material. Tais indivíduos, não são pais ou mães sofrendo de problemas diversos, são apresentados como empresários, comerciantes com dificuldades financeiras.

As matérias da seção *Sucesso Financeiro* oferece aos leitores uma discussão que não objetiva superar sistemas ou estruturas, mas doutrinar indivíduos para melhor viverem em uma realidade desigual onde apenas o fiel é o culpado por não conseguir prosperar financeiramente em sua vida. O sucesso financeiro que Deus quer para todos, só depende do “empreendedor” ser corajoso, bem preparado e persistente.

*

Nosso objetivo, como apontado inicialmente, foi de compreender como a *Folha Universal*, na sua seção *Sucesso Financeiro* apresenta, durante 30 meses de publicação, o empreendedorismo para o seu público-alvo. O propósito final é desenhar empiricamente a dimensão da *afinidade* entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o neoliberalismo e, desvendar a ideologia produzida pela IURD através desta mídia.

A classificação das matérias por temáticas já assinalou, inicialmente, parte dos resultados encontrados. Em suma, os jornalistas da *Folha Universal*: 1) afirmam que a possibilidade de “se tornar patrão” é viável a todos os indivíduos, tanto para os inventivos quanto aqueles que não detêm boas ideias, incluindo empregados e desempregados, jovens e veteranos, pessoas com muito ou pouco capital, basta planejamento e dedicação, ampliando, assim, o campo de alcance do “empreendedorismo”; 2) apresentam continuamente a abertura de uma empresa como algo a ser perseguido pelos sujeitos, dando a esta ação um *status*

extremamente positivo e diferenciado em relação ao emprego assalariado; 3) afirmam a existência de um ambiente econômico naturalmente propício para os “empreendedores”, deixando de problematizar o próprio contexto que tomam como base; 4) dão dicas de oportunidades e sugestões de como lidar com o mundo dos negócios, difundindo, práticas sociais, racionalidade de tipo particular e nova ética do trabalho considerada indispensável ao novo contexto econômico; 5) apresentam a crise, que leva ao desemprego, a falência, a miséria etc., como um fenômeno natural que faz desenvolver a fé; a fé, por sua vez, é evidenciada como o meio para se alcançar o sucesso material.

É possível perceber que o objeto das narrativas é a pequena unidade produtiva ou o Microempreendedor Individual (MEI), mais precisamente o “aspirante” a empresário. Desta forma, a mídia se afina aos objetivos do neoliberalismo, que exige um número maior de pequenos negócios como forma de salvação em todos os sentidos: seja disposto horizontalmente na órbita da grande indústria que auxilia sobremaneira o seu funcionamento e “garante” o emprego, ou como para montar um negócio próprio e “garantir” a sobrevivência, ou como característica pessoal na busca constante por qualificação e atualização.

É possível observar também que o termo “empreendedorismo” vinculado às pequenas empresas, presta-se a sentidos múltiplos nas diferentes narrativas. Em alguns casos, é simplesmente sinônimo de abertura de um negócio. Isto é verdadeiro, para aquelas matérias nas quais os autores dedicam-se a ensinar a abrir e gerir uma empresa. Em outros, o termo identifica-se com a figura do “empreendedor”, que ora é um sujeito com características particulares natas, ora um técnico que usa a racionalidade para alcançar objetivos – quando não possui os dois atributos concomitantemente. Quando focam o sujeito que não nasceu “empreendedor”, os jornalistas têm o cuidado de afirmar que isto não seria um empecilho para ele de “empreender” uma vez que o empreendedorismo é só um conjunto de comportamentos e hábitos ou uma questão de aprendizagem. Este sujeito acaba sendo exaltado pelo que os autores consideram a superação de inaptidões através da fé e planejamento para o mundo dos negócios. Em geral, este significado dado ao termo aparece nas matérias que ilustram sugestões para abertura ou gestão de empresas. Por fim, o termo é usado como sinônimo de fé empreende-se para alcançar o sucesso material prometido por Deus.

Dentre estes aspectos citados, aparece em destaque a convergência de grande parte dos jornalistas com relação à ideia de que, mesmo que o talento para empreender não seja global, todos podem aprimorar competências para os negócios. Se alguém pretende abrir um negócio

ou melhorá-lo, pode se habilitar via *Congresso para o Sucesso* e SEBRAE. Logo, as ideias em torno do discurso do “empreendedorismo” sugerem que todos os indivíduos podem se tornar empresários, basta que sigam certos procedimentos, tenham fé e coragem para perseverar. Em síntese, trata-se de defender o empreendedorismo acima de tudo e em última instância considerar que não há outro modo de viver a não ser no mercado de capitais.

Desta feita, deparamo-nos com um discurso ideológico pautado na perspectiva da individuação, que se apresenta, sobretudo, na ideia do “empoderamento” individual, ou seja, na ideia de que o indivíduo dotado de fé e planejamento é capaz de realizar tudo o que pretende. Ele tudo pode, basta vontade e persistência. Os percalços, por meio da fé são transformados em impulsos para a realização dos sonhos. Características particulares dos sujeitos são reconhecidas como adequadas ou inadequadas, mas todas são adaptáveis aos “novos tempos”. Ao eximir-se da problematização do contexto político-econômico, tratando-o como inflexível, a *Folha* defende a sua perenidade. Ao ajuizar que o sucesso e fracasso são obras exclusivas da fé do sujeito, as narrativas deixam de lado aspectos relativos à própria dinâmica do sistema capitalista neoliberal que, dentre outros fatores, não dispõem de possibilidades estruturais para todos os indivíduos se tornarem homens de negócios.

Por fim, a ideia de “empreendedorismo” – que advém de uma necessidade real de produção de emprego e renda – acaba tendo como função a criação de subsídios para a construção do ambiente religioso e ideológico apropriado a uma nova era do capital. As matérias da seção *Sucesso Financeiro* da *Folha Universal* estão pautadas, em geral, na afirmação da individualização e do mérito e de propostas concretas de formas de ser, ver e agir marcada pela reestruturação no campo da produção e da hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões,
 não para que o homem suporte sem fantasias ou
 consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor
 viva brote."

Karl Marx⁷⁴

Ao longo deste trabalho, percorreu-se o objetivo de identificar e analisar a *afinidade* entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo. Gostaríamos de tecer algumas considerações a respeito dos resultados da pesquisa.

Partimos da pergunta: *qual a afinidade entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo?* Assim, o nosso objeto de investigação foi à religiosidade neopentecostal em particular a Igreja Universal do Reino de Deus e sua relação com o neoliberalismo. Utilizamos a interpretação do desenvolvimento do capitalismo, feita por K. Marx de um lado, e, de outro, por M. Weber, que trouxeram de perspectivas distintas elementos que nos ajudaram a entender, apesar do conhecimento científico gerado, a resistência, a força de permanência dos fenômenos religiosos além dos efeitos políticos e ideológicos nas sociedades contemporâneas.

Em nosso primeiro capítulo, vimos a trajetória de desenvolvimento do neoliberalismo e como a reforma protestante do século XVI contribuiu para o surgimento - e depois para a manutenção – da sociedade moderna capitalista visto que uma ética baseada na vocação, na experiência com Deus e na predestinação legitimava a dominação de classe e o avanço do lucro. O que consagrou a era da Reforma como o começo da liberdade da burguesia, liberdade das restrições econômicas que tolhiam a realização dos seus negócios cotidianos. Ressaltamos a criação de uma ficção teórica, a hipótese de um estado de natureza, que obstaculizou o abuso do poder estatal quer na esfera da administração da sociedade quer na esfera da economia com a política de *laissez-faire* (“deixe fazer”). O liberalismo tornou-se o credo do capitalismo, acomodando-se de diversos modos à supremacia do mercado ao longo de sua história cuja tendência tem sido na contemporaneidade a diminuição da interferência do Estado – considerado assistencialista – na dinâmica mercantil. Segundo os teóricos e

⁷⁴MARX, Karl. (2005) “Introdução à crítica da filosofia do Direito de Hegel”. In: *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*. Boitempo: São Paulo.

defensores políticos desta tendência tida como neoliberal foram colocadas na ordem do dia para as nações centrais e, principalmente para as periféricas, as políticas de modernização pautada pela racionalidade objetiva do mercado, isto é, redução dos gastos públicos, privatização de empresas estatais, investimentos estrangeiros diretos, flexibilização de leis trabalhistas e etc.

Neste cenário, no qual o mercado tornava-se a lente utilizada pelas nações, o desemprego se expandiu dando lugar predominante ao discurso do empreendedorismo como ferramenta capaz de estabelecer uma base sólida para o alcance do desenvolvimento econômico individual. O conceito de empreendedorismo foi então, exaltado por governos, entidades de classe e organizações como a principal base para o crescimento econômico e para a geração de emprego e renda na atualidade (BARROS & PEREIRA, 2008). O espírito empreendedor foi disseminado como forma de salvação em todos os sentidos seja para montar um negócio próprio e “garantir” seu emprego, ou como característica pessoal, na busca constante por qualificação e atualização, isto é, na disseminação da ideia de empreendedorismo como acessível para todos. Deste modo, o novo “espírito” neoliberal que conduzia o capitalismo exigia que o indivíduo fosse cada vez mais desprendido, corajoso e audacioso. Tais características posteriormente se igualariam às exigidas a um fiel da igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Em nosso segundo capítulo, observamos que foi nessa conjuntura que a IURD foi constituída inserindo-se com perfil próprio na cultura brasileira, além de tornar sua prática e mensagem significativas às necessidades daqueles que, frente à reestruturação produtiva promovida pelo neoliberalismo, foram excluídos do mercado de trabalho. No que diz respeito a sua prática, atentamos que a IURD começou a funcionar como uma organização multinacional global dotada de uma missão religiosa. A aplicação de táticas empresariais resultou na capacidade da sua liderança gerenciar, globalmente, várias subsidiárias, continuando a expansão de suas igrejas afiliadas e evitando tipos de divisões que eram conhecidas entre os grupos pentecostais. Tal sistema eclesástico permitiu que os líderes do alto escalão enfatizassem a eficiência e promovessem decisões que acarretavam o máximo de benefícios para os objetivos da organização. Vimos que a compensação, na IURD, estava ligada à habilidade de alguém em trazer lucro para a organização. Quanto aos seus meios de comunicação, percebemos que estavam diretamente ligados ao avanço dos seus projetos de proselitismo e de transnacionalização religiosa. Examinou-se que o controle e a posse de meios de comunicação de massa potencializavam a propagação do discurso religioso

garantindo condições adequadas para se afirmar no contexto altamente midiático do mundo atual. Assim, a IURD utilizava todo o potencial de seus meios de comunicação de massa, tanto para realizar a sua pregação doutrinária, quanto para disputar com a concorrência o monopólio do campo religioso valendo “quase tudo para ‘despertar a fé das pessoas’, ou para convencê-las de que a igreja prega um Evangelho de poder, que, além de verdadeiro, ‘funciona’ na prática” (MARIANO, 2004, p.133).

A partir de certo sincretismo, a IURD aceitou a existência do mundo mágico da Umbanda, mas deu um juízo de valor entre o trabalho “bom” (feito pela própria IURD) e o trabalho “mau” (feito nos terreiros), pois identificavam nas entidades da Umbanda os espíritos demoníacos que ela exorcizava. O diabo era tido como o causador dos problemas que afligiam o cotidiano das pessoas, principalmente das camadas mais desfavorecidas da população e, Deus o “Pai das Luzes” era a força mágica que libertava os fiéis da ação maligna do diabo e de seus servidores, “concedendo [...], antes das benesses materiais em si, a força para não aceitar o sofrimento, para não se acomodar com a pobreza, pois seria essa resignação com o fracasso o grande sinal da vitória conclusiva do mal” (TORRES, 2007, p. 109). Logo, o indivíduo em sofrimento, pobre, desempregado, em dívidas etc., a beira do fracasso/conformismo só precisava se aliar adequadamente a obra divina de vencer o mal e evitar o conformismo e, começar a agir de forma proativa, para superar todo o tipo de sofrimento e conquistar tudo que almejava.

Este discurso de demonização ou exorcismo da IURD, além de alienar a causa real do sofrimento social, dá suporte à Teologia da Prosperidade, pois a superação das aflições e sofrimentos causados pela ação diabólica – aqui – abrem portas à prosperidade – agora. O que torna o sucesso ou o fracasso uma questão puramente de escolha individual, nunca uma questão estrutural, fomentando ainda, uma prática não solidária com o *rebaixado*, afirmando o preconceito e dificultando a coesão política de classe. A Teologia da Prosperidade é a crença de que o cristão, liberto do pecado original, adquiriu o direito à saúde física, prosperidade material e vida abundante e “para ‘tomar posse das bênçãos’ a que tem direito o fiel deve pôr em prática a fé sobrenatural, concedida aos ‘que nasceram da água e do Espírito Santo’” (MACEDO apud ORO, 2003, p. 242). Logo, os fiéis são exortados a pagar o dízimo, a dar ofertas com desprendimento e uma vez cumpridas tais exigências devem demandar os seus direitos bíblicos. O dízimo, então, torna-se um investimento na obra divina do qual o fiel espera o retorno de bons rendimentos. A obtenção das bênçãos, ainda que não ocorra imediatamente é algo certo e pode acontecer a qualquer momento. Mas, e se não acontecer? A

culpa é do fiel a quem faltou fé. Atitude similar a encontrada no neoliberalismo que transfere para os indivíduos a responsabilidade por suas conquistas ou fracassos.

Os fiéis na expectativa da realização financeira são aconselhados a se tornarem empreendedores, abrirem seus próprios negócios, estarem prontos a assumir riscos, adaptarem-se ao inesperado, flexibilizando suas funções deixando de ser empregados tornando-se patrões. O que não deixa de ser desejo da maioria dos que vendem sua força de trabalho no mercado. Deste modo, o trabalho/ o empreendedorismo recebe ares de missão, conseqüentemente, ocorre uma ressignificação do trabalho/do empreendimento que passa a ser visto como ferramenta para que o fiel conquiste os bens de seu interesse. Desta maneira, as preocupações com os problemas individuais são prevaletentes aos problemas estruturais e coletivos.

Trata-se da ética neopentecostal que marcada pela ênfase material e racionalidade empreendedora busca transformar a condição financeira possibilitando a ascensão social. Uma racionalização não no sentido da ética na orientação da conduta, mas a que tem na organização caráter empresarial. Isto é, uma lógica mais empreendedora do que propriamente uma disciplina do trabalho. O próprio indivíduo torna-se um empreendimento, um projeto único com pouca ou nenhuma interferência do meio, sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam. Uma aplicação combinada da “Guerra Espiritual contra o Diabo” com “Teologia da Prosperidade” que mobiliza o indivíduo à ação, a empreender para consumir como sinal de salvação.

Em nosso terceiro capítulo, vimos que o termo “empreendedorismo”, vinculado às pequenas empresas, presta-se a sentidos múltiplos. Em alguns casos, era simplesmente sinônimo de abertura de um negócio, em outro, identifica-se com a figura do “empreendedor”, que ora é um sujeito com características particulares natas, ora um técnico que usa a racionalidade para alcançar objetivos – quando não possui os dois atributos concomitantemente. De qualquer modo empreender é um conjunto de comportamentos e hábitos e passível de aprendizagem desde que haja fé.

Assim, deparamo-nos com um discurso ideológico pautado na perspectiva da individuação, que se apresenta, sobretudo, na ideia do “empoderamento” individual, ou seja, na ideia de que o indivíduo dotado de fé e planejamento é capaz de realizar tudo o que

pretenda. Ele tudo pode, basta vontade e persistência. Os percalços, por meio da fé são transformados em impulsos para a realização dos sonhos. Ao eximir-se da problematização do contexto político-econômico, tratando-o como inflexível, a *Folha Universal* defende a sua perenidade. Ao ajuizar que o sucesso e fracasso são obras exclusivas da fé do sujeito, as narrativas deixavam de lado aspectos relativos à própria dinâmica do sistema capitalista neoliberal que, dentre outros fatores, não disporia de possibilidades estruturais para todos os indivíduos se tornassem homens de negócios. Deste modo, a ideia de “empreendedorismo” – que advém de uma necessidade real de produção de emprego e renda – acabou tendo como função a criação de subsídios para a construção do ambiente religioso e ideológico apropriado a uma nova era do capital.

*

Apesar da ordem secular presente, do Estado laicizado, cabe destacar que isso não implica no fim do misticismo, do cultivo do “sagrado”, (que se desloca, opera e se reverbera) e que igrejas como a Universal do Reino de Deus, por exemplo, tem se credenciado no campo religioso, na vida social como um todo e tido a grande habilidade de articular respostas encantadas e racionalizadas a partir de uma ordem objetiva secularizada. Ela não é a causa de coisa alguma, um sintoma apenas que legitima o que está posto.

O empreendedorismo não foi estabelecido nem pelo neopentecostalismo e nem pela IURD, pois o empreender se constrói por meio de uma lógica duramente material, a lógica do lucro, que não conhece compaixão ou solidariedade. Por sua vez, não se pode negar que a prática e o discurso da IURD atribuem aos deuses e aos valores morais o sucesso do empreendimento: maquiagem, incenso, perfumaria, uma aura sagrada que tudo envolve no seu perfume, sem que nada se altere. Efeitos, que aparecem com o neoliberalismo, ou seja, o espírito do neoliberalismo fomentou a ética religiosa cristã neopentecostal. Demarcando uma relação, não de causa e efeito, mas de afinidade entre ambas as esferas.

Assim, a IURD constrói narrativas que combinam com o cotidiano, colam no imediato e na eternidade simultaneamente. A IURD aparece então, para iluminar com ilusões que consolam os fracos e legitimações que consolidam os fortes. Nada se altera, nada se transforma, mas sobre todas as coisas dos homens se espalha ilusoriamente o perfume do incenso. Se os pobres, os desempregados, o pequeno proprietário acatam a tais ideias é porque

a sua situação as exige. Enquanto esta situação não mudar os deuses continuarão a existir como única esperança na consciência humana. A ideologia e a prática da sociedade capitalista como o neoliberalismo e a IURD seguirão definindo a conduta e as esperanças dos indivíduos não como membros de uma sociedade, mas como empreendimento destinado à competição com tantas organizações empresariais dominados pelo princípio liberal da concorrência mortal, mas disfarçada sob o nome de meritocracia⁷⁵. A proposta neoliberal é que cada um assuma o seu destino, conquiste sua prosperidade, principalmente sem depender do Estado.

Deste modo, o indivíduo segue sendo treinado para ser um investimento bem sucedido e quando não vencer, ressentimentos desencadearão a negação da percepção de si como membro ou parte de uma classe social e de uma comunidade, destruindo formas de solidariedade julgando os pobres que “longe de fazerem jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado” (BAUMAN, 2008, p. 160).

Destarte, o neopentecostalismo e a IURD em particular são instrumentos de legitimação do poder e da dominação quando exaltam o estilo competitivo ocultando (consciente ou inconscientemente) as verdadeiras causas das desigualdades materiais e os conflitos da dinâmica social, atribuindo tão somente às explicações religiosas de cunho moral ou em formas mágicas desestimulando uma postura politicamente crítica da ordem social.

⁷⁵ CHAUI, Marilena. *Neoliberalismo, a nova forma do totalitarismo; privatiza direitos, destrói solidariedades e desencadeia extermínios*. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/marilena-chaui-neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo-privatiza-direitos-destroi-formas-de-solidariedade-e-desencadeia-praticas-de-extermínio.html>> acessado em: outubro de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. (2013). *Rompantes no espírito do desenvolvimento brasileiro*. Revista Pensata/ V.3 N.1. nov. 2013 – UNIFESP.
- ABREU, Nayara. (2016). “*Magia*” neopentecostal e “*espírito*” neoliberal. II Simpósio Internacional da ABHR. Florianópolis, Santa Catarina, julho.
- ABUMANSSUR, Edin Sued. (2014). *Fé e crime na “quebrada”: pentecostais e PCC na construção da sociabilidade nas periferias de São Paulo*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 12, n. 33, p. 99-120, jan./mar.
- _____. (2017). Prefácio. In: OLIVEIRA, David Mesquiati de. *Pentecostalismo em perspectiva*. David Mesquiati de Oliveira; Ismael de Vasconcelos Ferreira; Maxwell Pinheiro Fajardo (Orgs.) - São Paulo: Edições Terceira Via.
- _____. (2002). *Crisis as Opportunity: Church Structure in Times of Global Transformations. Religion within a Context of Globalization: The Case of Brazil*. Revista de Estudos da Religião (REVER), São Paulo, v. 3, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/>, acessado em março de 2019.
- AGLIETTA, Michel. (1998). *Regulación y crisis del capitalismo* apud TEIXEIRA, Francisco J. S, *Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?* In.: *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2ª. edição – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.
- ALCOFORADO, Fernando. *De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.
- ALENCAR, Gedeon. (2010). *Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial.
- _____. (2005). *Protestantismo tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. São Paulo: Arte Editorial.
- ALENCAR, M.M.T. (2010). *As políticas públicas de emprego e renda no Brasil: do “nacional desenvolvimentismo” ao nacional-empresendedorismo*. In: BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. (Orgs.). *Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ. pp.117-137.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995.
- _____. (1997). *De JK a FHC: apontamentos para uma análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo*. In.: RAMPINELLI, José Waldir; OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.
- ALMEIDA, Ronaldo de. (2011). *Religião e desigualdade urbana*. I Interseções, Rio de Janeiro, n. 13, p.126-135, 01 jun.
- _____. (2004). *Religião na Metrópole Paulista*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 56, p.15-27, 01 out.

_____. (2009). *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. (2018). *Neoconservadorismo e liberalismo*. In: GALLEGU, Esther (org.). *O ódio como política: reinvenção das direitas no Brasil*. 1ª. edição – São Paulo: Boitempo.

ALTVATER, Elmar.(1995). *Sociedade e trabalho: conceitos e sujeitos históricos*. In: *Liberalismo e socialismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. - (Seminários e debates).

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Praxis, 2001.

_____. (1998). *Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho — o Brasil nos anos noventa*. In.: TEIXEIRA, Francisco J.S. (org.) *Neoliberalismo e Reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2 ed., São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

ALVES, Rubem. (2008). *As Flores sobre as Correntes*. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/02/as-flores-sobre-as-correntes-rubem.html>> acessado em maio de 2019.

AMIN, Samir. (1976). *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

ANDERSON, Perry. (1995). *O balanço do neoliberalismo*. In.: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra.

ANDRADE, Joaquim. *A judaização da IURD*. CACP, 22 jul.2014. Disponível em: <<http://www.cacp.org.br/a-judaizacao-da-iurd/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelle & LAHUERTA, Milton. (2014). *O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob signo do novo desenvolvimento brasileiro*. Revista Brasileira de Ciência Política, no. 14 Brasília, maio-agosto, pp. 57-82.

ANTUNES, Ricardo. (2010). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 14ª Ed. São Paulo: Cortez.

_____. (2009). *O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural*. Theomai, 19, 12.

_____. (2007) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 9ª. reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2006). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

AROUCA, José Carlos. (s/d). “*Reforma trabalhista do governo Temer. Inconstitucionalidade explícita e reação*”. s/d. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/5235-20222-1-PB.pdf> acessado em: agosto/2019.

AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. (2014). *Feuerbach e a fundação sensível da filosofia: imediatidade e mediação na relação Eu-Tu*. Kriterion: Revista de Filosofia, vol.55 no. 129 Belo Horizonte Jan./June.

ARAUJO, Bruno Gomes de. (2018). *A expansão regional das redes de poder da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Geografia. Natal, RN, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25610>> acessado em: 13 de abril de 2019.

BARROS, Aluizio A., & Pereira, Cláudia M. M. A. (2008). *Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica*. Revista de Administração Contemporânea, 12, 975-993.

BATISTA, Paulo Nogueira. (1994). *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 2. ed. Caderno Dívida Externa, São Paulo: n. 6.

BAUMAN, Zygmunt. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BECKER, Bertha K. EGLER, Claudio A. G. (2010). *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo* – 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BENDIX, Reinhard. (1986). *Max Weber: um perfil intelectual*. Brasília: Editora da UNB.

BIONDI, Aloysio (1999). *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

BERGER, Peter L. (2017). *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 9ª. edição. São Paulo: Paulus. Coleção Sociologia e Religião.

BITTENCOURT, José. (1994). "Remédio Amargo". In: A. Antoniazzi et al (ed.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes.

_____. *As seitas no contexto do protestantismo histórico*. Cadernos do ISER 21, Igrejas e seitas no Brasil, 1989.

BITUN, Ricardo. (2008). *Transformações do campo religioso pentecostal brasileiro: a antecipação da parúsia cristã*. Revista Ciências da Religião - História e Sociedade, vol.6, n.2. Disponível em: <www.mackenzie.com.br/fileadmin/Editora/Ciencias_Religiao/Artigo8-6.2.pdf> Acessado em: 06 de junho de 2018.

_____. (2010). *Continuidade nas cissiparidades: Neopentecostalismo brasileiro*. Revista Ciências da Religião - História e Sociedade, vol.8, n.2, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/2777-11863-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/2777-11863-1-PB%20(2).pdf)> Acessado em 06 de junho de 2018.

BLEDSON, David Allen. (2013). *Movimento neopentecostal brasileiro: um estudo de caso*. São Paulo: Hagnos.

BOKANY, Vilma. (2017). *Empreendedorismo popular e regulamentação do trabalho autônomo*. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2017/04/05/empreendedorismo-trabalho-autonomo/>> acessado em: maio de 2018.

BOSCH, David J. (2002). *Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão*. São Leopoldo, RS: Sinodal.

BOURDIEU, Pierre. (1983). *Algumas propriedades dos campos*. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. pp. 89-94.

BRENNER, Robert. (1999). *A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão*. Outubro, São Paulo, n. 3.

BURNS, Edward McNall. (1997). *História da civilização ocidental*. 20ª. edição. Porto Alegre: Editora Globo.

CAMPOS, Leonildo Silveira. (2008). *Neopentecostalismo*. In: BORTOLLETO, Fernando (org.) *Dicionário brasileiro de teologia*. São Paulo: Aste, 2008.

_____. (1997). *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Simpósio Editora e Universidade Metodista de São Paulo.

_____. (1999). *A Igreja universal do reino de Deus, um empreendimento religioso atual e seus modos de expansão (Brasil, África e Europa)*. In: Lusotopie, nº6. Dynamiques religieuses en lusophonie contemporaine. pp. 355-367; Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1999_num_6_1_1277> Acessado em: 05/06/2018.

CAMPOS, Roberta Bivar C. (2011). *O profeta, a palavra e a circulação do carisma pentecostal*. Revista de Antropologia, São Paulo, v.54, n.2. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/3336>> acessado em maio de 2019.

CARMO, Fabiana Lima dos Santos do. (2016). *Trajetória do pentecostalismo no Brasil até a presença mercadológica da IURD*. Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, Vitória - ES, v. 4, n 2, jul.- dez.

CARVALHO, Sarita dos Santos. (2017). *O fiel empreendedor, testemunha e ferramenta de marketing: uma análise do discurso de marketing dos congressos empresariais da IURD 2017*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião da Pontifícia Universitária Católica de Campinas.

CASTRO, I. E. (2009). *O território e o poder autônomo do Estado*. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In: Mendonça, F.; Lowen-Sahr, C. L.; Silva, M. (Org.). Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico. 1ª. ed. Curitiba: Ademadan, 2009, v. 1, p. 579-594.

CHAUÍ, Marilena de Souza. (2010). *Convite à filosofia*. 14ª. ed. São Paulo: Ática.

_____. (2019). Em palestra na Casa do Saber, disponível em: <<https://tutameia.jor.br/chaui-neoliberalismo-gera-odio-e-violencia/>> acessado em: julho de 2019.

CHAVES, Alexandre Silva. (2013). *Pentecostalismo como produção do discurso do “não lugar”- espaço de passagem*. Revista Nures. Ano IX, número 25, setembro-dezembro.

CHESNAY, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

CONTINS, Marcia; GOMES, Edlaine de Campos. (2007). *Os Percursos da Fé: uma análise comparativa sobre as apropriações religiosas do espaço urbano entre carismáticos e neopentecostais*. Ponto Urbe [online], São Paulo, n. 1, p.1-15, jan.

CORTÊS, Mariana. (2018). *O dispositivo pentecostal e a agência dos governados*. Revista Debate, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.31-38.

COSTA, Moab César C. (2017). *Globalização, mundialização e teologia da prosperidade no contexto da transnacionalização religiosa na América do Sul: o caso do neopentecostalismo brasileiro na Argentina* In: OLIVEIRA, David Mesquiati de; FERREIRA, Ismael de Vasconcelos; FAJARDO, Maxwell Pinheiro (Orgs.). *Pentecostalismo em perspectiva*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

CUNHA, Christina Vital. (2008). *Traficantes evangélicos: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas*. Plural - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.15, p.23-46.

CUNHA, Magali Nascimento. (1999). *O crescimento do marketing evangélico no Brasil como resultado da inserção da doutrina neoliberal no discurso religioso das igrejas evangélicas*. Comunicação e Política, Rio de Janeiro, v. VI, n. N. 2, p. 63-77.

_____. (2012). “Casos de família”: um olhar sobre o contexto da disputa “Igreja Universal do Reino de Deus x Igreja Mundial do Poder de Deus” nas mídias. REVER ano 12, no. 02, Jul/Dez.

_____. (2016). *Religião e política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras*. Perseu, número 11, ano 7, pp. 148-166.

DALLARI, Dalmo de Abreu. (1995). *Elementos de teoria geral do estado*. 19. ed. São Paulo: Saraiva.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. (2011). *Religião e política: ideologia e ação da ‘Bancada Evangélica’ na Câmara Federal*. Tese de Doutorado, apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DE MATOS, Alderi Souza. (2011). *O Movimento Pentecostal: Reflexões a Propósito do seu Primeiro Centenário*–Parte1. Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FAIFA, Goiânia, n. 1, v. 3, 2011, pp.1-17.

EAGLETON, Terry. (1997) *Ideologia: Uma Introdução*. São Paulo: Editora UNESP: Editora: Boitempo.

FERREIRA, Franklin. (2013). *Igreja cristã na história: das origens aos dias atuais*. São Paulo: Vida Nova, 2013.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. (2017). *A moral (neo) pentecostal e a ética Empreendedora: sobre a teologia da Prosperidade e o impulso para o trabalho*. [ISSN 2317-0476] Diversidade Religiosa, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 88-101. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dr/article/view/33417>> acessado em: 03 de março de 2019.

FIGUEREDO, Carolina Dantas de. (2007). *O espírito empreendedor na Igreja Universal do Reino de Deus: as representações sociais sobre empreendedorismo*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco CFCH. Sociologia. Recife. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9585/1/arquivo9199_1.pdf> acessado em: Agosto de 2018.

FILGUEIRA, Luiz. (2000). *A história do plano real*. São Paulo: Boitempo.

FIORI, José Luís. (1998). *Os moedeiros falsos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

FRANCISCO, Adilson José. (2014). *Trânsitos religiosos, culturas e mídia: a expansão neopentecostal*. São Paulo: Paulus. – (Coleção sociologia e religião)

FRANCO JÚNIOR, Hilário. (2001). *A idade média: nascimento do ocidente*. 2. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Brasiliense.

FRESTON, Paul. (1993). *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Campinas, Tese de doutorado em sociologia, IFCH-Unicamp.

_____. (1994). *Breve história do pentecostalismo brasileiro*. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes.

FURRE, B. (2006). *Crossing boundaries: the “Universal Church” and the spirit of globalization, em (sic) Spirits of globalization: the growth of Pentecostalism and experiential spiritualities in global age*. Londo: SCM Press.

GALEAZZI, I. (2002). *Precarização do Trabalho*. In: CATTANI, A. D. (org.). *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*, 4 ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 242-247.

GIUMBELLI, Emerson. (2012). *Religiões no Brasil dos anos 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade*. Plura: Revista de Estudos de Religião, São Paulo, n. 1, p.79-96, dez.

GOMES, Edlaine de Campos. (2011). *A era das catedrais: a autenticidade em exibição*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (2008). *Onde está o pluralismo: manifestações da religião na metrópole*. Enfoques: revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.50-72, jan.

GUERRA, Lemuel Dourado. (2000). *Mercado religioso no Brasil: competição, demanda e a dinâmica da esfera religiosa*. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia.

HARVEY, David. (2005). *“A acumulação via espoliação!”* In: _____. *O novo imperialismo*. 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2002). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. (2014). *O neoliberalismo: história e implicações*. 5ª. ed. – São Paulo: Edições Loyola.

HOBBS, Thomas. (1974). *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Ed. Abril Cultural.

HOBBSAWM, Eric. (1995). *Era dos extremos o breve século XX: 1914 – 1991*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1996) *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1989). *A Era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1987) “*Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo*”. In:

_____. (1997) *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOFFNAGEL, Judith (1978). “*The believers: pentecostalismo in a Brazilian City*”. Tese de doutoramento, Indiana University.

HORTAL, Jesús. (1991). “*Panorama e estatísticas do fenômeno religioso no Brasil*”. In: CNBB. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil (I)*. São Paulo: Paulinas.

JACOB, Cesar Romero... [et al.]. (2004). *A diversificação religiosa*. Estudos Avançados 18 (52), São Paulo, Set./Dez.

JUSTINO, M. (1995). *Bastidores do reino: a vida secreta na Igreja Universal do Reino de Deus*. São Paulo: Geração Editora.

LASKI, Harold. (1983). *O liberalismo europeu*. São Paulo: Editora Mestre Jou.

LE GOFF, Jacques. (1995). *A velha Europa e a nossa*. Lisboa: Gradativa.

LIBÂNIO, José Carlos. (2004). *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 5º ed. Goiânia: Alternativa.

LIBÂNIO, João Batista. (2002). *A religião no início do milênio*. São Paulo: Loyola.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. (2010). “*Alguns fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus*.” *Mana*. [online] v. 16, Ano. 2, p. 351-373.

_____. (2007). “*Trabalho*”, “*mudança de vida*” e “*prosperidade*”. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 27(1): 132-155.

LIMA, Delcio Monteiro. *Os demônios descem do norte*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986, p.144. Disponível em:

<<file:///C:/Users/user/Downloads/Delcio%20Monteiro%20De%20Lima%20-%20Os%20Demonios%20Descem%20Do%20Norte.pdf>> acessado em: 24/11/2019.

LOCKE, J. (1973). *Segundo tratado sobre o governo*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Editora Abril Cultural.

LOSURDO, Domenico. (2006). *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida-SP: Ideias & Letras.

LÖWY, Michael. (2011). *Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber*. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17.2, pp.129-142).

LÚCIO, Paulo Jorge. (2014) *A performance mercantilista das principais igrejas neopentecostais brasileiras*. UNITAS – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, Vitória - ES, v. 1, jan. – jun.

MACEDO, Edir. (1999). *Mensagens*. São Paulo: Editora Universal.

_____. (2001). *O perfil da mulher de Deus*. Editora Universal.

_____. (1988). *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios*. Rio de Janeiro: Universal Produções.

MACHADO, Maria das Dores & MARIZ, Cecília. (1997). *Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano. 12, n. 34, p. 71-87. Disponível em:

<http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/34/rbcs34_05.pdf>, acessado em maio de 2019.

MACHADO, Maria das Dores C. (1994). *Adesão religiosa e seus efeitos na esfera privada - um estudo comparativo dos carismáticos e pentecostais do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. IUPERJ. Rio de Janeiro

MACHADO, Roméro da Costa (2008). *Uma novela chamada chantagem*. MEDIO, Jornal Eletrônico, Niterói, <<http://fazendomedia.org/globo40/romero21.htm>>, acessado em 08 de junho 2018.

MACPHERSON, C. B. (1978). *A Democracia Liberal. Origens e Evolução*. Rio de Janeiro, Zahar.

MAFRA, Clara. (2011). *O problema da formação do “cinturão pentecostal” em uma metrópole da América do Sul*. *Interseções*, Rio de Janeiro, n. 13, p.136-152, 01 jun.

MAFRA, Clara. (2007). *Casa dos homens, casa de Deus*. *Análise sócia*, Lisboa, n.º 182, Vol. XLII, 2007, pp. 145-161

MANDEL, Ernest. (1990). *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Unicamp/Ensaio.

MANSUR, Alexandre & VICÁRIA, Luciana. (2003). *“O Exorcismo é a Atração da Noite”*. In: *Época*, edição 258, 28/4, pp. 70-76.

MARCELINO, Paula Regina. (2004). *A lógica da terceirização do trabalho da Honda do Brasil*. *Expressão Popular*.

MARIANO, Ricardo. (1996). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (1996a). *Os neopentecostais e a teologia da prosperidade*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 44, p. 24-44, março de 1996 (p. 26-33).

_____. (2004). *Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal*. Estudos avançados. Vol.18 nº. 52 São Paulo. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acessado em março de 2018.

_____. (2003). *Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais*. Civitas – Revista de Ciências Sociais v. 3, nº 1, jun.

MARIZ, Cecília L. (1995). “*Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo*”. Revista de Cultura Teológica, 3: 37-52.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (2007). *Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2005) “Introdução à crítica da filosofia do Direito de Hegel”. In: *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*. Boitempo: São Paulo.

_____. (1998). *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte / Karl Marx*; [tradução e notas Nélcio Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo.

MATTOS, Laura Valladão de. (2007). *As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na riqueza das nações*. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 1 (105), pp. 108-129, janeiro-março.

MATTOS, PA. (2002). *Na introduction to the theology of Bishop Edir Macedo (Universal Church of the Kingdom of God): a case study of a new Brazilian Pentecostal church*. Tese de mestrado. Indianapolis, Indiana: Christian Theological Seminary, 2002.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. (1992). *Sindicato de mágicos: pentecostalismo e cura divina (desafio histórico para as igrejas)*. Estudo de Religião, São Bernardo do Campo, n. 8, out., p. 49-59.

MÉSZÁROS, I. (1996). *Produção destrutiva e Estado capitalista*. 2ª. ed. São Paulo: Ensaio.

_____. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial.

MIGUEL, Luis Felipe. (2016). *Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro*. Revista Direito & Praxis, Rio de Janeiro, Vol.07, N.15, pp.590-621.

MIRANDA, Evandro José Ferreira. (2008). *Fé em tempos de globalização: um estudo sobre a igreja universal do reino de deus e sua dinâmica em Belford Roxo*. Monografia submetida ao corpo docente do departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de licenciatura e bacharel em Geografia.

MORAES, Gerson Leite de. (2010). *Neopentecostalismo - um conceito-obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro*. Revista de Estudos da Religião junho / pp. 1-19.

NEILL, Stephen. *História das missões*. 2ª. ed. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2001.

NETTO, João Paulo & BRAZ, Marcelo. (2006). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.

NILDO, Viana. (2003). *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé.

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor*. [199-]. *A falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago.

OLIVEIRA, Pedro A. R. de. (2011). *A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu*. In: TEIXEIRA, Faustino. *Sociologia da religião: enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes.

ORO, Ari Pedro et al. (2003). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Editora Paulinas. – (Coleção religião e Cultura).

_____. (2003a). *A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 18, n. 53, outubro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18078>> acessado em agosto de 2018.

_____ & TADVALD, Marcelo. (2015). *A igreja universal do reino de deus e a reconfiguração do espaço público religioso brasileiro*. Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 17, n. 23, p. 76-113 ago.- dez.

_____. (2006). *O "neopentecostalismo macumbeiro"*. Revista USP, Brasil, n. 68, pp. 319-332, fev. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13505/15323>>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

_____. (1993). *“Podem passar a sacolinha”: um estudo sobre as representações do dinheiro no pentecostalismo autônomo atual*. REB, no. 210: 301-323.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. (2007). *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. Maceió: UFAL.

PASSOS, João Décio. (2001). *Teogonias urbanas: o re-nascimento dos velhos deuses. Uma abordagem sobre a representação religiosa pentecostal*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo. PUC-SP.

_____. (2005). *Pentecostais: origens e começo*. São Paulo: Paulinas. – (Coleção temas de ensino religioso).

PASSOS, Paulo. (2015). *De deserdados a empreendedores: os alicerces fáticos da identidade espiritual da igreja neopentecostal fonte da vida*. Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 17, n. 23, p. 60-75, ago-dez.

_____. (2009). *Neopentecostalismo na mentalidade do povo brasileiro: um deslocamento da fé para o mercado*. Revista Horizonte, Belo Horizonte, v. 7, n. 15, p.167-177, dez.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado*. In.: PEREIRA, Luiz C. (Org.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: UNESP/ENAP/Imprensa Oficial, 1999.

PIERATT, Alan B. (1993). *O Evangelho da Prosperidade*. São Paulo: Vida Nova.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. (1996). *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo, Hucitec.

POCHAMANN, M. *Valores da periferia estão mais próximos do anarquismo do que do liberalismo*. Entrevista disponível em:

<<https://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/9699-pochmann-valores-da-periferia-estao-mais-proximos-do-anarquismo-do-que-do-liberalismo>>. Acessado em: Agosto de 2017.

PONTES, Joelson Agostinho, LAGES, Brayan de Souza, GOMES, Bruno Ferreira e FARDIN, Diego Vinício. (2017). *Neopentecostalismo: a ressignificação mercadológica do pentecostalismo tradicional*. UNITAS - Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, Vitória - ES, v.5, n.1.

PROENÇA, Wander Lara. (2011). *Sindicatos de mágico: uma análise da Igreja Universal do Reino de Deus (1977-2007)*. São Paulo: Ed. Unesp.

QUADROS, Waldir. (2003). *Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun.

REFKALEFSKY, Eduardo. (2006). *Comunicação e Posicionamento da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo de caso do Marketing Religioso*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/107420392279310489246549936683599943576.pdf>> Acesso em 20 de agosto de 2018.

RIBEIRO, José Wagner Ribeiro & PINTO, Fabiana da Silva. (2007). *Mídia e a igreja universal*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro.

RIBEIRO, Wallace Cabral (2017). *Resenha: Prosperidade e Gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. Revista Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 37(3): 245-249.

ROCHA JUNIOR. (2017). Volgano. *O neopentecostalismo e a década perdida: como a crise dos anos 1980 estimulou o crescimento da IURD*. UNITAS – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, Vitória - ES, v. 5, n.2, Ago-Dez.

ROCHA, M. P. N. (2006). *As estratégias de comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão & DANTAS, José Guibson. (2012). *Horas de consolo: o lugar da IURD na madrugada televisiva brasileira*. Trabalho apresentado no IJ04 – Comunicação Audiovisual do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho.

RODRIGUES, Jadir Gonçalves. (2008). *Política, carisma, poder e mídia: lógicas interpretativas da Igreja Universal do Reino de Deus*. Revista Horizonte: Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 39-68, dez.

ROLIM, F. (1995). *Pentecostalismo. Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes.

ROLNIK, Raquel & FRUGOLI JR, Hutor. (2001). *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a zona leste como território de rupturas e permanências*. Cadernos Metrôpoles n.6, pp. 43-66.

ROMEIRO, Paulo. (2013). *Decepcionado com a graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal*. São Paulo: Editora Candeia.

ROSAS, Nina Gabriela. (2009). *O desenvolvimento do neopentecostalismo brasileiro: esboços sobre a positividade da experiência religiosa nos dias de hoje*. Sociabilidades religiosas: mitos, ritos e identidades. XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, Goiânia, UFG, maio.

SANDRONI, Paulo (org.). (1994). *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller.

SANT'ANA, M. J. R. (2008). *Reestruturação urbana e centralidade em Bragança Paulista-SP*. Anais do 1º SIMPGEO/SP. Rio Claro.

SÍLVIA JÚNIOR, Nilson da. (2012). *Uma análise do Neopentecostalismo a partir da ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ciberteologia Revista Teologia e Cultura. Ano VIII, n.40. Disponível em: <<https://ciberteologia.com.br/post/artigo/uma-analise-do-neopentecostalismo-a-partir-da-etica-protestante-e-o-espírito-do-capitalismo>> Acessado em: 06 de junho de 2018.

SIEPIERSKI, Paulo D. (1997). *"Pós-pentecostalismo e política no Brasil"*. Em *Estudos Teológicos*. Rio Grande do Sul: IECLB v. 37, nº 1, pp. 47-61.

SILVEIRA, Marcelo. (2007). *O discurso da teologia da prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais: estudo da retórica e da argumentação no culto religioso*. Tese de Doutorado, apresentada ao programa de pós-graduação em Filosofia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

SMITH, Adam. (1985). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2ª. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SODRÉ, Nelson W. (1998). *A farsa do neoliberalismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graphia.

SOUZA, André Ricardo de. (2011). *O empreendedorismo neopentecostal no brasil*. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 13, n. 15, p. 13-34, Jul./Dic.

TAVARES, L. F. (2014) *Condenados a vencer: a atuação do SEBRAE na produção discursiva do indivíduo empreendedor de si mesmo*.

TAVOLARO, Douglas. (2007). *O bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo. Larousse do Brasil, p. 57.

TEIXEIRA, Francisco J. S. (1998). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

_____ & FREDERICO, Celso. (2008). *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes (2016). *A Mulher Universal: Corpo, Gênero e Pedagogiada Prosperidade*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 216pp.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. (1998). *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Roberto. (2007). *O neopentecostalismo e o novo espírito do capitalismo na modernidade periférica*. Perspectivas, vol. 32, julho/dezembro de.

VELIQ, Fabiano. (2018). *Feuerbach, Marx, Nietzsche e Freud: a crítica da religião no século XIX*. Sapereade – Belo Horizonte, v. 9 – n. 18, p. 285-306, jul./Dez.

WEBER, Marx. (2004). *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (2000). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Vol. 1.

_____. (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia*. Brasília: Ed. UnB. Vol. 2

_____. (1982). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WOLKMER, Antonio Carlos. (2000). *Ideologia, Estado e Direito*. 3. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

WOOD, Ellen Meiskins. (2003) *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial.

WULFHORST, Ingo. (2013). *O pentecostalismo no Brasil*. Estudos teológicos, São Leopoldo, n. 1, v. 35, 2013, pp. 7-20.